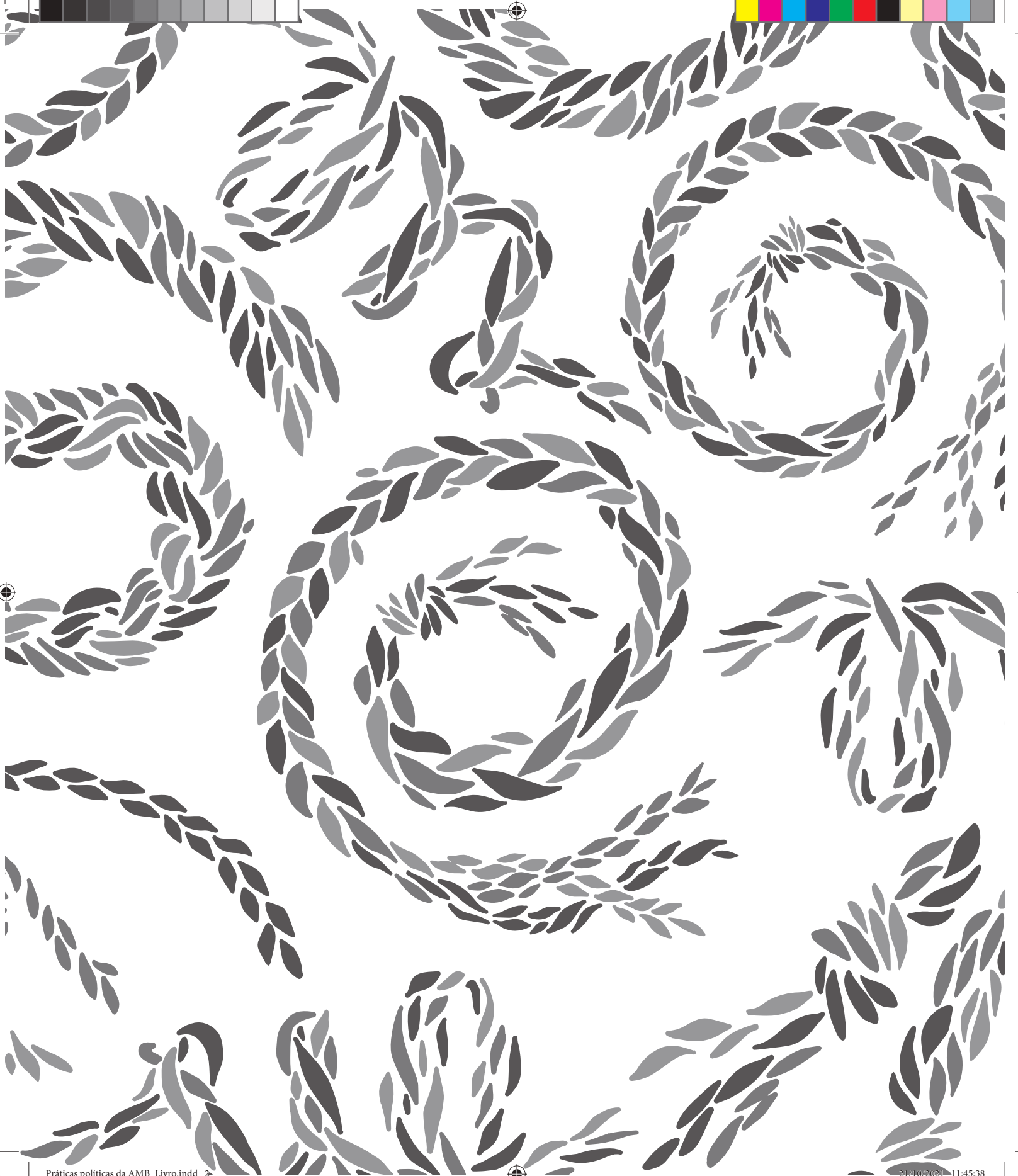




# SEMEANDO FEMINISMO

PRÁTICAS POLÍTICAS  
DA ARTICULAÇÃO DE  
MULHERES BRASILEIRAS







# SEMEANDO FEMINISMO

PRÁTICAS POLÍTICAS  
DA ARTICULAÇÃO DE  
MULHERES BRASILEIRAS



Outubro de 2021





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Semeando feminismo : práticas políticas da  
Articulação de Mulheres Brasileiras /  
[organização Silvia M. Dantas e Priscilla Brito]. --  
Brasília, DF : Centro Feminista de Estudos e  
Assessoria : Articulação de Mulheres Brasileiras,  
2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87792-03-3

1. Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
  2. Feminismo - Brasil 3. Movimentos sociais
  4. Mulheres - Brasil - Condições sociais 5. Política
- I. Dantas, Silvia. II. Brito, Priscilla.

21-85408

CDD-305.420981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Feminismo : Articulação de Mulheres  
Brasileiras : Sociologia 305.420981
- Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Realização:



Apoio:





# SEMEANDO FEMINISMO

PRÁTICAS POLÍTICAS  
DA ARTICULAÇÃO DE  
MULHERES BRASILEIRAS



## Organização

Silvia Marques Dantas e Priscilla Brito

## Coordenação Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Florismar Ferreira, Liliane Brum Ribeiro,  
Maria das Graças dos Santos, Natalia Mori,  
Nilde Sousa, Silvia Marques Dantas  
e Verônica Ferreira

## Agrupamentos que participaram do processo de sistematização

AMA - Articulação de Mulheres do Amapá  
AMB Amazonas  
AMB Bahia  
AMB Lagos  
AMB Mato Grosso do Sul  
AMB Paraíba  
AMB Rio de Janeiro  
AMB São Paulo  
AMB Tocantins  
Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz  
FCM - Fórum Cearense de Mulheres  
FMPE - Fórum de Mulheres de Pernambuco  
Fórum de Mulheres do Agreste de Pernambuco  
Fórum de Mulheres do Pajeú  
MIM - Movimento Ibiapabano de Mulheres

## Secretaria da AMB

Mayra Medeiros

## Comunicação da AMB

Cris Cavalcanti

## Preparação do original e revisão de provas

Cristina Lima - MTb 31519

## Revisão do original

Aline Haar

## Projeto gráfico e diagramação

Isabella Alves

## Impressão

Athalaia Gráfica e Editora

Setor das Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 6,  
Lote 2280. Brasília, DF - CEP 70610-460  
(061) 3343-4100 - athalaia@athalaia.com.br

## Tiragem

1.000 exemplares

As imagens utilizadas nesta publicação são parte do acervo dos agrupamentos da AMB que participaram da construção coletiva dos textos.

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH, Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.





# SUMÁRIO

**08.**

PREFÁCIO

**10.**

APRESENTAÇÃO

**14.**

CARTA DE PRINCÍPIOS DA AMB

**18.**

COMO SE MOVIMENTA  
A AMB NA PRÁTICA?

**30.**

A SOLIDARIEDADE COMO  
PRÁTICA POLÍTICA

**40.**

A PRÁTICA DE AUTOCUIDADO  
E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

**54.**

ARTICULAÇÃO POLÍTICA: AS  
EXPERIÊNCIAS DOS TRIBUNAIS  
DE MULHERES E DO FIPSS

**65.**

PRÁTICAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS

**66. FÓRUM DE MULHERES  
DE PERNAMBUCO**

ENCONTRINHO E ENCONTRÃO: UMA  
PRÁTICA POLÍTICA ORGANIZATIVA

**76. AMB RIO**

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:  
EMBRIAGADAS PELA DEMOCRACIA

**81.**

SOLIDARIEDADE

**82. AMB TOCANTINS**

REDE FEMINISTA DE SOLIDARIEDADE

**97.**

PRÁTICAS DE DIÁLOGO COM A  
SOCIEDADE/COMUNICATIVAS

**98. AMB SÃO PAULO**

AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES (PLPS)

**106. MOVIMENTO IBIAPABANO  
DE MULHERES**

NA PRAÇA E NA RUA TAMBÉM SE FAZ  
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR





**115.**  
INCIDÊNCIA POLÍTICA  
DOS AGRUPAMENTOS

**116. FÓRUM CEARENSE DE MULHERES**  
OCUPAÇÃO FEMINISTA COMO PRÁTICA E  
AÇÃO POLÍTICA: UM RELATO DA OCUPAÇÃO  
DA CASA DA MULHER BRASILEIRA DE  
FORTALEZA EM 2018

**124. AMB AMAZONAS**  
INCIDÊNCIAS POLÍTICAS CONTRA  
UM PROJETO DE LEI

**132. FÓRUM DE MULHERES DO PAJEÚ**  
A INCIDÊNCIA POLÍTICA NO  
8 DE MARÇO — DIA  
INTERNACIONAL DA MULHER

**137.**  
ALIANÇAS FEMINISTAS  
E INTERMOVIMENTOS/  
INTERGOVERNAMENTAIS

**138. AMB LAGOS**  
ALIANÇAS PARA A CONQUISTA DOS  
DIREITOS DAS MULHERES

**145.**  
ARTIVISMO E OCUPAÇÃO DAS RUAS

**146. AMB NO MATO GROSSO DO SUL**  
ARTIVISMO E INTERVENÇÃO  
URBANA DE RUA: A EXPERIÊNCIA  
COM LAMBE-LAMBE

**150. COLETIVO AUTÔNOMO  
FEMINISTA LEILA DINIZ**  
ARTIVISMO E ESTÉTICA FEMINISTA  
DE OCUPAÇÃO DAS RUAS

**156. FÓRUM DE MULHERES  
DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**  
RODA DE DIÁLOGO ATRELADA AO ARTIVISMO

**161.**  
AUTOCUIDADO E CUIDADO  
ENTRE ATIVISTAS

**162. AMB PARAÍBA**  
ANCESTRALIDADE NO CUIDADO  
E AUTOCUIDADO DO AGRUPAMENTO  
DA PARAÍBA

**170. ARTICULAÇÃO DE  
MULHERES DO AMAPÁ**  
RODA DE CONVERSA COM AUTOCUIDADO  
E CUIDADO ENTRE AS ATIVISTAS

**177.**  
MEMÓRIAS DA AMB




# PREFÁCIO

*É com muita satisfação que publicamos a sistematização de nossas práticas políticas feministas, antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas, que vêm sendo construídas pelo conjunto dos nossos agrupamentos nesses 25 anos de existência da Articulação de Mulheres Brasileiras.*

*Vivemos um momento histórico autoritário no Brasil, com tentativas constantes de apagar as vozes dos movimentos sociais, das universidades, dos institutos de pesquisas, que reivindicam democracia, igualdade, liberdade e justiça. O ataque às formas de expressão, a censura, o apagamento de políticas e da memória coletiva produzida pelos movimentos sociais são ações intencionais de governos autoritários.*

*Isso se reflete no projeto educacional deste governo que não investe no sistema público, quer proibir até discussões como relações de gênero, tão fundamentais para uma sociedade que respeite as mulheres, as pessoas LGBTQIA+, nega o racismo como elemento fundante da sociedade brasileira. Assim, vemos a destruição de livros e a falta de orçamento necessário à manutenção dos museus e das bibliotecas públicas, bem como das universidades e escolas públicas. O desmonte das políticas de direitos humanos, previdenciária, sociais e ambientais e a criminalização dos sujeitos*





*que demandam essas políticas públicas também se agravam nesse contexto, com a perseguição e o assassinato de defensoras e defensores de direitos humanos. A cada dia vemos as tentativas de restringir a participação popular nas políticas públicas e as reformas eleitorais para beneficiar quem sequestrou o poder em nosso país.*

*Esta conjuntura autoritária nos chamou atenção para o fato de que “nós feministas lutamos demais e registramos de menos nossos feitos”. Da mesma forma, sistematizamos pouco nossas práticas políticas feministas antissistêmicas que fortalecem nossa existência como movimento. Compreendemos que grande parte da força política e da permanência da AMB na história está relacionada às nossas práticas políticas, que nos mantêm articuladas e comprometidas com o fortalecimento do movimento feminista no Brasil e em toda a América Latina. Consideramos que o que nos identifica como movimento feminista são nossas lutas, nossa visão de mundo, nossa percepção do feminismo, mas também nossas práticas políticas organizativas que materializam nossos princípios e orientam o nosso fazer, a vida cotidiana da AMB e sua resistência contra o patriarcado, o capitalismo e o racismo. Nossas práticas políticas são construções coletivas que vão se sedimentando no dia a dia de nossas ações e que nos dão liga enquanto movimento feminista.*

*Esta sistematização, que agora publicamos, é fruto de um processo de diálogo e construção coletiva que contou com a contribuição de militantes e a participação dos agrupamentos que se entregaram a esse desafio de refletir e sistematizar suas práticas. Parabéns a todas as integrantes da AMB que contribuíram com esta publicação! Esperamos com ela contribuir para a reflexão coletiva sobre formas descentralizadas, horizontais e autônomas de agir politicamente e construir movimento.*

9

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AMB  
FLORISMAR FERREIRA, LILIANE BRUM RIBEIRO,  
MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS,  
NATALIA MORI, NILDE SOUSA,  
SILVIA MARQUES DANTAS E VERÔNICA FERREIRA





# APRESENTAÇÃO



EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO DO LIVRO





**O** Brasil vive um momento urgente de luta. Este livro parte desse senso de urgência e do sentimento de que valorizar nossas memórias e experiências coletivas também é um meio de resistir, de encontrar acalanto diante do caos e do luto e de criarmos momentos de contar nossas histórias. Sistematizar as práticas políticas do nosso movimento é tornar público o nosso modo de ser e de fazer na história, mas também de fortalecer a nossa identidade, de nos encontrarmos com quem nós somos, com o que construímos no dia a dia das nossas lutas.

Entendemos como práticas políticas tudo aquilo que as mulheres fazem politicamente e que se repete de alguma forma, a ponto de moldar a própria identidade do movimento. São as ações que tornam os princípios realidade e que, ao mesmo tempo, podem ser transmitidas, adaptadas, criticadas, a depender do contexto político e social. Que práticas definem o fazer político da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB?

Os agrupamentos da AMB que participaram deste processo construíram a sistematização de uma de suas práticas – a que cada um se propôs a fazer. E reunimos todas nesta

publicação. É uma obra de esforço coletivo, uma forma de resistir à política de genocídio, esquecimento, de avanço sistemático do neoliberalismo em curso no país.

Convidamos algumas companheiras para sistematizarem as práticas a partir da visão de como a AMB se organiza nacionalmente. Temos, portanto, textos diversos, escritos com linguagem própria, que são também reflexos da diversidade do nosso movimento. Uma obra elaborada com base em aprendizados que não se encerraram, que continuam se transformando, enquanto transformam o movimento e o mundo ao nosso redor.

Podemos estabelecer como início dessa jornada o processo de autoformação que realizamos no início de 2020. A partir desse marco, chegamos agora a este livro, em outubro de 2021. No entanto, quando se trata de um movimento social, o que é o início e o fim? O que nos traz a esta publicação é uma longa história, que é a história dos nossos agrupamentos, das nossas vidas, da política do país e a história do movimento feminista no Brasil.

Em algum momento, nos propusemos a reconhecer o que nos define como movimento



12 de mulheres, na prática, e não só nos princípios. Nos interessava refletir sobre como nos movimentamos na luta pela transformação do mundo, o que aprendemos ao longo dos últimos anos e que pode servir de aprendizados para as companheiras.

Desde que decidimos nos concentrar nesse processo de fortalecimento da AMB, na época do Golpe de 2016, que fragilizou nossa democracia, nós fizemos muitas perguntas, promovemos atividades, cursos, plenárias de discussão, debates de conjuntura, o que tem nos colocado em constante movimento junto aos outros movimentos do campo da esquerda.


Antes da pandemia de Covid-19 se instalar no mundo, tínhamos planejado realizar uma autoformação presencial para conversar sobre nossas práticas políticas e para pensar de que forma poderíamos sistematizá-las. No entanto, as condições de isolamento social nos forçaram a fazer tudo de forma virtual. Realizar todos os processos pela internet, ao mesmo tempo que nos deu possibilidades de ampliar a participação, revelou como os encontros presenciais são ricos também pela corporeidade coletiva e pela potência criativa que proporcionam.

Ao longo desse processo, nossas conversas foram atravessadas pelas diferenças, deslocamentos e pelo sentimento de luto coletivo. Os encontros virtuais também nos confrontaram com todos os impactos que a pandemia teve na vida das mulheres. Não só pelas consequências de saúde pública e do número de mortes, mas pelos reflexos sociais. Sobrecarga de trabalho, perda de direitos e de territórios, aumento da violência doméstica, instabilidade política, piora das condições econômicas.

Mesmo com todos os riscos, fomos às ruas em diversos momentos. Contra o projeto genocida do governo federal, que elevou o número de mortes a níveis assustadores. Contra o racismo, contra o roubo de terras indígenas e a retirada de direitos. Continuamos em luta.

Resistimos. Alguns agrupamentos trouxeram para a sistematização o que fizeram para adaptar suas atividades ao contexto virtual. Falamos de momentos de encontro e grandes articulações. De como estamos dedicadas a desenvolver práticas de cuidado coletivo, autocuidado e solidariedade que transformem a cultura política patriarcal que ainda reproduzimos. Trouxemos a experiência





do ativismo como parte da construção da nossa presença em manifestações e de fortalecimento de identidade. Atravessamos décadas de história dos agrupamentos para refletir sobre o presente. O resultado está nas páginas deste livro que apresentamos agora e é como um álbum de fotografias do que conseguimos capturar.

Esperamos que seja uma lembrança contínua para a história e um incentivo à sistematização das nossas práticas e formas de luta. A toda coordenação da AMB, deixamos registrada nossa admiração pela disposição de liderar o movimento nesse momento tão difícil da nossa história.

Agradecemos aos agrupamentos pelo envolvimento e compromisso com essa tarefa<sup>1</sup>, deixando nossos rastros e aprendizados na história, compartilhando suas experiências para o fortalecimento da AMB. Agradecemos também às organizações feministas que fazem parte da AMB, às parceiras, às redes em que atuamos e que tanto nos fortalecem. Ser movimento é ser coletivo, é se mover coletivamente contra tudo o que nos oprime.

Finalmente, agradecemos também a Mayra Medeiros, que acompanhou os agrupamentos nesse processo, estimulando as companheiras a enviarem suas experiências e registros fotográficos.

13

<sup>1</sup> Ao longo de toda a publicação, buscamos garantir a expressão e as narrativas das autoras, que reuniram esforços para sistematizar debates coletivos.



# CARTA DE PRINCÍPIOS DA AMB

XIII REUNIÃO NACIONAL DO COMITÊ POLÍTICO  
DA AMB. ILHA DE ITAPARICA, BAHIA, 2008



**C**om o objetivo de orientar e aperfeiçoar permanentemente os modos de atuação, organização e funcionamento da AMB, a XIII Reunião Nacional do Comitê Político (fevereiro, 2008) aprovou que fosse estabelecida esta Carta, com base nas proposições resultantes do ciclo de reuniões regionais realizadas no ano de 2003 e nas propostas político-organizativas debatidas nos grupos de trabalho e apresentadas no painel final do Encontro Nacional da AMB de 2006 (Goiânia/GO).

**Os Princípios contidos nesta Carta devem ser respeitados por todas as mulheres e organizações feministas que participam da Articulação de Mulheres Brasileiras, consolidando as diretrizes e compromissos que têm pautado a sua prática política desde a fundação.**

**A AMB é uma organização política feminista, antirracista, não partidária,** instituída em 1994 para coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher — Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995). O Encontro Nacional de 1994 reuniu mais de 700 mulheres de todo o país, no Rio de Janeiro, e marcou o ápice desta que foi a primeira fase da AMB.

No período pós-Beijing, a AMB afirma-se no campo dos movimentos sociais como uma organização que **articula e potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional.**

**A AMB estabeleceu e mantém compromisso com a luta antirracista,** com o reconhecimento e fortalecimento do feminismo negro, o respeito à diversidade étnica e a luta contra o etnocentrismo, defendendo a autodeterminação dos povos.

**A AMB posiciona-se como articulação feminista anticapitalista,** por compreender que, dentro desse sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres, uma vez que esse sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais.





Sendo uma organização antipatriarcal, **a AMB defende a liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas**, contrapondo-se à norma patriarcal da heterossexualidade e à prática da lesbofobia.

**A AMB defende o direito à autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto.** Condena a exploração e mercantilização de nosso corpo e sexualidade.

16

No mundo do trabalho, **a AMB luta pela superação da divisão sexual do trabalho e pela proteção social universal a todas as mulheres.** Almeja o **trabalho livre da lógica de acumulação capitalista das riquezas**, orientado para a satisfação das necessidades de todas as pessoas e não para o lucro e a vantagem particular.

Atua para **construção de uma outra economia**, com divisão do trabalho justa e democrática, políticas redistributivas das riquezas produzidas e que garantam a autonomia econômica para todas as mulheres, no campo, na floresta e nas cidades.

**A AMB atua para democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade**, e mantém-se comprometida em alterar a cultura política patriarcal e racista e na defesa da laicidade do Estado, desenvolvendo novas concepções e práticas de fazer política.

**A AMB combate todas as formas de violência e luta pelo fim da violência contra as mulheres**, seja em espaços institucionais ou nas relações interpessoais. Mantém-se na defesa sem trégua da autonomia e liberdade para as mulheres.

## NO PRESENTE, A AMB DEFINE COMO SEUS OBJETIVOS PERMANENTES :

- Promover a auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da luta contra a dominação, opressão e exploração das mulheres, e da luta por transformação social;
- Lutar pela democratização radical do Estado no Brasil e por Estados democráticos na América Latina cujas políticas públicas, estando sob controle social da população em todos os níveis de governo, efetivem igualdade de direitos e boas condições de vida para as mulheres, garantindo solidariedade e promovendo justiça social, econômica e ambiental, contrapondo-se à perspectiva neoliberal nos processos de desenvolvimento da economia capitalista na região;
- Lutar pela democratização radical da vida social e dos sistemas políticos, construindo uma cultura política democrática no Brasil e nos outros países da América Latina, cujas práticas e relações sociais, nos espaços públicos e privados, garantam e promovam um ambiente de liberdade para as mulheres para que possam ter uma vida com direito à participação política plena, direito à autonomia e vida sem violência.





## SÃO PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DA AMB:

- Unidade na diversidade, princípio concretizado no compromisso com a autonomia organizativa e política dos fóruns, redes e articulações estaduais que integram a AMB, e com o debate democrático das perspectivas teórico-políticas que orientam sua prática;
- Democracia interna pautada numa institucionalidade não burocrática; relações e processos decisórios horizontais e participativos marcados pela produção de consensos na ação; tomada de decisão por consenso com base em ampla maioria (2/3) e respeito ao direito de minoria, de modo a tornar sempre possível rever decisões majoritárias;
- Diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas na AMB e nas lutas coletivas organizadas com outras redes e articulações do feminismo e do movimento de mulheres brasileiro e internacional;
- A AMB reúne, articula e é integrada por mulheres feministas que atuam, em seus diferentes espaços de participação, em nome próprio ou por meio da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos;

- Toda ação e modo de funcionamento da AMB orienta-se pelo fortalecimento do movimento de mulheres e feminista. Isso significa atuar de modo a garantir apoio à auto-organização das mulheres por todo o país, em especial o fortalecimento das instâncias estaduais do movimento de mulheres vinculadas à AMB, nos contextos de suas intervenções, locais e regionais;

- AMB orienta-se para o fortalecimento do campo democrático popular dos movimentos sociais, buscando de forma permanente estabelecer alianças e engajamento nas lutas sociais da América Latina, aprofundar os laços entre mulheres feministas de distintos movimentos sociais e fortalecer o caráter contra-hegemônico da luta feminista;

- Para afirmarem-se e serem reconhecidas como militantes da AMB, todas as mulheres e organizações que atuam em alguns dos espaços de participação e fóruns decisórios da AMB assinam esta Carta, mantêm-se comprometidas com o fortalecimento do modo de organização da AMB e contribuem efetivamente para a realização da sua Política Geral.






# COMO SE MOVIMENTA A AMB NA PRÁTICA?

POR SILVIA MARQUES DANTAS  
E PRISCILLA BRITO





**E**m 2019, a Articulação de Mulheres Brasileiras realizou dois Cursos Interestaduais de Formação para Participação na Vida Pública — um em Brasília e outro no Rio de Janeiro. Neles tivemos a oportunidade de trocar saberes sobre nossas práticas para intervir na vida pública. Discutimos questões como feminismo, patriarcado, racismo, violência contra as mulheres, desigualdades sociais, condições de vida das mulheres no Brasil<sup>1</sup> e a luta por direitos sob um governo de ultradireita.

Esses dois processos formativos revelaram que, apesar dos desafios políticos, uma grande riqueza de práticas políticas dá coesão e faz avançar os agrupamentos da AMB, garantindo-lhe organicidade e permanência no tempo. O movimento cotidiano das mulheres para incidir junto às instituições, se articular com outros movimentos, criar rodas de cuidado, entre outras práticas, dá sentido à existência do nosso movimento em cada território. Os processos locais de construção das lutas políticas são plenos de significados

<sup>1</sup> Analisamos inclusive a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global das Nações Unidas à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas tenham bem-estar, paz e prosperidade.

culturais, éticos e políticos que conferem sentido à identidade da AMB. Como afirma Verônica Ferreira (PE), durante nossa formação para a sistematização de nossas práticas políticas:

O intercâmbio [...] nos ajudou a reconhecer as nossas práticas políticas coletivas constituintes do nosso movimento, do ser e fazer [...] da AMB como movimento feminista antissistêmico, que se organiza por princípios da horizontalidade, da democracia, que se preocupa com sua ética e sua estética. Então, a gente teve muita riqueza de reconhecer quais são essas práticas.

Por essa razão, ainda durante a elaboração dos cursos, tomamos coletivamente a decisão de sistematizar as práticas políticas dos agrupamentos locais da AMB. Vivemos um momento da história brasileira de grandes retrocessos de direitos já conquistados desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. O sistema de seguridade social, as políticas de igualdade para as mulheres e de diversos segmentos populacionais, como as populações negras, LGBTQIA+ e os direitos trabalhistas foram todos desmontados, havendo apenas alguns resíduos de políticas sociais que persistem nos estados por força da pressão popular.



Os desmontes vêm acompanhados de uma tentativa de apagamento dessas histórias de lutas e conquistas. Houve mudanças nos currículos escolares, destruição ou precarização dos institutos de memória popular, além da perseguição de lideranças políticas, destruição de terreiros de candomblé, só para citar algumas das inúmeras violações que nós mulheres temos vivenciado.

O primeiro momento da sistematização de nossas práticas políticas foi a autoformação, em 2020. Chamamos de autoformação porque nosso objetivo era construir coletivamente o próprio conceito de *prática política* e de como sistematizá-la, definindo os caminhos metodológicos que iríamos trilhar. No início, tivemos dificuldades de diferenciar as práticas políticas dos nossos princípios, lutas e atividades. No movimento, estamos habituadas a pensar que tudo o que fazemos faz parte de processos de luta. Diferenciar cada processo que construímos foi um exercício de reflexão por si só muito potente para quem participou da autoformação.

Conseguimos chegar ao consenso de que, enquanto os princípios são mais gerais e anunciam o que queremos transformar e como, as práticas são o “modo de fazer” e se convertem em aprendizados coletivos. São o nosso fazer político que, juntas, acreditamos ser verdadeiramente transformador. As práticas organizam a nossa forma de realizar e participar de processos, eventos e atividades, muitas vezes sem nem nos darmos conta.

A autoformação foi realizada em quatro módulos: no primeiro, tínhamos por objetivo

dialogar com as participantes, eleitas em seus agrupamentos, sobre a tarefa que pretendíamos realizar; no segundo, elaboramos coletivamente o conceito de práticas políticas; e, no terceiro e quarto módulos, construímos o processo de sistematização de nossas práticas políticas. Tínhamos como referência a obra de Oscar Jara Holliday, mas adaptamos a metodologia por causa das condições adversas que vivíamos em 2020, já que a pandemia de Covid-19 e as medidas de isolamento social nos obrigaram a realizar esse processo de forma totalmente virtual.

Destacamos que nós não inventamos a ideia de práticas políticas. A sistematização de práticas é uma metodologia desenvolvida nos movimentos sociais da América Latina desde os anos 1980. Diferente de processos como avaliação ou pesquisa, a sistematização registra as experiências e ações em curso, das quais podemos extrair aprendizados coletivos. Não se trata, assim, só de atividades, eventos, ou ações momentâneas e pontuais. São as experiências que de alguma forma se repetem, mesmo com pequenas variações, e que vão construindo a identidade do nosso movimento no cotidiano.

Sistematizar experiências é um desafio político pedagógico pautado na relação dialógica e na busca da “interpretação crítica dos processos vividos”. Trata-se de um exercício rigoroso de aprendizagem que contribui para refletir sobre diferentes experiências, implicando na identificação, classificação e re-ordenamento dos elementos da prática; utiliza a própria experiência





como objeto de estudo e interpretação teórica, possibilitando a formulação de lições de disseminação.<sup>2</sup>

Movimentos sociais são espaços de muito aprendizado e de um intenso compartilhamento de conhecimentos. No entanto, o caráter de urgência que impulsiona a ação política nem sempre abre espaço para que esses conhecimentos sejam sistematizados coletivamente. Ainda mais em um país como o Brasil, marcado por tragédias cotidianas.

## DEFININDO PRÁTICAS POLÍTICAS PARA A AMB

Durante o processo de formação, havia dúvidas se nossas práticas políticas seriam o mesmo que atividade política coletiva. Então, antes de chegarmos a um consenso sobre o que seriam práticas políticas, trocamos saberes e afetos sobre nosso movimento, sobre nossa história.

Os trechos que colocamos aqui foram do processo de autoformação, que fizemos via grupo de mensagens (WhatsApp) e reuniões virtuais, entre julho e agosto de 2020.

<sup>2</sup> KIEL; ARCHER, 2006, p. 7. Disponível em: [edpopsus.epsvv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aancias1.pdf](http://edpopsus.epsvv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aancias1.pdf). Acesso em: 17 out. 2021.

*“Eu não consegui trocar muito no nosso grupo, mas depois eu parei para ler tudo e foi muito gostoso relembrar todas as nossas práticas e os nossos movimentos. Uma coisa que eu queria pontuar é que eu particularmente gosto, e eu acho que todo mundo aqui do Rio de Janeiro também, que a gente tem algumas práticas que não são só para a gente, mas também para outras de fora do movimento.”*

Cris Odara, AMB Rio de Janeiro

*“São Paulo é muito grande e também as pessoas que fazem parte da AMB moram em cidades distantes. Então, não é tão fácil a gente mobilizar todo mundo para sentar e discutir as nossas práticas. Mas, a gente fez isso, sim, durante a semana, e cada uma foi colocando de algum modo o que foi lembrando, tanto das coisas que a gente fez junto com a AMB nacional, como as coisas que a gente fez enquanto Coletiva Alumiar – AMB aqui no estado. Então, nós percebemos assim que há uma infinidade de coisas que a gente também não tinha se dado conta. Claro que isso não está sistematizado, entendeu? Isso é a nossa história, que está inscrita em lugar nenhum além das nossas memórias.”*

Josefina Nicácio dos Santos Gonçalves,  
AMB São Paulo





E, assim, relembramos momentos de nossa história em que nossas práticas políticas estavam presentes.

*“Eu estou sentindo muita falta de presença humana, de aglomeração, de grupos, de pessoas e eu acho que isso me fez ir a outras pessoas nessa semana e começar a postar exatamente registros de imagens de ações que a gente fez ao longo do tempo aqui no Pará, em Belém. E me lembrei de uma [...] que [...] foi anterior à criação do próprio Fórum de Mulheres, que foi a Marcha das Mulheres sobre Belém, e a gente conseguiu reunir quase 14-15 mil mulheres de tudo quanto é lugar desse estado e fizemos de uma forma lúdica essa marcha, com paradas, com arte. Isso em plenos anos [19]90.”*

Maria Eunice Guedes Figueredo,  
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense

No processo de formação, estabelecemos diferenças entre atividades e práticas políticas. As práticas políticas são estruturantes da nossa ação e orientam o modo de fazer do nosso movimento. Assim, uma atividade política coletiva é repleta de práticas políticas na sua construção da atividade. Quando um agrupamento decide fazer parte da construção de um 8 de março na cidade, por exemplo, coloca em prática uma série de formas de se organizar, que são próprias da AMB. Por exemplo: defi-

nimos quais são as nossas principais aliadas; batalhamos para que as propostas do ato estejam em sintonia com o feminismo antissistêmico; tentamos nos organizar de forma horizontal e por consenso; e planejamos uma presença visual ou artivista para o dia da manifestação. Assim, em um mesmo processo, reunimos práticas políticas próprias do nosso movimento para decidir como nos organizamos e o que vamos fazer.

Durante nossa autoformação, percebemos que temos uma série de práticas políticas, mas os registros delas são poucos e dispersos. Tivemos algumas experiências muito importantes de sistematização na AMB, mas sentimos que era preciso reiterar o que é esse processo e como construir o relato de cada agrupamento.

Na adaptação da metodologia da formação para o virtual, foram pensados quatro momentos. No primeiro, os agrupamentos se reuniram e escolheram a prática política que desejavam sistematizar para, no segundo momento, recolherem fotografias, objetos e textos referentes a ela e descreverem sua história. No terceiro momento, conversamos sobre o significado de tal prática para o agrupamento e para a AMB em seu conjunto. Finalmente, no quarto momento, avaliamos os aprendizados acumulados durante o processo de sistematização.

Mais do que contar uma história ou fazer o relato de uma experiência, ao sistematizar, nós buscamos, coletivamente, organizar e compartilhar o





que aprendemos ao agirmos politicamente como movimento ao longo de determinado período. Na AMB, já temos algumas experiências de sistematização das nossas práticas que ajudam a formar a memória do nosso movimento.

Porém, é muito difícil abrir espaço nas atividades cotidianas para sistematizarmos nossos processos. Parece uma tarefa complexa demais e menos importante do que as urgências das nossas vidas e lutas coletivas. No movimento de mulheres, muitas pesquisadoras e organizações se interessam pelo que fazemos e produzem textos a partir das nossas experiências. Mas a sistematização é um processo nosso, coletivo. Quando sistematizamos, organizamos nossas práticas, destacando o que elas têm de mais valioso e que pode servir de aprendizado para todo o movimento. Não se trata de comparar práticas nem definir prioridades, muito menos fazer uma avaliação, mas de contribuir com a nossa reflexão conjunta.

Práticas não são a ação em si, mas o nosso modo de fazer. A ação de fazer uma batucada na manifestação do 8 de março vem de uma prática política, que, nesse caso, é a do ativismo. Nesse sentido, consideramos que prática política é a forma como construímos nossas ações políticas, nossas estratégias, a forma como nos organizamos e a capacidade de nos revermos.

*“Durante a Pandemia a gente [...] [criou] uma rede de solidariedade, uma rede de apoio também, distribuindo cestas*

*[de alimentos], arrecadando dinheiro, mas fazendo manuais, se eu não me engano, foram feitos já três manuais: de uso de máscara, de higiene com pouca água e tem um terceiro que eu não me lembro qual é [...]. A gente sabe que são as mulheres, em sua maioria, negras e periféricas, então, um grande problema das grandes cidades no Brasil é o saneamento básico. Não adianta várias propagandas da prefeitura para ter o distanciamento e higiene quando a gente sabe que muitas das pessoas têm um direito mais básico negado, que é o acesso à água.”*

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida,  
Fórum de Mulheres de Pernambuco

Nossas práticas políticas têm sempre significados anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais, porque esses são os princípios que orientam a AMB como movimento. Os princípios são parte da construção organizativa e vão sendo definidos a partir dos espaços de organização nacional, como plenárias e encontros. Eles são sistematizados na nossa Carta de Princípios<sup>3</sup>.

*“Outra [ação] interessante também foi a do BRICS. Eu acho que foi em 2014, em Fortaleza [...]. A gente fez uma denúncia*

<sup>3</sup> Nossa Carta de Princípios está disponível nesta publicação e no site da AMB: <https://ambfeminista.org.br/carta-de-principios/>. Acesso em: 16 ago. 2021.



24

*de como o capitalismo atravessava o corpo dessas mulheres do Brasil, da Rússia, da África do Sul e da China, dessas violências do capitalismo. Então, a gente pegou a temática dos BRICS, fizemos a crítica a esse capitalismo verde, que era a pauta do momento, e a gente denunciou o autoritarismo, o imperialismo, a violência na vida das mulheres e foi uma intervenção fodástica, que, quando eu me lembro, fico arrepiada.”*

Isabela Ludimila de Oliveira Bezerra,  
Coletivo Leila Diniz, Rio Grande do Norte

Para nós, práticas políticas são necessariamente coletivas, portanto, construídas e acordadas coletivamente. Por serem políticas, expressam um saber nosso, um posicionamento sobre a realidade em que vivemos e pressupõem a existência de sujeitos. Nós criamos e atribuímos significado e relevância a elas. São atividades recorrentes que dão coesão e coerência ao nosso movimento e que têm uma intenção. Também expressam um saber e um posicionamento nosso em relação à sociedade e ao Estado. Elas visam a transformar as relações sociais. Não é algo que alguém constrói só, mas que faz parte do cotidiano dos nossos agrupamentos, da forma como construímos nossas atividades.

Podemos pensar nas práticas também como procedimentos, expressões artísticas e estéticas, elaboradas e validadas no nosso movimento. Por exemplo, a forma como organizamos nossas

manifestações de rua, nossas bandeiras, como traduzimos em cartazes nossos saberes, posicionamentos e confrontos.

As práticas podem ser ritualizadas, por exemplo: a forma como organizamos uma sala de reunião, em círculo, ao centro uma mandala de tecidos, muitas vezes com jarros de flores, água, oferendas. Criamos um espaço circular onde todas nós possamos nos ver e que propicie horizontalidade nas nossas decisões. Tudo isso tem significado para nós.

Nossas práticas políticas não são dispersas no tempo e no espaço. São transmitidas e ensinadas, estabelecendo entre nós vínculos de reminiscência e permanência do nosso movimento na história, impactando na nossa subjetividade e na subjetividade do nosso movimento. Ao mesmo tempo, isso não significa que estejam cristalizadas, fixas, ao contrário, são atualizadas, reatualizadas, adaptadas em função dos nossos objetivos, conjuntura política e necessidades históricas. Algumas podem inclusive desaparecer em função de nossas avaliações e demandas coletivas.

Elas envolvem horizontalidade, autocuidado, cuidado entre nós mulheres e solidariedade, criando relações de reciprocidade e formas de resistência à exploração capitalista, à dominação patriarcal e racista. Costuram nossas experiências às realidades locais, nacionais e regionais. Na linguagem dos estudos de movimentos sociais, pesquisadoras e pesquisadores usam o termo “repertório de ação”, que nos remete à ideia de repertório musical. Se pensarmos em gêneros







que permitem improvisação, como o *jazz*, o termo se aproxima bastante do que fazemos como movimento social. Ao mesmo tempo em que improvisamos — segundo as necessidades do momento em que os processos políticos acontecem —, consideramos que “práticas” expressam certa constância naquilo que fazemos, algo que é recorrente e que nos define como movimento. É como se tivéssemos um leque de ações possíveis, que vamos adaptando, criativa e coletivamente, a depender do contexto e com quais sujeitos nos relacionamos. Não discutimos a ideia de repertório na autoformação e nem na sistematização, mas achamos interessante trazer como uma referência acadêmica que dialoga com o que pensamos sobre práticas<sup>4</sup>.

Para além das manifestações e momentos de protestos, o feminismo nos desafia a manter uma ação cotidiana de enfrentamento ao patriarcado. Nossas ações não se repetem, mas elas são parte do aprendizado de lutas coletivas das mulheres contra a opressão.



<sup>4</sup> Para uma visão geral desse conceito, ler “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”, de Angela Alonso (2012). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2021.

## QUAIS AS PRÁTICAS POLÍTICAS RECORRENTES DO NOSSO FEMINISMO?

25

Como dissemos anteriormente, a Articulação de Mulheres Brasileiras é rica em práticas políticas que orientam nossas ações. Nessa perspectiva, elas não são espontaneístas, pois dizem do nosso modo de fazer e, por isso, precisam ser refletidas. Durante a autoformação, classificamos nossas práticas políticas da seguinte forma:

**ORGANIZATIVAS:** são nossas formas de nos organizarmos nacional e localmente: agrupamentos, fóruns, plenárias, encontros de cheganças, coletivas de lutas, nosso processo deliberativo.

**DE MOBILIZAÇÃO:** visam a agitar a sociedade ou outros grupos e movimentos, para gerar transformações econômicas, políticas, culturais e para reivindicar direitos e/ou denunciar suas violações. Essas mobilizações podem desembocar em pressão sobre o Estado, como no caso de campanhas virtuais pelo fim da violência contra as mulheres.

**DE INCIDÊNCIA E PRESSÃO SOBRE O ESTADO:** acontecem quando nos mobilizamos para fazer reivindicações e pressionamos para arrancar alguma





conquista de direitos, protestar ou para resistir aos ataques dos governos. Exemplo: comitivas de mulheres para pressionar alguma aprovação no Congresso Nacional, como fizemos com as Sufragistas<sup>5</sup> em 2009.

**DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE/ COMUNICATIVAS:** evidenciam como atuamos dialogando com a sociedade, tentando ganhar corações e mentes para a nossa causa, a exemplo das ações com a Mimosa, realizadas pelo Movimento Ibiapabano de Mulheres – MIM/CE, junto a mulheres beneficiárias do Bolsa Família.

**DE ARTICULAÇÃO E ALIANÇAS:** são os modos como nos juntamos com outros movimentos e construímos objetivos comuns para batalhar por nossos direitos, como no Tribunal Popular das Mulheres sobre a reforma da Previdência (que inclui práticas de incidência também).

**DE AUTOCUIDADO E CUIDADO COLETIVO:** se realizam através de nossas redes de solidariedade, rodas de autocuidado e cuidado entre ativistas e outras expressões do cuidado, a exemplo das Rodas das Tecelãs e Oficinas de TREM.

**DE ARTIVISMO:** envolvem a forma como nos expressamos politicamente por meio da arte. Fazemos músicas, pequenas

<sup>5</sup> Performance no Congresso Nacional em que cada militante atuava como uma sufragista conhecida da história do Brasil, abordando os parlamentares para falar sobre os direitos políticos das mulheres. Foi realizada algumas vezes entre 2000 e 2019.

peças de teatro de rua, as batucadas, tudo isso para expressar nossas ideias, valores e opiniões. A batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) nas manifestações é um exemplo.

**DE SOLIDARIEDADE:** acontecem quando desenvolvemos também práticas coletivas para apoiar as companheiras em situação de vulnerabilidade. Nesse período de pandemia de Covid-19, tivemos um processo bastante rico dentro da AMB que recebeu uma sistematização especial, elaborada por Silvia Camurça (FMPE).

Como veremos nos textos deste livro, fica evidente que uma classificação não separa completamente as práticas. A classificação é, na verdade, um exercício de reflexão coletiva, pois na vida as práticas se misturam, e é difícil delimitar fronteiras entre elas. O próprio movimento feminista não é um núcleo fechado, está o tempo inteiro imerso em lutas junto a outros sujeitos. Embora os agrupamentos tenham destacado uma prática em cada relato, basta ler com atenção para ver que outras práticas também estão presentes.

O ativismo, por exemplo, é uma estética de ocupação das ruas e uma forma de fazermos arte na política e política com arte. É a arte como ferramenta de transformação das estruturas de opressão. A arte em si já mexe com as pessoas e, quando vem com essa carga do feminismo antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, ela tem o intuito de se misturar às outras práticas dos movimentos.





*“Eu acho que as cirandas é uma parte estética também, que foi se constituindo nas rodas de autocuidado, nas iniciativas, nas ações. Eu acho que a AMB ficou mais colorida, ficou mais atrativa e, quando vai, principalmente, para as jovens que estão chegando, tem outro tipo de engajamento e querem conhecer a AMB, eu acho que essa prática das estéticas e do ativismo é um meio de juntar. Eu acho que é uma linguagem que aglutina. Tem aí uma poética que aglutina as pessoas.”*

Nelita Frank, Núcleo de Mulheres de Roraima/NUMUR

*“A descoberta que eu fiz, agora, [...] a nossa prática de ativismo só avançou para uma coisa que ficou muito forte, de quando nós começamos lá em 2008, no projeto Cultura para Transformar as Estruturas de Violência. Foi quando o Leila começou a usar uma estética, usando uma linguagem do teatro para fazer política. A gente fez uns esquetes, falamos de aborto.”*

Cláudia Gazola, Coletivo Leila Diniz, Rio Grande do Norte

As alianças — outro exemplo de prática política — evocam a preocupação de construir com outros movimentos e coletivos feministas para ampliar a força coletiva de nossas reivindicações. Esses

processos são ainda pouco refletidos, embora sejam centrais na nossa construção como movimento, no nosso jeito de fazer e construir a luta feminista.

A construção de alianças expressa a nossa autonomia, o nosso valor democrático de horizontalidade, da construção coletiva, mas também é uma prática que exige capacidade de escuta para a gente entrar numa construção que amplie a força coletiva, a força da luta, mas sem invisibilizar a nossa própria força política. É justamente por isso que elas precisam ser refletidas e sistematizadas permanentemente. Neste sentido, a prática de alianças, que é algo tão importante na AMB, exige uma constante dinâmica de articulação.

27

*“A gente tem um cuidado tão extremado em relação a como a gente se coloca não só em âmbito local, mas nacionalmente também, que às vezes a gente cuida tanto dessa política de aliança no sentido de tentar agregar as demais companheiras de outros movimentos que, às vezes, a gente esquece que é um movimento. Então, a gente fica muito focada nessa coisa do articular, do trazer as outras companheiras. Eu acho que isso é potente, tem muito a ver como a AMB é. Mas, por outro lado, a gente consegue organizar, mas no final das contas, principalmente quando se trata de grandes atividades, de mobilização, a gente acaba ficando*





*carregando piano na hora de nos colocar e nos apresentar.”*

Maria Rosângela da Silva, AMB Paraíba

*“Em geral, a gente pensa muito sobre as dimensões objetivas, né? A divergência de estratégia, a divergência de orientação, mas um elemento, por exemplo, de reflexão sobre a prática política nesse campo que a gente está trazendo, que a gente está trazendo aqui de um campo de destaque que é a construção de alianças, são as dificuldades subjetivas também, que a gente partilha muito pouco. [...] Nossa experiência, no caso da AMB, como mulheres majoritariamente populares — e isso marca a nossa construção —, mulheres negras, mulheres com diferentes condições de vida... Mas quais são as dificuldades também subjetivas que a gente encontra na construção das nossas práticas, especialmente, de uma prática como a construção de alianças, que nos exige tanto na relação com o outro?”*

Verônica Ferreira, Fórum de Mulheres de Pernambuco e coordenadora da AMB

Raramente conversamos sobre a nossa subjetividade na construção de alianças, e o feminismo é o sujeito que disse: o pessoal é político!

As práticas do autocuidado e cuidado coletivo são fortes na AMB e nos nossos encontros há muitos anos. Como uma forma de valorizar a experiência das mulheres com o cuidado, mas, ao mesmo tempo, de questionar os sentidos opressores que são atribuídos a elas. Quando discutimos, por exemplo, a questão das violências, fazemos uma série de conversas que incluem compartilhar as nossas experiências, promovemos atividades que reduzem o estresse, que diminuem a sensação de medo. Não apenas sentamos para discutir o tema, ou elaboramos textos, mas também procuramos formas de transformar aquilo nos nossos corpos e na nossa memória.

As novas metodologias de autocuidado e cuidado coletivo, como a Técnica de Redução de Estresse e Tensões entre Mulheres (TREM), são diferenciais dos últimos anos. Hoje, do ponto de vista da auto-organização da AMB, o cuidado entre nós é parte da nossa metodologia. Além da roda de autocuidado e cuidado entre ativistas da AMB, que está girando virtualmente nesta pandemia, há várias outras acontecendo em diversos estados.

O cuidado está relacionado também com outro elemento que temos amadurecido: o acolhimento das novas gerações, de quem está chegando ao feminismo, que não é necessariamente uma nova geração em termos de idade, mas é uma nova geração que está se aproximando do feminismo. Como é que a gente acolhe essas novas companheiras que estão se interessando por nós? Nós estamos chamando essa acolhida de “chegança”, entendendo que o “chegar” no movimento é um processo, não um marco ou um





momento estático. E, para muitas companheiras, essa chegada se dá mais de uma vez. Às vezes, a pessoa entra, se afasta, depois volta. E isso faz parte, porque a vida é movimento.

Os diálogos interculturais e diálogos intermovimentos são uma prática do nosso movimento, assim construímos confluências e aprofundamos a nossa identidade política antirracista, decolonial/contra o etnocentrismo, anticapitalista, antilgbtqia+fóbica, anticapacitista, entre outras questões. Nós aprendemos muito com os outros movimentos sociais. Um exemplo disso é que, enquanto finalizamos este livro (setembro de 2021), estávamos em Brasília, junto com as mulheres indígenas, que estavam em marcha na luta pelo reconhecimento do seu direito à terra e evidenciando sua resistência na luta pela preservação da vida e do planeta. É nessa troca que a nossa resistência comum se fortalece.

Como mencionado antes, as práticas de solidariedade ganharam outros contornos com a pandemia, numa busca pela garantia da sobrevivência e da dignidade das mulheres e de suas famílias. Fizemos a distribuição de cestas de alimentos, de material de limpeza e de higiene, da construção de cartilhas para orientar as nossas companheiras e para estabelecermos um diálogo em torno dos cuidados no contexto de pandemia da Covid-19. Enfrentamos o negacionismo do atual presidente informando as

mulheres sobre formas de transmissão do coronavírus e como fazer para nos protegermos. Desta forma, as práticas de solidariedade nunca estiveram ausentes do nosso movimento, mas elas se intensificaram diante da pandemia e do aumento da miséria.

Uma prática de incidência política que construímos há muitos anos é o Tribunal das Mulheres, onde se entrelaçam várias outras práticas, como a de aliança. É um importante espaço para analisar determinado problema que nos afeta, denunciá-lo e construir luta política. Por exemplo, em 2019 — quando houve a Reforma da Previdência e perdemos muitos direitos —, realizamos o Tribunal das Mulheres em Brasília para julgar a Reforma da Previdência. Fizemos muita mobilização, articulação, nos aliamos a nossas parceiras e fizemos uma incidência política para pressionar o Estado e denunciar a perda de direitos. É um tipo de incidência bem presencial, mas achamos importante registrar por ser importante para a construção da AMB como movimento nacional.


Ao longo dos relatos, é possível perceber como cada agrupamento se apropria dessas experiências e as transforma. Estamos muitos felizes de ter uma publicação assim, que mostra o quanto somos diversas, como temos linguagens e formas de agir diferentes, mas que também compartilhamos uma identidade comum.



# A SOLIDARIEDADE COMO PRÁTICA POLÍTICA

POR SILVIA CAMURÇA





Com a chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil, nós na AMB começamos uma discussão de como atuar nesse novo contexto: como atravessar uma pandemia sob um governo de ultradireita, com uma agenda ultraneoliberal que desmonta o sistema público de saúde? Como será essa travessia num momento em que estamos sem política de emprego e vemos a penalização crescente das mulheres, empurradas para os trabalhos mais precários e o desemprego? Como ficará a situação da nossa militância e das companheiras com as quais atuamos diante da fome e da miséria que vêm aumentando desde 2016 e vão piorar na pandemia? E as violências doméstica e policial que só têm crescido sob a convivência do poder público, sucateamento das redes de assistência e contenção de protestos por repressão violenta?

Concluimos que, num quadro político como esse, as desigualdades sociais, que empurram muitas de nós para situações de vulnerabilidade, só iriam se agravar na pandemia. Sendo a AMB um movimento de composição bastante popular, ter companheiras em situação de vulnerabilidade é uma questão prioritária sempre e, mais ainda, nesse momento. Assim, logo nas primeiras semanas da pandemia, foram emer-

gindo no grupo de WhatsApp de nosso movimento as notícias de ações de solidariedade que estavam sendo levadas em diferentes pontos do país por nossa militância, recolhendo e distribuindo donativos.

Daí surgiu a ideia de propor às companheiras trocarmos informações sobre essas experiências e refletirmos juntas sobre o sentido dessa prática em nosso projeto feminista de transformação social. A adesão foi grande: pelo menos 50 companheiras manifestaram interesse em participar de uma troca de ideias sobre isso. Uma *comissinha* (como apelidamos uma pequena comissão na AMB) foi criada no próprio grupo de WhatsApp com a tarefa de organizar esse momento, a que chamamos de *Trocas* na AMB.

Este texto se fez sob as palavras e pensamentos das muitas que participamos daquelas *Trocas*. Reflete por isso um momento inicial do debate coletivo sobre solidariedade na AMB, debate que pretendemos retomar e aprofundar com base nos dados e nas práticas vivenciadas ao longo do primeiro e segundo ano da pandemia e do pandemônio (como ficou apelidado entre nós o momento que atravessamos no país).



A ideia de sistematizar o vivenciado na pandemia é ter um texto que possa contribuir para debate amplo e formulação coletiva de uma política da AMB para ações de solidariedade, uma vez que há consenso de que essa é uma prática política relevante para um movimento feminista como o nosso.

32

Gratidão a todas que participaram desse debate inicial, porque tornaram possível este resgate do conhecimento produzido e elaborado coletivamente. Agradeço também às companheiras da comissinha, da qual também sou parte, cujos registros foram a fonte dessa memória.

Este texto está organizado conforme as duas tardes de trocas que vivenciamos juntas: primeiro, uma descrição da prática de solidariedade vivenciada antes e durante o começo da pandemia, em 2020; e uma segunda parte reunindo a elaboração que juntas pudemos produzir e referendar naquele momento de troca. Muitas leitoras, militantes da AMB, poderão reconhecer suas frases e pensamentos aqui resumidos, ainda que sejam frases que entrelaçam umas ideias com outras. Evitei citar nomes para não incorrer em erros ou faltas.

Tomando posse das práticas vivenciadas é que nos conhecemos mais e ao nosso movimento.

As primeiras trocas no grupo de WhatsApp ocorreram na tarde do dia 14 abril de 2020. Combinamos na coordenação, e com apoio da secretaria, que o grupo de WhatsApp da AMB seria fechado, pela primeira vez, para tratar exclusivamente desse assunto, nada mais poderia ser postado no grupo durante as três horas de trocas que iría-

mos vivenciar. Na comissinha, adaptamos uma metodologia de reflexão coletiva via WhatsApp desenvolvida no mês anterior por três militantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco; metodologia que se ancora na proposta das oficinas de reflexão da educação popular feminista, onde há espaço para escuta e para sistematização de impressões e conclusões de forma coletiva e por cada participante.

Naquela tarde, foram partilhadas a situação e as iniciativas de solidariedade de diversas pessoas e coletivos vivenciadas anos antes da pandemia. Vieram memórias e narrativas de vários estados e localidades. Foram partilhadas também experiências coletivas em andamento naquelas primeiras semanas da pandemia de Covid-19. Àquela altura já estavam acontecendo iniciativas no Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, AMB Rio, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coletivo de Mulheres do Calafate (Salvador/BA) e Mauá (região do ABC/SP). Ao longo da tarde e ainda no dia posterior, foram postadas mais notícias de iniciativas afins em Roraima, Serra da Ibiapaba/CE, Paraíba e várias outras.

Da escuta do que estava sendo narrado, percebemos que não é de agora a prática de solidariedade entre a militância da AMB e fomos cada qual destacando nossas impressões na rodada de comentários.

Muitas vezes, a solidariedade foi mobilizada por razões de “calamidade pública”: chuvas, secas, desabamentos; outras, em processos de lutas, como acampamentos e ocupações. Em alguns







momentos, foram ações em solidariedade a mulheres rurais ou indígenas ou quilombolas, assim como à juventude, à luta por educação ou à luta de famílias por moradia.

Algumas experiências conseguiram ser mais bem articuladas, outras enfrentaram enormes desafios por condições pessoais das militantes, ou grandes distâncias geográficas a serem superadas, ou por se darem em locais de difícil acesso.

Algumas iniciativas foram ou são feitas por militantes da AMB para militantes da AMB e outras são realizadas por militantes da AMB para militantes de outros movimentos ou para mulheres dos territórios atingidos por calamidades. E apareceu ainda quem tem a experiência em um espaço diferente de sua militância pessoal, não na AMB.

Determinadas experiências associaram ação de solidariedade com pressão política junto ao poder público local para cumprir políticas estruturais que evitem problemas futuros ou para efetivar direito de proteção social às famílias. Outras associaram ação de solidariedade com denúncia pública do problema enfrentado em determinada comunidade para chamar a atenção de mais gente para a urgência da solidariedade e/ou defesa das pessoas na luta naquele momento.

Antes e no presente, é frequente na nossa prática associar informação e comunicação, comunicação com a sociedade ou comunicação com orientações para as pessoas em situação vulnerável. Na pandemia não foi diferente, apenas usamos

muito mais áudios e material para redes sociais e fizemos de forma virtual debates políticos.

Tanto antes como no presente, tivemos experiências associando solidariedade e luta por direitos, ou solidariedade e apoio direto para mulheres cumprirem protocolos para acesso aos serviços, por exemplo: cadastros e, no caso da pandemia, inscrição via internet para solicitar auxílio emergencial.

Vimos que, conforme nosso grau de organização nos agrupamentos estaduais, atuamos em maior ou menor escala, alcançando número maior ou menor de mulheres e suas famílias. Por isso, as formas de atuação e possibilidades das experiências durarem no tempo foram e são diferentes, também na pandemia.

Em relação a experiências anteriores, o contexto da pandemia trouxe dois diferenciais marcantes. O primeiro foi a preocupação com as medidas sanitárias e os cuidados com os efeitos do isolamento social na vida de cada mulher e de sua família. E o segundo diferencial foi o impacto na vida de todas as militantes. Por isso, algumas das experiências atuaram mais próximas de uma ação em rede, onde militantes ajudavam-se mutuamente. Quem socorria também era socorrida.

Os donativos incluíam, além de alimentos, a doação de máscaras caseiras e remédios de uso contínuo, que o SUS já não garante por força dos cortes em seu orçamento. Em alguns locais, era parte dos cuidados a produção e distribuição de informação sobre a pandemia: o que é o “novo



coronavírus”, como se propaga e contamina, como se prevenir ou reduzir riscos de contaminação. Foram criadas respostas para suprir a desinformação inicialmente encontrada junto à militância nos bairros e comunidades.

34 Alguns grupos de militantes precisaram sair do isolamento para entregar donativos, outras ações optaram por compras na comunidade para facilitar a distribuição ou a retirada no local pelas próprias mulheres beneficiárias dos donativos. Com frequência, foi preciso apoiar o acesso à internet e a créditos de celular, único modo de permitir momentos de trocas e escuta entre militantes sobre a vivência de cada uma na pandemia e as urgências. Foi constante a preocupação com a saúde das companheiras do coletivo e daquelas com quem nos relacionamos.

Muitas vezes foi preciso buscar alternativas solidárias de apoio emocional, financeiro, de esclarecimento de programas governamentais e até construir metodologias para dialogar melhor entre companheiras e com as mulheres das comunidades. Sempre atentas à angústia e à incerteza que a “solidão” em casa provoca.

Mas ficou marcada a disponibilidade da nossa militância em acionar as riquezas de saberes e fazeres de cada uma, colocar em prática a mão na massa. A disposição de tentar ajudar de algum jeito, fosse fabricando máscaras, buscando doações de vários recursos necessários, orientando meditação, exercícios de relaxamento ou rodas virtuais de autocuidado e cuidado entre militantes.

Entre a militância engajada nas ações, havia uma preocupação crescente e angustiante: estar em isolamento, mas se preocupar com as outras, as que nem podem telefonar, as que estão sem trabalho remunerado, preocupação com a saúde de todas e a consciência do agravamento das condições de vida das mulheres. Vivenciar o turbilhão de sentimentos e impactos e perceber igual turbilhão nas outras. As rodas de cuidado entre ativistas foram muito importantes nesse processo.

Porém, se nessa experiência nossa militância vivenciou o medo e a insegurança na condução dessa crise pelos agentes governamentais, também crescemos. Crescemos em consciência coletiva sobre os problemas vivenciados pelas nossas comunidades, em especial nas periferias; crescemos em disposição para contribuir com a mitigação das consequências da pandemia, nas necessidades básicas de sobrevivência e de saúde física e mental. Crescemos na visão coletiva de nossas dificuldades, na elaboração e execução de ações articuladas e integradas, e na construção de saídas para transpor os bloqueios do distanciamento social.

Exercitando e lendo as narrativas naquela tarde do dia 14 de abril, concluímos que pudemos certamente nos fortalecer entre nós, compartilhar métodos e formas de como articular solidariedade e incidência política, experiências de organizar a ação à distância. Chegamos a cogitar que poderemos sair dessa pandemia mais fortes, mais unidas e mais organizadas, mesmo percebendo que nossas realidades são diferentes: os governos, os agrupamentos estaduais da AMB, a formação política, a forma de se articular com outros





grupos. A linguagem. O cotidiano. Às vezes, o que produzimos em nível nacional não dialoga com o local. Mesmo assim, poderemos sair mais fortes.

Concluimos que há dificuldade de registrar e comunicar o que estamos fazendo nos territórios, e dificuldade de conseguir coletivamente inter-cambiar e acumular experiências para melhorá-las. Em especial, a articulação luta *versus* solidariedade, pois majoritariamente atuamos em redes maiores e menores de solidariedade, mas não deixamos de questionar e pressionar os poderes públicos em várias escalas.

Aprendemos que se manter minimamente bem do ponto de vista emocional é importante para pôr em prática qualquer ação de solidariedade. Vivenciamos a dificuldade de fazer com que os/as moradores ficassem em casa, já que a rua é a extensão da casa nas comunidades. E doeu perceber que a pandemia chega num contexto em que a vida está valendo tão pouco que faz com que as pessoas naturalizem as mortes. Vimos com revolta e tristeza a alienação de lideranças religiosas fundamentalistas, acreditando e reproduzindo a fala negacionista do Presidente da República.

Vimos a força do individualismo, muitas vezes, ser maior que a solidariedade. E visualizamos coletivamente como a injustiça socioambiental retira de muita gente as possibilidades de cuida-

dos básicos de saúde, como lavar as mãos com frequência, impossível em locais onde a água encanada não chega. Algo impensável para militantes que vivem em florestas, por exemplo. E compreendemos coletivamente a injustiça da internet, que não é universal. Vimos aonde chega sinal e aonde não chega, e sabemos o porquê.

Mas aprendemos caminhos para não sucumbir ao medo e à tristeza; administrar o longo tempo que temos dentro de casa, controlando a angústia. E foi importante manter nossa militância e organização ativas, sem as práticas habituais, mas realizando nossas primeiras reuniões virtuais locais e nacionais. E ficamos mais atentas umas às outras. Fortalecendo o NÓS.

O resgate da memória de ações anteriores e das ações na pandemia nos mostrou também nossa grande capacidade de reconhecer a desigualdade entre nós e as possibilidades de construir formas de atuar considerando essas desigualdades, tendo a solidariedade como uma prática política.

O que nos une está forte: um princípio de que nossa luta feminista não pode estar desatrelada da luta anticolonialista e antirracista, cujas relações injustas de dominação foram expostas pela pandemia. Precisamos agir para desequilibrar essa estrutura de opressão e exploração. Essa é uma riqueza da AMB e de nossa prática como movimento.



## SOLIDARIEDADE FEMINISTA: QUE SIGNIFICA PARA NÓS?

36

O segundo momento de trocas foi na tarde seguinte, dia 16 de abril de 2020. Dessa vez a proposta foi iluminar as práticas vivenciadas, refletindo sobre o que é solidariedade para nós, militantes da AMB, e que concepção de solidariedade devemos assumir como inspiradora de uma política permanente de solidariedade na prática política de nosso movimento.

Pelas primeiras falas, ficou nítido que há uma dimensão política que atribuímos à prática de solidariedade feminista, pois temos projetos políticos, temos um olhar crítico sobre a sociedade e um projeto para torná-la mais igualitária. Totalmente distinto da solidariedade das “senhoras de caridade”. Na solidariedade feminista, as mulheres estão no centro da atenção, uma ação que brota da luta das mulheres por igualdade, por direitos e por melhorias de vida para todas.

Concluimos das trocas que, para a AMB, ações de solidariedade feminista trazem um compromisso com a transformação social, com o reconhecimento das desigualdades entre nós e o comprometimento de enfrentá-las no longo prazo também, não apenas no momento pontual de responder a uma emergência.

Enfrentamos diferentes urgências: a fome, o desemprego, mas o socorro na urgência do momento de parto e de um aborto também faz parte. Assim como socorro às situações de violência pelas quais passamos. Essas situações mostram para nós mesmas que todas as práticas de solidariedade feminista são parte de nossa vida privada e política, de forma mais intensa para umas que para outras, mas sempre presentes.

Todas essas práticas orientam-se por compartilhar momentos difíceis de mãos dadas, compreendendo que temos em comum as dores da opressão, da exploração e dominação de classe, de gênero e de raça. Que essas dores não são um problema individual, mas coletivo, e que são parte daquilo que desejamos por fim no mundo: a injustiça e a desigualdade. No modo de fazer as ações de solidariedade feminista, discutimos desigualdades, nos conectamos, nos fortalecemos no processo de solidariedade e fortalecemos nossas lutas. Tecemos e alimentamos vínculos permanentes entre nós, mulheres que estão na luta por um mundo melhor.

A solidariedade feminista que praticamos e desejamos é uma solidariedade feita entre companheiras, como uma prática política do nosso movimento, permanente, que nos faz, como movimento, ser uma comunidade de outro tipo, mas uma comunidade. Inclui também troca e partilha de saberes, partilhar o que temos ou juntamos. Nesse sentido, ajuda a diminuir desigualdades entre nós e a estarmos juntas nos momentos de dor e sofrimento, nos reconhecermos umas nas outras de maneira que não nos





diferenciemos mais do que já somos, e que, ao contrário, nos vinculemos mais.

Compreendemos, pelo menos nesse debate, que ações de solidariedade são práticas políticas para reduzir as condições desiguais entre as mulheres militantes para que todas possam ser sujeitos políticos de seu movimento. É criar condições ou assumir gestos que ajudem a diminuir as desigualdades entre nós, que somos parte de uma mesma comunidade política. É uma força única, principalmente para mulheres negras das periferias de bairro, onde passamos muitas aflições.

## A TÍTULO DE CONCLUSÃO E PARA CONTINUAR AS TROCAS NA AMB

O debate do fim da tarde naquele 16 de abril produziu uma leitura coletiva sobre as contribuições de todas nessa rodada de troca, apontou forte convergência na relação entre solidariedade e desigualdade, em nossa concepção de solidariedade feminista, e levantou debates pendentes, a serem aprofundados.

Algumas destacaram três dimensões da solidariedade feminista: solidariedade entre militantes para reduzir as desigualdades nas condições de lutar no movimento, porque fazemos feminismo em condições desiguais de vida. Solidariedade nas lutas para arrancar direitos que ajudem a reduzir

desigualdades. Solidariedade na luta por transformação ampla das relações de desigualdade e acabar com a dominação e a exploração.

Alguém comentou: “parece que olhamos solidariedade na relação com nosso fazer político, em que mudamos o mundo como nossas ações e vamos nos revendo junto, tensionando o individualismo”. E outra acrescentou: “destaco como, para nós, a solidariedade é uma ferramenta política e de redução das desigualdades sociais, redução de desigualdade entre militantes, de mulher para mulher [...] e ainda ser transformadora [...] e estar na luta”. Apareceu também: “solidariedade como fortalecimento entre nós mulheres e fortalecimento das lutas e como força entre mulheres negras e da periferia [...] é dividir o que se tem”.

## E SEGUIRAM-SE VÁRIOS INDICATIVOS DAS QUESTÕES QUE PRECISAMOS APROFUNDAR

- Nem todas as experiências estão conseguindo ligar as ações de doação com ações de lutas nesse momento virtual. Uma dificuldade a enfrentar. Pois, se convergimos na prática de solidariedade como dimensão da ação coletiva e como um valor feminista, nem todas as práticas estão vinculadas a uma estratégia de médio



38

e longo prazo para fortalecer as lutas ou para fortalecer a organização do nosso movimento.

- Será que instituir ações de solidariedade permanente, com donativos nas comunidades, poderia alterar o caráter de nosso movimento? Isso é desejável pela maioria? Será que há riscos de não superarmos a contradição entre solidariedade e luta política?

- Nesse caso, não é melhor assumirmos uma visão de solidariedade como prática política com efeito imediato apenas na própria militância da AMB? Seria essa uma forma de facilitar a atuação política das militantes nas desigualdades existentes entre nós?

- Diante da crise e empobrecimento entre nossa militância e ao seu redor, teremos de fazer da solidariedade uma prática permanente, mas para isso é necessário desenvolver metodologia, política de arrecadar recursos, de organização coletiva das atividades e até ampliar essa ação para ter objetivo de formar redes comunitárias, mas mantendo a perspectiva e método de alimentar nossas lutas com essas redes.

- Um método de solidariedade feminista deve oferecer o suporte para as críticas que nosso movimento organizado acumulou. Está colocada a reflexão sobre o nosso feminismo antissistêmico, a partir de nossas práticas solidárias, nos impulsionando a radicalizar as denúncias sobre as desigualdades desse sistema, a concentração de riquezas, as situações de empobrecimento e miséria da população.

- Numa futura política deve-se considerar que as práticas solidárias ficaram também

apontadas como contendo potencial para abrir o campo da nossa criatividade e apontar saídas duradouras, de longo prazo, para enfrentar as duras realidades das mulheres e suas famílias no Brasil. Os arranjos comunitários, as pequenas produções e as trocas ressurgem nesse contexto com muita força e potência de transformação, mesmo compreendendo que nosso olhar deve estar além, na luta antissistêmica, que é a única que pode, de fato, nos levar a superar essas desigualdades estruturantes de classe, raça e gênero.

- Diante dessas dúvidas, uma alternativa pensada foi avançar na ideia de solidariedade como princípio do nosso feminismo, com suas maneiras específicas de se expressar conforme os contextos. Agora na pandemia o tipo de ação solidária foi viabilizar donativos para militantes e comunidades, em outras situações pode ser outro. Mantendo um princípio permanente, mas realizando ações somente em momentos específicos.


Essas questões ficarão pendentes até que um processo de sistematização aprofunde nosso conhecimento das experiências em sua totalidade e cada qual em sua especificidade. Precisaremos fazer debates mais longos, nacionais e locais, mais trocas na AMB sobre essa prática e daí, quem sabe, chegaremos a acordar uma política de solidariedade para nosso movimento.

Até lá ficamos com uma das postagens poéticas, entre as muitas que tivemos ao longo das trocas:

*...ações e práticas de solidariedade devem estar sempre em nossas vidas, enquanto vigorar o inverno, quando o luar não estiver presente...*








# A PRÁTICA DE AUTOCAUIDADO E CAUIDADO ENTRE ATIVISTAS

POR GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA, COM A  
COLABORAÇÃO DE AMARA HURTADO, ANALBA BRAZÃO,  
GABRIELA FIDELLIS, LILIANE BRUM RIBEIRO E HELENA ALVES





O autocuidado e o cuidado entre ativistas, o cuidado coletivo, são uma prática movimentista que vem sendo desenvolvida na Articulação de Mulheres Brasileiras para sustentar e fortalecer pessoal e politicamente as ativistas nas lutas de resistência e por transformação ecossocial.

Praticamos o cuidado feminista antirracista, anticapitalista, antilgbtqi+fóbico, decolonial, anticapacitista, coerentemente com os princípios e estratégias que definimos no nosso movimento. Práticas de cuidado integram as dimensões individual e coletiva, uma não se viabiliza sem a outra. O cuidado coletivo não pode se sustentar no sacrifício individual de algumas cuidadoras, nem prescindir do autocuidado de cada uma. Cada uma pode, em diferentes momentos ao longo da vida, tanto dar quanto receber cuidado. A reciprocidade do cuidado nos parece preciosa. Por isso mesmo, as nossas práticas de autocuidado estão indissociavelmente conectadas ao cuidado entre ativistas, favorecem a solidariedade e a reciprocidade entre as mulheres e suas lutas, com amorosidade, acolhimento, intimidade, confiança, cumplicidade, proteção, desaceleração do tempo, paciência, autoconhecimento e reconhecimento mútuo.

Aqui e agora, subversivamente, nas comunidades virtuais e territoriais a que pertencemos, germinamos sementes de cuidado e nutrimos viveiros de alternativas. A dimensão política do cuidado, do ponto de vista do feminismo da AMB, se concretiza em ações afirmativas, reparatórias, em relações solidárias, justas, de reciprocidade e reconhecimento mútuo entre as próprias mulheres. Nossas práticas de autocuidado e cuidado coletivo cultivam o respeito e a amorosidade, e a quebra de superioridades, subalternidades e sujeições, privilégios e exclusões que os sistemas de dominação nos impõem.

41

## CONTANDO A HISTÓRIA DA PRÁTICA DE AUTOCAUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

O cuidado está na raiz das lutas feministas do século XX, desde os SOS Violência contra as Mu-



42

lheres, passando pela maternagem coletiva, até o apoio às mulheres que decidem interromper gravidezes indesejadas. Todas essas, entre muitas outras, são expressões cuidadosas e solidárias das feministas que têm lutado por direitos e para transformar o mundo. A AMB, assim como outros movimentos feministas antirracistas e anticapitalistas, é herdeira dessa história, bebemos dessa fonte.

Faz muito tempo que assumimos o desafio de transformar o mundo pelo feminismo na AMB, ao mesmo tempo em que transformamos os nossos movimentos e a nós mesmas. O pessoal e o político estão indissociavelmente imbricados na nossa forma de organizarmos e darmos sentido à luta.

De 2007 a 2009, a AMB desenvolveu um processo de formação, articulação e diálogo sobre a violência contra as mulheres. A publicação intitulada *Por Mim, Por Nós e Pelas Outras*<sup>1</sup>, organizada por Analba Brazão e Verônica Ferreira, revela que já naquele momento o autocuidado e o cuidado coletivo, ainda que não estivessem explicitados nos objetivos do processo, constituíram parte dele. O capítulo “*A mulher tem que ser livre como um pássaro e corajosa como uma onça*”, escrito por Louisa Huber, afirma a importância que as práticas corporais tiveram, permitindo inferir que:

[...] o corpo é um lugar privilegiado de apreensão e de vivência da realidade que permite identificar metáforas, processos experimentais e interpretativos

<sup>1</sup> Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/wp-content/uploads/2021/02/2010-Por-mim-por-nos-e-pelas-outras-Mulheres-resistindo-a-violencia-em-diferentes-contextos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

que funcionam como meio essencial de compreensão para as pessoas e contribuem para desenvolver estratégias de enfrentamento de situações de violência e sofrimentos (AMB, 2010, p. 94).

Contudo, até 2010, nem a carta de princípios da AMB, tampouco a carta de princípios do II ENAMB (Encontro Nacional da AMB), que se realizaria no ano seguinte, mencionavam o cuidado entre ativistas.

A prática do autocuidado e do cuidado coletivo veio a ser designada dessa forma, apropriada e afirmada como princípio ético e estratégia político-organizativa de sustentação do nosso movimento, um pouco depois. Os Diálogos Virtuais sobre Ativismo e Autocuidado, realizados em 2014, por iniciativa da Universidade Livre Feminista em parceria com CFEMEA, reuniram várias ativistas da AMB e foram um marco importante nesse sentido.

A primeira Casa Feminista realizada em Belém (2009) e o II ENAMB, em Brasília, foram momentos importantes da vida da Articulação de Mulheres Brasileiras. E, embora não nominado, o cuidado já estava bem presente, integrado ao nosso modo de fazer política. Na metodologia da Casa e do ENAMB — dos seus encontros preparatórios, assim como depois deles —, nas reuniões do nosso Comitê Político Nacional e nas Plenárias, a dimensão do cuidado entre nós veio sendo incorporada, nomeada, designada, passou a compor a nossa agenda política. O cuidado veio ganhando maior espaço e relevância tanto em conteúdo como na forma como a AMB se orga-





niza, em seus processos formativos, decisórios, inclusive nas suas estratégias de resistência e lutas por transformação social.

Desde então, novos processos formativos, reflexivos e vivenciais sobre ativismo, autocuidado e cuidado coletivo foram e continuam a ser desenvolvidos por vários agrupamentos, em diferentes estados. Outras iniciativas de âmbito regional foram desenvolvidas em parceria entre o CFEMEA — Centro Feminista de Estudos e Assessoria, e vários agrupamentos da AMB, para a formação das ativistas nas regiões Centro-Oeste (2015), Nordeste (2016), Norte (2018), Sudeste-Sul (2019), onde cada encontro reuniu em torno de 25 mulheres. O processo formativo incluía, entre outros elementos, a prática e a condução de exercícios para a redução de estresse e alívio de tensões (TREM), visando o autocuidado e o cuidado solidário entre as mulheres.

Merece ainda destaque o Diálogo Virtual sobre Cuidado e Autocuidado entre Ativistas, realizado em 2018, na plataforma de formação da Universidade Livre Feminista. Ativistas dos agrupamentos da AMB do Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pará, Paraíba, Pernambuco, Roraima, São Paulo participaram ativamente da discussão, além de parceiras dos Coletivos Flores de Dan, Ilú Obá de Min e Casa Frida. A síntese desses Diálogos<sup>2</sup> expressou bem a maturação, enraizamento e capilarização da prática do cuidado no nosso movimento até aquele momento.

<sup>2</sup> Disponível em: [https://feminismo.org.br/wp-content/uploads/2021/03/CuidadoAutocuidadoAtivistas\\_Zine2020\\_WEB2.pdf](https://feminismo.org.br/wp-content/uploads/2021/03/CuidadoAutocuidadoAtivistas_Zine2020_WEB2.pdf). Acesso em: 16 ago. 2021.

Há alguns anos, tem sido bem animador observar a criação de coletivas nos agrupamentos locais, para o autocuidado e cuidado coletivo, como acontece no Fórum de Mulheres do Espírito Santo, na AMB Paraíba, assim como de Rodas que giram no Coletivo de Mulheres do Calafate, em Salvador, na AMB Goiás, na AMB São Paulo, no Fórum de Mulheres de Pernambuco, entre outras iniciativas que precisamos mapear, reconhecer, visibilizar.

43

A prática feminista do cuidado entre ativistas na AMB tem trazido um pouco de leveza no dia a dia, porque a luta é pesada, causa estresse, desânimo, ainda mais nesse contexto sufocante de crise, pandemia, empobrecimento, ameaças, riscos, violências, perdas e lutos. O cuidado é indispensável à renovação das nossas forças para as lutas de resistência e pelo Bem Viver.

## QUE ATIVIDADES COMPÕEM ESSA PRÁTICA?

A prática do Cuidado na AMB envolve processos sistemáticos, periódicos, contínuos, além de atividades pontuais, desenvolvidas por nossas ativistas, pela Comissinha do Cuidado, pelos agrupamentos locais, por algumas coletivas nacionais e locais, em atividades de formação feminista, nas campanhas de solidariedade promovidas pelos agrupamentos, em processos de mobilização social. Como ocorreu, por exemplo, na última Marcha das Margaridas, em 2019.



Entre os processos periódicos e contínuos focados nessa construção estão as Rodas de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas, Rodas de Acolhimento e Autorreflexão, as sessões da TREM para ativistas — Técnica de Redução de Estresse e Tensões entre Mulheres, que detalharemos a seguir.

44

## AS RODAS DE AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

Pra que as Rodas? Para conversar, dançar, brincar, meditar, compartilhar dificuldades e mobilizar solidariedade, a confiança e a alegria entre nós. Para aprender e ensinar, dar e receber, dialogar sobre as nossas vidas de ativistas, militantes, lutadoras e assim nos reconhecermos mutuamente. Estamos na Roda para que cada uma de nós se fortaleça, ao mesmo tempo em que fortalecemos os vínculos entre nós.

E por que as rodas entre ativistas na AMB? Para nós, o pessoal é político. Partimos da crítica feminista à separação entre o pessoal e o político, emoção e razão, individual e coletivo. Como ativistas, militantes feministas antirracistas, nós nos inventamos na luta política e estamos construindo, a partir da nossa própria experiência, inclusive na Roda, um jeito de viver e fazer política sem esses dualismos. Além disso, nesse espaço podemos dar vazão às nossas emoções, inquietações e fragilidades confiando no amor, na escuta empática e no reconhecimento entre

nós, mulheres de luta. As rodas possibilitam recarregar as forças, descontraír, liberar os gritos represados, compartilhar os medos, dar limites, relaxar o corpo que se contrai cada vez que somos coagidas, agredidas, ameaçadas, ou a cada perda de direito.

Como a roda gira na AMB? A Roda é um espaço autogestionário, autônomo. Os giros são periódicos (semanais, quinzenais ou mensais) e em geral são organizados em ciclos quadrimestrais ou semestrais. Algumas rodas reúnem exclusivamente mulheres ativistas da AMB, outras são de iniciativa da AMB e reúnem companheiras de luta, não necessariamente todas pertencentes à nossa articulação. E há também rodas que nossas ativistas, solidária e cuidadosamente, facilitam com e para companheiras de outros movimentos aliados. Em qualquer uma dessas situações, as ativistas da AMB que vêm facilitando esses processos, têm sempre assumido uma postura educativa, compartilhando e favorecendo a apropriação dessa metodologia por outras companheiras da própria articulação, assim como por companheiras de diferentes movimentos e lutas, de maneira horizontal e circular.

Registramos que a primeira Roda de autocuidado e cuidado entre ativistas girou no Distrito Federal, em 2014, a partir de iniciativa do CFEMEA, construída em parceria com o Instituto Arcana. A metodologia que vem sendo apropriada (não multiplicada!) em muitas rodas que giram na AMB, ou conduzida por ativistas do nosso movimento, toma essa referência.





## SESSÕES DA TREM – TÉCNICA DE REDUÇÃO DE ESTRESSE ENTRE MULHERES

Outra prática periódica e contínua para o cuidado entre ativistas da AMB são as sessões da T. R. E. — exercícios para alívio de estresse pós-traumático e tensões<sup>3</sup>. Esses exercícios já vinham sendo adotados em contextos de conflitos agudos, desastres e crises humanitárias pelo seu criador, David Bercelli, para acudir grupos grandes de pessoas vivendo sob essas condições, em diferentes regiões do mundo. Desde o início da pandemia, as sessões da TREM têm ocorrido duas vezes por semana, conduzidas online, pela plataforma Zoom, por e para ativistas da AMB, bem como para outras mulheres atuantes em diversas lutas e movimentos.



<sup>3</sup> Do inglês *Trauma and Tension Releasing Exercises*.

## COMO ESSA PRÁTICA SE CRUZA QUANDO FAZEMOS UMA ATIVIDADE OU EMPREENDEMOS UMA DAS LUTAS

45

Ao longo desses anos, seja nas plenárias nacionais da AMB, seja nos processos organizativos e de mobilização social (como foi na última Marcha das Margaridas), nos territórios onde as ativistas da AMB atuam, o Cuidado, como princípio ético e como estratégia político-organizativa que orienta nossa ação para transformar o mundo, tem estado presente, indissociavelmente articulado ao princípio e à estratégia da Solidariedade.

As práticas de autocuidado e cuidado coletivo se cruzam com as iniciativas de solidariedade, de proteção e defesa de defensoras de direitos humanos. Também com os processos de formação política feminista.

Essa prática se cruza com as outras práticas político-organizativas no sentido do fortalecimento do nosso movimento. Cada uma que se cuida, se fortalece. Fortalecidas, as mãos ficam mais fortes para oferecer o apoio às outras companheiras e estarem juntas na luta. Assim, o autocuidado e o cuidado coletivo compõem nossas formas de mobilização, de construir alianças, de dialogar com a sociedade e de incidir sobre o Estado.





# HISTÓRIAS INTERESSANTES OU SIGNIFICATIVAS SOBRE ESSA PRÁTICA

46

Há muitos depoimentos importantes de nossas companheiras a respeito dessa prática, durante os trabalhos. Vamos citar algumas falas que sintetizam o que vem sendo dito por várias (os nomes das pessoas não serão citados, mantendo nosso compromisso de confidencialidade do que é partilhado nas rodas).

No contexto da pandemia, uma das participantes das rodas de autocuidado e cuidado entre ativistas avaliou que foi o melhor que aconteceu dentro desse contexto tão difícil.

*“Foram fundamentais os encontros e aprendizados neste grupo, para atravessar todas as dificuldades desse ano. Na verdade, esse momento atípico era o que estava exposto, mas as rodas contribuíram numa camada muito mais profunda na minha vida.”*

Participante 1

Outro depoimento fala da importância das partilhas profundas, trocas sensíveis e vivências de metodologias de cuidado cheias de fundamentos para o bem viver, a saúde física, psíquica, emocional e espiritual.

*“Um processo que possibilitou o acesso a ferramentas do cuidado e autocuidado com muita responsabilidade, afeto e recursos para um ativismo mais seguro no que tange aos componentes emocionais. As práticas deram sustentação e fortalecimento para cada uma de nós, enquanto sujeitos individuais e ativistas, ao trazer à tona alguns elementos e ferramentas para reenergizar os corpos cansados, ritualizar as pausas e colocar em movimento pensamentos e sentimentos que possam fazer fluir a criatividade e o prazer de estar na luta.”*

Participante 2

Em relação aos Encontros de Autocuidado, Cuidado entre Ativistas e Formação na TREM, seguem os depoimentos de duas companheiras:

*“Eu sinto que aprendi não apenas ferramentas de cuidado e autocuidado, mas aprendi uma outra forma de me comunicar, de ser no mundo, o caminho pelo qual desejo continuar trilhando a minha vida e o meu ativismo.”*

Participante 3





*“É muito difícil se acalmar vivendo numa comunidade dominada pelo tráfico, pela milícia, violência por todo lado. O cuidado entre nós me permitiu acalmar a minha mente, consegui alcançar alguma tranquilidade, algum descanso, porque eu vivia desesperada, muito angustiada, sem nenhum minuto de paz. Passados dois anos, vejo que não foi só a minha mente que mudou, o meu corpo também mudou, eu sinto o alívio no meu corpo, agora eu sei como meu corpo me ajuda a relaxar, descansar. E eu quero compartilhar essa possibilidade com as minhas companheiras aqui na comunidade, quero que elas tenham acesso a isso, e me dedico a tornar o autocuidado e cuidado entre ativistas acessível pra elas também.”*

Participante 4

Outra companheira conta como a experiência do autocuidado entre ativistas a tornou mais ousada.

*“Eu fui uma menina triste, muito tímida, que teve uma vida muito difícil e sem estímulos para mudar meu jeito. Ao conhecer o autocuidado no ativismo, comecei a me perceber melhor e até me arrisquei a escrever versinhos ativistas.”*

Participante 5

Uma companheira descreve a sensação experimentada durante a sua primeira sessão da TREM:

*“[...] então nos deitamos no chão de olhos abertos, e numa pequena sequência de exercícios, uns tremores começaram, foram tomando conta do meu corpo, e eu não sentia nada além da surpresa de que tudo aquilo vibrava vindo de mim. Eu não tinha o controle. E era bom. A companheira que estava facilitando a prática, então, se colocou ao meu lado. Porque ela sabia. E eu sabia que ela sabia. Não somente de mim até aqui. Mas de tudo que ainda pode ser. Assim protegida neste olhar e nesta voz, eu vivi esta entrega.*

*Quando terminamos, a sensação de assombro e relaxamento profundo me tomou. E me trouxe a memória remota do sono depois do banho de mar da infância, em que aquele mar parecia ter vindo comigo pra casa, balançar-se em mim até se desvanecer, como a espuma das ondas na areia do sono. Esta memória estava em mim, como ainda está o mar da minha terra. Real, objetivo.*

*E me trouxe a memória viva da sensação de relaxamento depois do sexo. E do primeiro gozo, desta primeira descoberta, que*



*sem saber um dia descobri, como muitas descobrimos. A memória da surpresa da descoberta do prazer. De um relaxamento que até então eu só vivia assim.*

*Estas memórias pareciam perdidas no corpo. Perdidas na poeira das tensões que grudam na pele e se encrustaram na alma, pelo vento de um tempo sem tempo que espalha por todo lado as pequenas agonias. E que dia a dia nos desencontram do corpo e de quem fomos e ainda somos, mas escondidas ali, em algo de nós. Neste corpo no qual nenhuma memória está definitivamente perdida [...] E o corpo onde habitam todas estas memórias se redescobre no seu próprio movimento. Nele, o corpo perdido encontra-se a si mesmo. E este reencontro é transformador.*

*E essa foi a maior aprendizagem desse momento: [...] que toda esta memória, toda esta possibilidade de curar-se a si mesma, e todo este relaxamento adormecido, todas estas sensações, estavam vindo dali, dos movimentos do meu corpo, como de uma Madeleine mergulhada numa xícara de chá. Com gratidão e amor.”*

Participante 6

Um último depoimento:

*“Eu que sempre me dediquei a cuidar de todo mundo, cuidei da minha família, de amigas, cuidei também como profissional da enfermagem, foi nesse espaço de cuidado entre ativistas que pela primeira vez na minha vida, vivi e desfrutei da experiência de ser cuidada por alguém, por uma companheira do ativismo. Me emociona demais essa experiência. Feminismo é revolução!”*

Participante 7







# A RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA DO AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS COM OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS

Seja nos processos contínuos ou nas atividades pontuais, a partilha de saberes populares, de conhecimentos das mulheres de raízes étnico-culturais diversas, técnicas milenares e contemporâneas permeiam as práticas de cuidado na Articulação de Mulheres Brasileiras. Do cuidado digital às práticas integrativas em saúde, da TREM à Atenção Plena, das cirandas e outras danças circulares ao *Chi Qong*<sup>4</sup>, da Escrita Cria-

4 “O Chi Kung (Qi Gong – 气功) é uma disciplina da Medicina Tradicional Chinesa e, tal como esta, evoluiu através dos tempos. Resulta de milhares de anos de experiência dos chineses no uso da energia (Qi) para tratar doenças, promover a saúde e longevidade, expandir a mente, alcançar diferentes níveis de consciência e desenvolver a espiritualidade. Para se obter os benefícios que essa prática proporciona, é necessário dedicação regular a seus treinamentos, disciplina e aplicação prática da sua filosofia no dia a dia. O Chi Kung beneficia o metabolismo e previne a maioria das chamadas doenças da meia-idade, tais como o endurecimento das artérias e articulações”. Disponível em: <http://www.sbtcc.org.br/chi-kung>. Acesso em: 19 ago. 2021.

tiva e Coletiva ao *Pranayama*<sup>5</sup>, da alimentação saudável aos saberes ancestrais sobre as ervas, chás, banhos e escalda pés, toda essa sabedoria que as próprias mulheres acumulam tem sido ofertada e circula pelos espaços de cuidado entre ativistas abertos na AMB.

A prática do cuidado também envolve ações de conscientização, *lives* informativas e com acessibilidade comunicacional, ações de prevenção à saúde, campanhas de enfrentamento à violência contra as mulheres também pelo cuidado; oficinas de autoconhecimento e reconhecimento mútuo; escuta e acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica; campanhas de solidariedade em face da pandemia, acolhimento individual de ativistas vivendo em situação de risco e sofrimento.

A prática do cuidado se relaciona diretamente com os princípios organizativos da AMB, tem tudo a ver com a construção da unidade na diversidade. Sem cuidado, sem reconhecimento mútuo, sem diálogo intercultural, seria muito difícil sustentar essa unidade na ação, comprometida com a autonomia organizativa e política dos agrupamentos locais.

A horizontalidade e a circularidade que norteiam as práticas de autocuidado e cuidado entre ativistas na AMB ampliam, aprimoram e dão maior

5 Pranaiaama (do sânscrito प्राणायाम, transliterado *prāṇāyāma*, “expansão do *prāṇa*”) é o quarto ramo do Raja-ioga exposto nos Ioga Sutras de Patânjali. *Prāṇa* é a fonte de energia. O *prāṇa* é substrato universal. Pranaiaama é o conhecimento e controle do Prana. Para o ioga antigo, é a expansão da bioenergia no corpo humano através de movimentos respiratórios conscientes e estruturados. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pranaiaama>. Acesso em: 19 ago. 2021.



sustentação ao ativismo das suas integrantes, na condição de sujeitos em processos decisórios horizontais e participativos.

50

As práticas do cuidado aprofundam a escuta atenta de si mesma, favorecem a escuta das outras. As companheiras se sentem mais livres, menos tomadas por respostas meramente reativas e automáticas, o que oportuniza melhores condições de participar e sustentar diálogos controversos, de lidar com os conflitos com maior flexibilidade, favorecendo a produção de consensos e o respeito às minorias. Favorece, portanto, o aprofundamento do debate democrático.

O cuidado entre ativistas fortalece vínculos, que tornam mais consistente e coesa a nossa forma de organização, assim como a livre adesão às lutas coletivas organizadas com outras redes e articulações do feminismo e do movimento de mulheres brasileiro e internacional. As práticas de cuidado entre ativistas orientam-se para o fortalecimento do movimento de mulheres, numa perspectiva feminista, antirracista, decolonial, anticapitalista e anticapacitista.

As práticas de autocuidado e cuidado entre ativistas que temos experimentado na AMB reconhecem, respeitam e dignificam os saberes populares e acadêmicos presentes entre as mulheres e fomentam a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento a esse respeito. E, nesse sentido, também têm sido práticas relevantes à consolidação das nossas alianças, aprofundando laços entre mulheres feministas

de distintos movimentos sociais, fortalecendo o caráter contra-hegemônico dessas práticas.

## DESAFIOS E QUESTÕES COLOCADAS PARA O NOSSO MOVIMENTO

Um dos grandes desafios que estão colocados para nós é o de priorizar o cuidado e autocuidado diante de tantas demandas internas e externas para os nossos movimentos e coletivos. Priorizar nossos sentimentos, o acolhimento de quem está em dificuldades e sofrendo, observar nossos corpos e nossas emoções, cuidar da nossa saúde física e mental são compromissos que buscamos assumir para levar adiante o desafio de transformar a política. São escolhas políticas que transformam as relações e o cotidiano do movimento, proporcionando vínculos mais fortes entre nós, favorecendo a nossa permanência na luta e, portanto, a sustentabilidade do nosso ativismo. São formas de fortalecer princípios feministas como o reconhecimento mútuo, a escuta atenta de cada uma, o respeito pelas divergências e o combate à hierarquia. São caminhos para driblar a reprodução das relações desiguais que estão postas dentro e fora dos nossos movimentos.





Não é uma tarefa simples, é necessário compromisso com o autoconhecimento e disposição para a transformação pessoal e coletiva. É necessário abertura para o aprendizado e a transformação permanente.

Esses espaços da prática do cuidado entre nós também têm nos mostrado a necessidade de nos cuidarmos diante da grandiosidade do que nos propomos a fazer. A reflexão sobre autocuidado nos faz pensar sobre o excesso de trabalho que vivemos, inclusive na militância, e a necessidade de cuidarmos de nós mesmas para podermos cuidar das nossas companheiras.

A prática do autocuidado e do cuidado entre ativistas feministas reforça e provê mais condições de a AMB enfrentar um dos seus grandes desafios, que é o de fazer política subvertendo e ultrapassando a fronteira do racismo patriarcal que separa e submete o pessoal ao político, o emocional ao racional, o corpo à mente, a negritude à branquitude, as mulheres ao patriarcado, a natureza e o trabalho à exploração do capital, as sexualidades e identidades à ordem heteronormativa, a nossa constituição multiétnica à ordem colonial eurocêntrica.

O autocuidado e o cuidado coletivo são um chamado constante para nossa sensibilidade e consciência de nós mesmas e para as múltiplas relações que estabelecemos com as outras, os outros e o meio. Aqui chamamos a atenção para a forma como nos relacionamos com o planeta, com os bens comuns, com a exploração das matas, com o alimento que ingerimos, com as diversas for-

mas de abuso e mutilação do ar, das águas, dos solos, de toda a biodiversidade. O cuidado como catalizador de um processo de transformação ecossocial passa, necessariamente, pelo olhar e pela mudança de atitudes e padrões de dominação do humano sobre a natureza.

## OS DESAFIOS DO EXERCÍCIO DESSA PRÁTICA POLÍTICA NA PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS ADAPTAÇÕES

Desde o início da pandemia do Covid-19, as condições de vida das mulheres, inclusive das ativistas da AMB, pioraram muito. E criar outras formas, tecer redes em que nos sentíssemos acolhidas e pudéssemos acolher companheiras nos territórios onde estamos atuando foi um desafio que nós ativistas da AMB assumimos, e uma tarefa que compartilhamos cuidadosa e solidariamente com outras parceiras de diferentes coletivos e movimentos.

Para sobreviver à pandemia, foi criada pelo CFEMEA, junto com as Tecelãs do Cuidado, a metodologia das Rodas Virtuais de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas, como também de Rodas de Acolhimento e Autorreflexão online.



Utilizamos os espaços de videoconferência como o *Zoom* e o *BigBlueButton* para esses giros. Mas onde as conexões de internet e os equipamentos não suportavam essa tecnologia, adaptamos a proposta para a realização de ambas as Rodas pelo *WhatsApp*, viabilizando a participação nesses espaços de cuidado de quem estava sob condições mais precárias de acesso ao ciberespaço.

Ativistas da AMB também têm cuidadosa e solidariamente facilitado, todas as semanas, sessões de cuidado online em grupo, para a liberação de tensões e o alívio de estresse com a prática dos exercícios da TREM — Técnica de Redução de Estresse e Alívio de Tensões entre Mulheres. As sessões também acontecem na plataforma *Zoom* e têm acolhido não só as companheiras da própria AMB, como também muitas de outros movimentos feministas, antirracistas, sindicais, do campo e da cidade, *hackers*, de juventude, quilombolas, LGBTQIA+, artistas, educadoras, de norte a sul do país.

Durante a pandemia, os espaços de cuidado entre ativistas se ampliaram significativamente, e têm possibilitado reunir muitas mulheres. Contudo, as limitações do acesso à internet continuam sendo um obstáculo muito relevante para podermos alcançar as mulheres que estão marginalizadas do mundo digital. Por outro lado, os espaços que têm sido abertos são dinamizadores importantes da formação de redes solidárias informais, capazes de socorrer as companheiras que precisam de acolhimento em momentos difíceis, ou que necessitam de serviços médicos,

psicológicos, de assistência social, ou ainda para organizar alguma vaquinha para apoiar em situação de emergência financeira; para distribuir cestas de alimentos e produtos de higiene, e ainda para apoiar com conhecimentos técnicos, jurídicos algumas iniciativas.

## COMO ESSA PRÁTICA FORTALECE A AMB?

Vemos que o cuidado fortalece os vínculos de pertencimento à AMB. O fato de nos conhecermos umas às outras, nos vermos, podermos nos escutar e sermos compassivas umas com as outras, compartilharmos as forças e as alegrias de sermos quem somos, tantas e tão diversas, fortalece o nosso movimento, contribui para que atuemos juntas, impedindo que desanimemos das lutas tão árduas que travamos.

As ativistas da AMB que constroem, mantêm e participam desses espaços afirmam que eles são importantes para a nossa formação política, engajamento nas lutas, fortalecimento da solidariedade entre nós.

Estamos construindo a prática do cuidado coletivo com cada ativista. Cada uma é sujeito do cuidado consigo mesma e do cuidado entre nós. Não são beneficiárias nem tampouco expectadoras do cuidado de outras. Estamos abrindo





uma trilha por onde nós mesmas (ativistas), ou as mulheres nas comunidades e coletivos onde atuamos, possamos estar ainda mais presentes e coesas na luta, ativamente, transformando o mundo e nos transformando, em diálogos nem sempre fáceis (porque nos encontramos também com as diferenças e desigualdades entre nós), mas sempre ricos e indispensáveis à construção desse movimento de mulheres popular, feminista, antirracista, anticapitalista, antipacitista, decolonial que é a AMB.


A prática do cuidado na AMB reconhece os nossos próprios limites, vem do nosso desejo de estarmos mais lúcidas, com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade, nos movendo adiante. Com o cuidado, há mais presença e melhores condições para nos reconhecermos umas às outras e nos fortalecermos individual e coletivamente, inclusive porque entendemos que a individualidade desprovida de vínculos não se sustenta.

As práticas do cuidado permitem às ativistas da AMB serem tocadas, afetadas, movidas pelas trocas e aprendizados de cada encontro, deslocadas dos lugares que as imobilizam, sabendo-se pertencentes ao movimento e de sua força coletiva. Esses espaços, essas experiências mo-

vimentistas nos tornam mais ousadas, artífices de revoluções moleculares geradoras de resistência e subversão às regras e modos que os sistemas de dominação e exploração nos impõem. Nos afirmamos sujeitos de possíveis insurreições não centralizadas em uma linha de comando e que criam situações que podem reverberar, em um só movimento, tanto a luta contra disciplinas naturalizadas na colonização dos corpos e na definição de seus pretensos lugares quanto contra macroestruturas de espoliação do trabalho [e do planeta]. São sublevações que operam transversalmente, colocando em questão, de forma não hierárquica, todos os níveis das estruturas de reprodução da vida social, como afirma Vladimir Safatle em recente artigo, publicado pelo El País<sup>6</sup>.

Temos certeza de que o cuidado, como princípio ético e prática que compõe a nossa luta, contribui para elucidar o trajeto a ser cumprido pelo caminho que não está pronto, mas que fazemos pelo nosso caminhar. O cuidado é um princípio feminista que orienta o nosso movimento, e como tal precisa ser afirmado por nós, na AMB. Trata-se de cuidar da vida: desde o cuidado consigo mesma, do cuidado coletivo, das relações entre nós, até o cuidado com os Comuns, com o nosso planeta, com Gaia, a nossa Pachamama.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-19/uma-revolucao-molecular-dissipada.html>. Acesso em: 15 ago. 2021.



ARTICULAÇÃO POLÍTICA:  
AS EXPERIÊNCIAS  
DOS TRIBUNAIS DE  
MULHERES E DO FIPSS

POR NATALIA MORI E VERÔNICA FERREIRA



## A PRÁTICA QUE NOS NOMEIA

**A** AMB nasce de um processo histórico de articulação política no campo feminista e dos movimentos de mulheres brasileiro para incidir na construção de uma plataforma de reivindicações e compromissos para avançar nos direitos das mulheres no mundo. Emergimos da decisão coletiva partilhada por um núcleo desejante de feministas e organizações que atuaram no processo de manter articulada a luta feminista deste campo de mulheres nacionalmente e construir sua organização a partir de redes e fóruns locais. Antes de nos definirmos como um movimento, o que ocorreu em 2003, nos nomeávamos como uma articulação política não partidária. Podemos dizer que uma das marcas de nossa constituição e modo de ser e fazer movimento é a relevância da prática da articulação política entre nós, nas lutas que construímos, nas frentes e alianças em que apostamos.

Como afirma Carmen Silva: “Esse momento de intensa articulação no movimento de mulheres brasileiro não surge ao acaso. Há uma ação in-

tencionada de várias feministas, que viajaram por todo o país com o intuito de contribuir nessa construção”.<sup>1</sup>

55

A articulação política é uma prática fundamental de todo movimento social. Na AMB, ela é sustentada por princípios organizativos e por uma visão de transformação. Como princípio organizativo, baseado na autonomia e na horizontalidade, partilhamos que nossa força política coletiva vem de nossa capacidade de articulação de mulheres em torno do nosso feminismo e suas lutas no plano local e nacional. Estruturas verticalizadas exigem muito pouca articulação interna. Em movimentos que prezam pela horizontalidade e autonomia, o esforço de manter a articulação é permanente e exigente. Entendemos que para ampliar a força política e construir lutas fortes, sobretudo em conjunturas em que a correlação de forças está desfavorável ou quando grandes ameaças se colocam, é preciso articular alianças com outros movimentos feministas e demais movimentos sociais. Seja do ponto de vista de nossa articulação interna, como um movimento nacional, seja do ponto de vista da articulação política com outros movi-

<sup>1</sup> SILVA, Carmen Sílvia Maria da. AMB: um jeito de ser e fazer movimento feminista. Recife: SOS Corpo, 2010, p. 14.



mentos, para ampliar força política nas lutas que priorizamos, estamos permanentemente desafiadas a construir estratégias e metodologias que sustentem e ampliem nossa capacidade de articulação política.

56

Consideramos fundamental construir articulação internacional, especialmente na América Latina. Por isso nos vinculamos à Articulação Feminista Marcosur (AFM) e contribuimos para seu fortalecimento como força política na região, e nos articulamos a outras forças políticas em processos de luta internacionalistas, a exemplo do espaço do Fórum Social Mundial. Foi no bojo de processos de articulação política no campo internacional que conhecemos a metodologia dos tribunais de mulheres e fizemos dela uma de nossas formas de construir e potencializar a articulação de movimentos de mulheres e feministas, posicionando suas vozes nos espaços de articulação mais amplos dos movimentos sociais.

## SENTIDOS E PERCURSOS DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA NA AMB

Organizar e fortalecer um movimento social requer também práticas políticas que promovam diálogos, conexões, pontes com outros movimentos e organizações. Articular politicamente processos de luta é primordial para alavancar

pautas e plataformas em prol dos direitos das mulheres, bem como do conjunto da população.

A articulação política expressa um modo de atuar conjuntamente, o relacionar-se com outros movimentos e organizações; demanda a construção estratégica compartilhada, bem como percepções semelhantes, consensos sobre a situação em que se quer incidir e transformar. Cada processo de luta que queremos fortalecer pode demandar formas distintas de se articular politicamente, ativando conexões específicas, demandando parcerias e alianças próprias, uma continuidade temporal — por isso é um processo e não um evento —, recursos e estratégias.

Ao longo da trajetória da AMB, essa prática política sempre esteve no cerne de seu modo de atuação. Requer também diálogo e escuta e, assim, amplia nossa capacidade de compreender e de defender pautas trazidas por outros movimentos, amplia nossa própria percepção da situação em que queremos incidir. Com o processo de articulação, construímos saberes, conhecimentos compartilhados e geramos informação estratégica para apoiar a argumentação do que queremos transformar.

De Beijing (Pequim, 1995, Conferência Internacional de Mulheres que resultou num Plano de Ação que até hoje é referência normativa internacional para o pleito de direitos para as mulheres), passando pela construção coletiva da Plataforma Política Feminista (processo ocorrido entre 2000 e 2002), pelo ciclo de conferências de políticas públicas para as mulheres — durante







os governos de Lula e Dilma —, pela presença feminista regional e internacional nas diferentes edições do Fórum Social Mundial, pela Cúpula dos Povos e a luta pela previdência social pública, universal e solidária, a articulação política tem sido fundamental nos processos de luta onde a AMB se engaja e fortalece.

## O FIPSS<sup>2</sup> COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO NA LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Uma das experiências mais consistentes em articulação política realizada pela AMB tem sido a luta em defesa de um sistema universal de proteção social, por meio de uma previdência pública, solidária e universal. Essa experiência iniciou-se no início dos anos 2000, quando movimentos de mulheres do campo e da cidade começaram a se articular mediante as ameaças de redução de direitos para as mulheres trabalhadoras. A pauta por privatizar sistemas públicos de aposentadoria é um ponto crucial de políticas neoliberais que almejam diminuir o gasto público median-

te redução de direitos, presente como pauta de todas as instituições financeiras que exploram países do Cone Sul em acordos de empréstimos financeiros.

A pouca visibilidade da contribuição feminina e negra como força de trabalho que produz riqueza para nosso país requer ainda mais ação coletiva e estratégica para impedir retrocessos e, mais que isso, convencer a sociedade e os poderes públicos de que nós mulheres trabalhamos demais e temos direitos de menos! Esta insígnia sempre acompanhou nossa luta no campo da autonomia econômica e pela proteção social do trabalho das mulheres.

Alertas ao cenário de perda do diferencial de cinco anos para as mulheres trabalhadoras podem acessar a previdência — único dispositivo que existia e reconhecia a divisão sexual do trabalho que é desigual para as mulheres e que perdemos, passando a ter de trabalhar cinco anos a mais com a reforma iniciada por Temer e aprovada durante os primeiros meses do governo autoritário de Bolsonaro — bem como convencidas de que é preciso ampliar a capacidade de inclusão de quem trabalha e não produz renda, ou que produz renda em níveis insuficientes para contribuir sistematicamente com recursos financeiros para um sistema previdenciário, iniciamos um processo longo de alianças da AMB com outros movimentos de mulheres, visando incidir sobre o poder público (legislativo e executivo federais).

<sup>2</sup> FIPSS: Fórum Itinerante de Mulheres em Defesa da Seguridade Social.



58

O Fórum Itinerante de Mulheres em Defesa da Seguridade Social surgiu em 2007 como forma de articular politicamente movimentos de mulheres com um mesmo propósito. Assim, Movimento de Mulheres Camponesas, Marcha Mundial de Mulheres, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, a Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e Babaçu, Articulação de Mulheres Pescadoras e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste e a própria AMB iniciaram um processo de luta e resistência, uma verdadeira aliança pela inclusão social das pessoas excluídas do sistema previdenciário e de assistência, como as mulheres e a população negra. A história do FIPSS está registrada numa cartilha que foi construída e sistematizada por esse coletivo de movimentos<sup>3</sup>.

O FIPSS foi potencializado por uma luta anterior, desde 2003, quando da primeira reforma da previdência apresentada pelo governo de Lula. Desde essa época, os movimentos feministas brasileiros começaram uma aliança em face da estratégia de reconhecer o trabalho da reprodução social para as políticas previdenciárias. Durante a tramitação da reforma da previdência de 2003, propusemos a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária para as pes-

<sup>3</sup> A Seguridade Social é um Direito das Mulheres: vamos à luta! Organizado por Verônica Ferreira, Natalia Mori e Isabel Freitas. Brasília: CFEMEA, 2007. Disponível em: [https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/aseguridadesocialeumdireitodasmulheres\\_vamosaluta.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/aseguridadesocialeumdireitodasmulheres_vamosaluta.pdf). Acesso em: 15.ago. 2021.

soas que se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado (incluindo o de cuidadoras e cuidadores), para obtenção do benefício da aposentadoria a partir do reconhecimento desse trabalho. Defendemos o não recolhimento de uma contribuição financeira, já que como as mulheres que se dedicam a essas tarefas não recebem para exercer esse trabalho tampouco poderiam contribuir. Também pleiteamos um sistema contributivo para as/os trabalhadoras/es informais urbanas/os, nos moldes do sistema de previdência rural, como forma de incluir grande parte das trabalhadoras que estão na informalidade, em sua maioria, mulheres negras.

Por alguns anos, a articulação que impulsionou o FIPSS foi condição importante para barrar retrocessos e amplificar propostas de inclusão e equidade para as trabalhadoras do país. Ela também fortaleceu as alianças da AMB com muitos desses movimentos de trabalhadoras que persistem até os dias atuais. Um exemplo foi a ação convocada por esses movimentos para resistir à reforma da previdência de Bolsonaro — a reforma mais perversa e desmanteladora de direitos que já foi aprovada na área —, a partir da realização do Tribunal Popular das Mulheres sobre a Reforma da Previdência.





# OS TRIBUNAIS COMO METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO DE VOZES NA DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, PATRIARCAL E RACISTA

Em 2008, a AMB participou do Fórum Social Hemisférico da Guatemala, tendo como um de seus objetivos fortalecer sua política de articulação e aliança com forças políticas da região em torno de experiências de luta pelo fim da violência contra as mulheres, das lutas pela legalização do aborto e interatuar com forças feministas anticapitalistas. Eram dimensões de nossas lutas que queríamos naquele momento fortalecer, assim como nossas alianças nesse campo de lutas. Nesse contexto, estamos fortemente engajadas nas denúncias sobre os impactos da política de desenvolvimento e grandes projetos sobre o aprofundamento da injustiça socioambiental e

na luta contra a desproteção social e por previdência universal.

Nesse Fórum participamos de uma atividade convocada pelo Grupo de Investigação América Latina: Filosofia Social e Axiologia (GALFISA), de Cuba, e pela Campanha contra a Precarização Laboral, de países da América Central: um Tribunal de Mulheres contra a Exploração Capitalista e Patriarcal. A partir da articulação com esses grupos, com o objetivo de fortalecer esses laços e vislumbrando articular outros movimentos de mulheres e feministas em torno da luta contra a exploração do trabalho e a desproteção social, articulamos a realização de um tribunal no Fórum Social Mundial (FSM) que se realizaria no ano seguinte, 2009, em Belém do Pará. Assim, o primeiro tribunal de mulheres contra a exploração patriarcal e capitalista aconteceu articulada pela AMB com essas alianças internacionais e foi efetivamente um momento marcante para posicionar a voz das mulheres e suas lutas no Fórum Social Mundial. Nesse mesmo FSM, os esforços de articulação convergiram para a realização da primeira assembleia de mulheres num Fórum Social Mundial.

A metodologia dos tribunais de mulheres que nos inspira na AMB se baseia nessa proposta do GALFISA e Instituto El Taller, lançada em 1997, e que se realizou em muitos momentos durante as edições do Fórum Social Mundial na América Latina, como Tribunal das Mulheres contra a Exploração Patriarcal e Capitalista.



Segundo o GALFISA,

Os Tribunais de Mulheres são processos de caráter ético-político e simbólico propostos para sensibilizar e chamar a atenção para os danos sofridos por mulheres em várias esferas da vida, por tradições culturais, políticas e formas de vida patriarcais, discriminatórias e exploradoras, bem como dar visibilidade à criatividade e cultura de resistência das mulheres.<sup>4</sup>

Além disso, buscam “divulgar em âmbito nacional e internacional as experiências de grupos e movimentos de mulheres que mostram as arestas pessoais, que são também políticas, da violência implícita nas várias civilizações patriarcais e cultura globalizada de lucro e poder do capital que foi imposto à humanidade”.<sup>5</sup>

Nos Tribunais de Mulheres, a denúncia emerge a partir do impacto das vozes muitas vezes silenciadas ou invisibilizadas nos seus contextos nacionais e locais que, ao serem ouvidas, comprometem ética e politicamente quem as ouve. O Tribunal de Mulheres potencializa os testemunhos de vida, a pluralidade e a diversidade de vozes denunciando a violência, implícita e explícita, desta civilização patriarcal, excludente, discriminatória e predatória. Vozes que também estão lutando, resistindo e criando.

Os Tribunais de Mulheres são processos de caráter ético-político e simbólico propostos para

<sup>4</sup> GALFISA, 2008, s. p.

<sup>5</sup> GALFISA, 2008, s. p.

sensibilizar e chamar a atenção para os danos sofridos por mulheres em várias esferas da vida. Do ponto de vista ético, o testemunho significa respeito pelas experiências vividas, solidariedade para com aquelas que tornam visíveis e denunciam ao público todo sofrimento, afetação pessoal e alternativas de resistência. O ato de testemunhar pressupõe credibilidade e fidelidade à realidade, expressando que a história de uma pode ser a de muitas mulheres.

Sabemos da existência de outras experiências de Tribunais de Mulheres construídas a partir de movimentos de mulheres como forma de articular denúncias que inclusive possam pressionar pela realização de julgamentos de crimes contra as mulheres em espaços institucionais.

Acolhemos a metodologia do grupo GALFISA por compartilharmos de seus princípios e caráter ético-político, por sua orientação construída desde as vozes dos movimentos e voltadas para que essa denúncia ganhe força e seja abraçada pelo campo mais amplo dos movimentos sociais e da sociedade em geral. Essa experiência se distancia da ideia da judicialização — que coloca a relevância da voz nas autoridades institucionais — e valoriza a palavra das mulheres como testemunho vivo e legítimo da situação denunciada, na qual a experiência de uma revela a situação de muitas, e o que se passa no local denuncia um modelo global de violência patriarcal, capitalista e racista.

Desde o primeiro tribunal realizado em Belém, a AMB realizou mais quatro edições dos Tribu-





nais em espaços de articulação internacional, dos quais destacamos o tribunal realizado no Fórum Social Panamazônico (FOSPA), em Santarém, Pará (2010), na Cúpula dos BRICS<sup>6</sup> em Fortaleza (2014) e como Articulação Feminista Marcosur (AFM), no FOSPA realizado em Tarapoto, Peru (2017), quando a atividade se inseriu na programação oficial do FOSPA, o mesmo ocorrendo no Fórum de Mocoa, Colômbia (2020), que se realizou virtualmente. Ainda foi uma das nossas ações em articulação e aliança com movimentos feministas na luta contra o livre comércio e a restauração neoliberal na América Latina como uma das iniciativas do *Foro Feminista contra el G20*, na Cúpula dos Povos de Buenos Aires, em 2018.

No plano nacional, a metodologia dos tribunais foi fundamental para fortalecer nossa atuação e aliança no campo das lutas por justiça socioambiental e na denúncia da desproteção social. Realizamos uma edição do Tribunal para denunciar a Reforma da Previdência, em Brasília, 2019, e neste mesmo ano, na Marcha das Margaridas.



<sup>6</sup> Agrupamento formado por cinco grandes países (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 4 set. 2021.

## APRENDIZAGENS E DESAFIOS

Em diferentes momentos nos últimos dois anos, especialmente nos cursos interestaduais de intercâmbio sobre práticas políticas, algumas aprendizagens e desafios têm sido apontados em relação à prática de articulação da luta feminista pela AMB.

Podemos dizer que a experiência dos tribunais de mulheres e do FIPSS foram importantes para construir nossa perspectiva de luta no campo do trabalho e no enfrentamento da desproteção social. Também contribuíram para fortalecer nossa luta no campo da justiça socioambiental e nossas alianças nessas lutas, tanto no plano nacional como internacional.

No processo de articulação com outros movimentos, fomos construindo nossa própria perspectiva de luta, coerente com nossa definição como um movimento antipatriarcal, anticapitalista e antirracista.

Outra aprendizagem e desafio nessas experiências é o de, ao construir processos em articulação com outras forças, sermos também capazes de construir e fortalecer nossa própria organização. Para isso, foi fundamental definir nossa própria estratégia na articulação dos processos, de maneira a não perder nosso próprio objetivo. E, como já aprendemos, e temos repetido, se não temos nitidez sobre nossa estratégia, podemos terminar por construir a estratégia de outrem. E





isso exige articulação, debate interno, elaboração e apropriação entre nós da estratégia. Exige leitura das forças políticas com as quais nos articulamos, bem como das forças opositoras.

Tanto para a realização dos tribunais como na sustentação do FIPSS, uma aprendizagem é a de que processos em aliança requerem antes de tudo o trabalho de construir os termos, os princípios, os objetivos e os acordos políticos que todas devemos sustentar. Isso exige atenção permanente para a construção de consensos, na tomada de posição, na firmeza dos nossos posicionamentos e na abertura para o diálogo sempre que um conflito se colocar.

E nos ensinou que a prática de articulação é um saber militante fundamental, que não se constrói espontaneamente. Muitas vezes, essa prática, mesmo sendo tão fundamental, parece invisível na dinâmica do movimento. E, em nosso movimento, muitas vezes, são poucas ainda as que assumem processos de articulação. Para isso, processos de formação são fundamentais.

E a sistematização de experiências que envolvem essa prática são um caminho importante para mapear as bases e as formas de agir que caminhem para vislumbrar um método feminista antissistêmico, horizontal e democrático de articulação política da AMB.

Por fim, reconhecemos um último desafio: o de manter vivas as nossas lutas, bem como os processos de articulação política, alianças com outros movimentos sociais e de mulheres e ações de incidências nos tempos de ações virtuais diante do contexto difícil de pandemia da Covid-19. A AMB tem atuado neste desafio de aliançar-se, articular-se em meio virtual para denunciar as seguidas violações que o contexto de acirramento das múltiplas crises sanitária, política, ambiental, econômica e social vêm acarretando ao cotidiano de vida das mulheres brasileiras — as que têm carregado o ônus da pandemia diante do descaso, falta de políticas e assistência de um governo autoritário, fascista, misógino, racista e que ataca a classe trabalhadora.











# PRÁTICAS POLÍTICO- ORGANIZATIVAS



FÓRUM DE MULHERES  
DE PERNAMBUCO

ENCONTRINHO E  
ENCONTRÃO: UMA  
PRÁTICA POLÍTICA  
ORGANIZATIVA

AUTORIA COLETIVA



O Encontro Nacional Feminista ocorreu em Pernambuco (1987) e foi realizado por feministas, ONGs e coletivos feministas. O processo de organização do Encontro gerou a necessidade de criação do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) em 1988. Ao longo dos anos, o agrupamento atravessou vários processos organizativos. Por esta razão, escolhemos duas práticas políticas organizativas distintas, mas ambas fazem parte deste processo auto-organizativo. São elas o *Encontrinho* e o *Encontrão*.

Escolhemos essa estratégia política organizativa por serem práticas integradas e por entendermos, coletivamente, que a atual conjuntura de retrocesso, perda de direitos e avanços do fundamentalismo e do fascismo no país nos desafia a enfrentar questões que se traduzem tanto no fortalecimento organizativo da luta feminista, em nível local e nacional, quanto na ampliação dos espaços de diálogo e troca de experiências entre as mulheres e grupos parceiros. Essas duas práticas possibilitam, como estratégia e metodologia, um processo de auto-organização do movimento. Além disso, esta prática política pode ser adotada por outros agrupamentos da AMB, podendo ser adaptada em cada contexto e pluralidade local.

As duas práticas políticas — *Encontrinho* e *Encontrão* — apontam para vários desafios e questões para o nosso movimento. Os desafios referem-se ao contexto político que é vivenciado no momento.

O *Encontrinho* é um espaço deliberativo que reúne companheiras orgânicas do nosso agrupamento de todas as regiões de Pernambuco e tem por objetivo decidir sobre as lutas prioritárias, estruturar os planos de incidência política. Por isso consideramos um desafio, porque essa decisão precisa considerar as particularidades de cada agrupamento regional e suas relações de aliança política. Existe a preocupação de manter uma horizontalidade entre os agrupamentos locais, fortalecendo o processo de regionalização e estadualização das ações, razão pela qual há uma crescente demanda para o seu fortalecimento organizativo, principalmente diante da expressão pública que vem tendo o movimento de mulheres e feminista em Pernambuco.

O *Encontrão*, por sua vez, tem como característica principal o fortalecimento das articulações e alianças. O desafio se baseia em dialogar com coletivos e movimentos parceiros, num espaço de visibilidade e estética do fortalecimento polí-



tico interno, mas que possibilite o diálogo sobre nossas lutas conjuntas, nossas convergências e que estreite nossos laços internos e externos.

O *Encontrinho* é realizado a cada dois anos e o *Encontrão*, a cada três anos, de maneira que em um mesmo ano não ocorram os dois eventos. O *Encontrinho* é uma ação de fortalecimento da auto-organização do FMPE, na qual refletimos sobre a conjuntura, nossa forma de atuação e dinâmica organizativa e sobre como fortalecer nossa ação política. É nesse momento que definimos nossa agenda política feminista pelos próximos dois anos e elegemos a nova coordenação, que também tem uma duração de dois anos. É um encontro com um número restrito de participantes (40 a 60, no máximo), reúne as companheiras do FMPE que estão na ação de todo dia e toda hora, aquelas de nós que cuidam de animar e articular as ações em cada localidade, nas regiões e no estado, e também cuidam de garantir nossa participação em ações coletivas com outros movimentos e mobilizações.

Ao mesmo tempo, o *Encontrão* é uma ação de fortalecimento de nossa auto-organização e também de articulação de alianças. Um momento de integração, acolhida e fortalecimento da identidade coletiva do FMPE. Dele participam tanto companheiras que estão no cotidiano do FMPE como aquelas que ainda estão chegando e querem construir no Fórum o seu espaço de militância feminista. Esse também é um momento em que se busca reaproximar antigas militantes que, por um motivo ou outro, estão afastadas do cotidiano do Fórum.

O *Encontrão* se configura como uma ação que contribuiu com nossa prática política de articulação e aliança, pois os convites também são direcionados a mulheres que compõem grupos que desejamos aproximar do FMPE. Assim, conta com a participação de 200 a 300 mulheres de todo o estado, promovendo também a integração estadual do agrupamento.

Portanto, essa prática política envolve auto-organização, articulação política e construção de alianças com outros coletivos de mulheres e feministas.

As programações do *Encontrinho* e do *Encontrão* duram cerca de três dias, durante os quais são realizadas diferentes atividades. Até o momento, já foram realizados três *Encontrões* — em 2013, 2016 e 2019 — e quatro *Encontrinhos* — em 2013, 2015, 2017 e 2021.

O *Encontrão* foi inspirado nas *Caravanas Feministas* realizadas pelo FMPE em anos anteriores a 2013. Em 2013, realizamos o primeiro *Encontrão* com cerca de 200 mulheres, no Sindicato dos Bancários, em Recife. Neste *Encontrão* assumimos o compromisso de estadualizar o FMPE e a composição de nossa coordenação, incluindo mulheres das quatro regiões do Estado, onde há o FMPE organizado como agrupamento. Reconhecemos também as particularidades históricas dos feminismos de cada localidade. Para isso, passamos a realizar quatro reuniões da coordenação do FMPE — uma em cada região do estado. Eram reuniões abertas para quem quisesse participar.



Depois desse processo, criamos o *Encontrinho*. O primeiro foi realizado em 2013. Neste momento, sendo aquele o espaço deliberativo estadual, ficou decidida a sua realização a cada dois anos, um espaço de pensar nosso feminismo e nossa prática política, nossos objetivos de curto prazo e as lutas prioritárias para alcançar nossos objetivos. Ficaram assim intercalados *Encontrão* e *Encontrinho*.

Os *Encontrões* são plenárias, rodas de conversa, trabalhos em pequenos grupos, oficinas, rodas de acolhimento e uma “festa” — momento de integração cultural. Um dos principais objetivos do *Encontrão* é apresentar nossa forma de fazer feminismo às participantes. São realizados debates sobre nossas lutas em plenárias e rodas de conversa, como também oficinas voltadas à troca de conhecimentos sobre nossas práticas políticas, como o ativismo e a comunicação. Nos dois últimos *Encontrões* também foram realizadas ações de visibilidade e incidência, quando literalmente nosso feminismo foi às ruas, numa grande manifestação.

Já nos *Encontrinhos*, as conversas em pequenos grupos se voltam, prioritariamente, para o debate aprofundado, avaliando nossa atuação e construindo propostas de ação que são levadas e decididas no grande grupo.

Tanto no *Encontrinho* quanto no *Encontrão* buscamos criar as condições necessárias para que mulheres que cuidam de crianças possam participar. Dessa forma, os dois eventos contam com vagas para crianças e uma creche, que realiza

atividades para as crianças enquanto as mulheres estão participando dos encontros.

## ACONTECIMENTOS IMPORTANTES E SIGNIFICATIVOS DESSE PROCESSO

69

Os *Encontrões* e *Encontrinhos* são em si momentos importantes e significativos na história do FMPE. Sempre são rememorados pelas mulheres como momentos de reconhecimento e fortalecimento da militância. Entretanto, os momentos de visibilidade e incidência que ocorreram durante os dois últimos *Encontrões*, em 2016 e 2020, são rememorados como marcantes.

Em 2016, o *Encontrão* foi realizado na cidade de Caruaru, agreste pernambucano. Naquele ano, vivíamos a luta contra o golpe parlamentar que acabou por retirar Dilma Rousseff da presidência. Decidimos então realizar um protesto no centro da cidade para manifestar nosso repúdio ao golpe em curso. Com nossa batucada, cartazes e palavras de desordem, saímos do centro da cidade e adentramos a famosa Feira de Caruaru ao som de músicas como “Êta! Êta! Êta! O Eduardo Cunha quer controlar minha boceta!”.

Em 2020, o *Encontrão* foi realizado em Recife, nos dias 9 e 10 de março. A data foi escolhida com o objetivo de fortalecer a manifestação





70

do Dia Internacional da Mulher realizada no dia 8. Assim, dezenas de mulheres vindas de várias regiões do Estado participaram do ato de Recife, o maior do estado, o que foi significativo para muitas delas.

No caso do *Encontrinho*, sendo este um espaço marcado pela deliberação e intercâmbio interno, o que sempre é evidenciado na memória de nossas companheiras é a eleição e “tomada de posse” da nova coordenação, com a passagem da bandeira do FMPE, além dos momentos de decisão política das lutas prioritárias.

O *Encontrinho* de 2017 foi realizado em Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú. Nós nos deslocamos em caravana durante oito horas de viagem. Um momento referencial da interiorização da nossa organização e de nossa luta. Foi um momento forte de aproximação com as mulheres rurais, quilombolas e a juventude sertaneja na sua diversidade, além de ter sido realizado no espaço Bem Virá, lugar histórico para luta das mulheres e feministas da região sertaneja, que, naquele momento, enfrentavam dificuldades para sobreviver.



## AS MAIORES DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DO *ENCONTRINHO* E DO *ENCONTRÃO*

Tanto o *Encontrão* como o *Encontrinho* exigem muito esforço para que sejam realizados. Há muito planejamento, é necessário que mais mulheres participem da sua organização e são necessários recursos financeiros e materiais — especialmente no caso do *Encontrão*.

Reunir quase 300 mulheres, durante três dias, totalmente dedicadas ao nosso movimento exige grande mobilização da coordenação e das militantes, que se voluntariam para integrar as diversas comissões de trabalho que são criadas ao longo de todo o processo. São exemplos dessas comissões: metodologia, financeiro, mobilização, comunicação, relatoria, creche e infraestrutura. É necessário garantir transporte (algumas delas viajam centenas de quilômetros até o local do encontro), hospedagem, alimentação de todas as participantes, bem como os materiais que serão utilizados. Além disso, ao final das atividades, é necessário produzir a sistematização do que aconteceu, seja na forma de relatórios ou vídeos.

No caso do *Encontrinho*, devido ao número menor de participantes, os desafios são menores, mas não deixam de existir. Entretanto, há a dificuldade adicional de decidir quem irá participar.





Sempre são definidos critérios para a participação do *Encontrinho*, mas o debate nunca é fácil. Uma dificuldade sempre presente em espaços com um número grande de participantes, que são também tão diversas entre si, é fazer com que a fala circule o máximo possível, para que assim o debate e as decisões tomadas reflitam nossa pluralidade.

Temos registros fotográficos, relatórios e vídeos desses encontros. Temos um documentário do *Encontrão* de 2016 e outro de 2019. Eles mostram nossa forma de organizar, intercambiar e traduzem nossa estética feminista nas ruas e nas rodas de conversas.

## IMPORTÂNCIA DESSA PRÁTICA POLÍTICA PARA O NOSSO AGRUPAMENTO

O *Encontrinho* é importante porque é nesse momento que paramos para refletir de maneira mais aprofundada sobre nossas lutas e nossa auto-organização. Com base nas discussões e avaliações, mudanças são realizadas em nossa forma de atuar. O *Encontrinho* é importante também para garantir a horizontalidade do nosso movimento, pois as decisões são tomadas coletivamente em um espaço plural.

O *Encontrão* é importante para a ampliação de nosso agrupamento, pois é uma importante “porta

de entrada” para novas militantes. Mesmo para aquelas que já estão engajadas no cotidiano do Fórum, o *Encontrão* também se configura como um momento importante de reconhecimento e fortalecimento da identidade militante.

## TRANSFORMAÇÕES DESSA PRÁTICA POLÍTICA AO LONGO DO TEMPO

Em sua essência, o *Encontrinho* e o *Encontrão* permanecem os mesmos, em objetivos e estrutura. As mudanças se referem a sua melhor estruturação ao longo dos anos e em relação à periodicidade. O *Encontrinho* permanece sendo bianual, pois esse intervalo de tempo coincide com a duração da coordenação estadual. Já o *Encontrão*, que inicialmente também foi pensado para ser bianual, passou a ser realizado a cada três anos. Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, não conseguimos realizar o *Encontrinho* que estava planejado, bem como a troca de coordenação. Isso aconteceu apenas no começo de 2021, quando o *Encontrinho* foi realizado de maneira virtual.

No caso do *Encontrão*, um fator que corrobora na sua mudança é a presença cada vez maior de coletivos e organizações parceiras. Temos nos fortalecido na pluralidade de sujeitas políticas que têm atuado em dupla militância, resgatando lutas e processos caros a todas nós, além de ter uma característica de chegada estadual.



72

## ENCONTRINHO E ENCONTRÃO SÃO PRÁTICAS POLÍTICAS QUE FORTALECEM O AGRUPAMENTO

O *Encontrinho* fortalece o FMPE pois a continuidade e vitalidade do nosso movimento coloca a necessidade de refletirmos sobre a conjuntura e as nossas lutas. Além de renovar as nossas prioridades e estratégias de ação. O *Encontrinho* também é um momento de reconhecimento e de criar sintonia entre as militantes, especialmente no caso de um agrupamento que está presente em cinco regiões diferentes e que tem poucas oportunidades de se encontrar presencialmente.

O *Encontrinho* é necessário para:

1. Debater a situação de nosso movimento e o sentido de sua continuidade: nossa dinâmica de funcionamento;
2. Definir, avaliar e/ou redefinir instâncias e formas de coordenação e auto-organização, com vistas ao fortalecimento e organização do nosso movimento em todas as regiões do estado;
3. Aprofundar nosso pertencimento à AMB — Articulação de Mulheres Brasileiras, reavivando nossa identidade de movimento

feminista nacional inserido na América Latina;

4. (Re)Conhecer umas às outras e reconhecer nossas formas de atuação local, identificando o que temos de melhor e de potencial para o Estado;
5. Promover reflexão feminista crítica sobre temas da atualidade e a conjuntura, para alimentar nosso pensar e tirar prioridades para nossa ação nos dois anos seguintes;
6. Festejar nossa existência.

## AS MUDANÇAS PRÁTICAS QUE PRODUZEM NA VIDA DAS MILITANTES DA AMB

Durante a realização desses encontros, intercambiamos entre nós nossas angústias, medos e revoltas. Construimos coletivamente saídas para a transformação do mundo, nos vemos, nos reconhecemos, fortalecemos laços. Muitos são os relatos de construção da autonomia das militantes relacionados ao seu sujeito político e do pensar crítico, utilizando desse empodera-







mento para o debate com a sociedade e também nos espaços de construção de dupla militância e movimentos parceiros, mistos ou não, mas com a possibilidade de se sentirem fortalecidas na defesa das lutas que nos são caras e que muitas vezes são invisibilizadas.

## OS GANHOS QUE TAIS PRÁTICAS POLÍTICAS PRODUZEM NAS LUTAS QUE REALIZAMOS

O *Encontrinho* possibilita que nossas prioridades e estratégias em relação às diferentes lutas sejam periodicamente reavaliadas de acordo com as mudanças na conjuntura e de nossas forças internas, possibilitando o planejamento de ações que dialoguem com a realidade e que sejam mais factíveis.

O *Encontrão* fortalece nossas lutas na medida em que é um espaço que possibilita que mais mulheres as conheçam e se engajem nas mesmas.

Essas práticas possibilitam dar continuidade ao fortalecimento do FMPE enquanto sujeito político mobilizador das causas e das lutas das mulheres das periferias, negras, jovens, rurais,

lésbicas, com deficiência, usuárias de drogas, traçando estratégias para enfrentar a ofensiva conversadora e fascista do atual período da história, estabelecendo formas de segurança e de autocuidado para nossa militância.

Essas práticas políticas possibilitam maior autonomia do nosso agrupamento, maior capacidade propositiva, maior reconhecimento e legitimidade social.

O *Encontrinho* tem justamente o objetivo de aumentar nossa capacidade propositiva diante dos desafios da conjuntura e da auto-organização, pois propõe um momento de autorreflexão sobre o nosso fazer político. Por outro lado, na medida em que conseguimos isso, nossas ações estarão mais conectadas com a realidade, o que proporciona mais reconhecimento e legitimidade para as mesmas e para o agrupamento.

O *Encontrão* promove especialmente o maior reconhecimento e legitimidade social do FMPE, pois possibilita que mais mulheres conheçam nossas lutas e nossas estratégias de atuação.





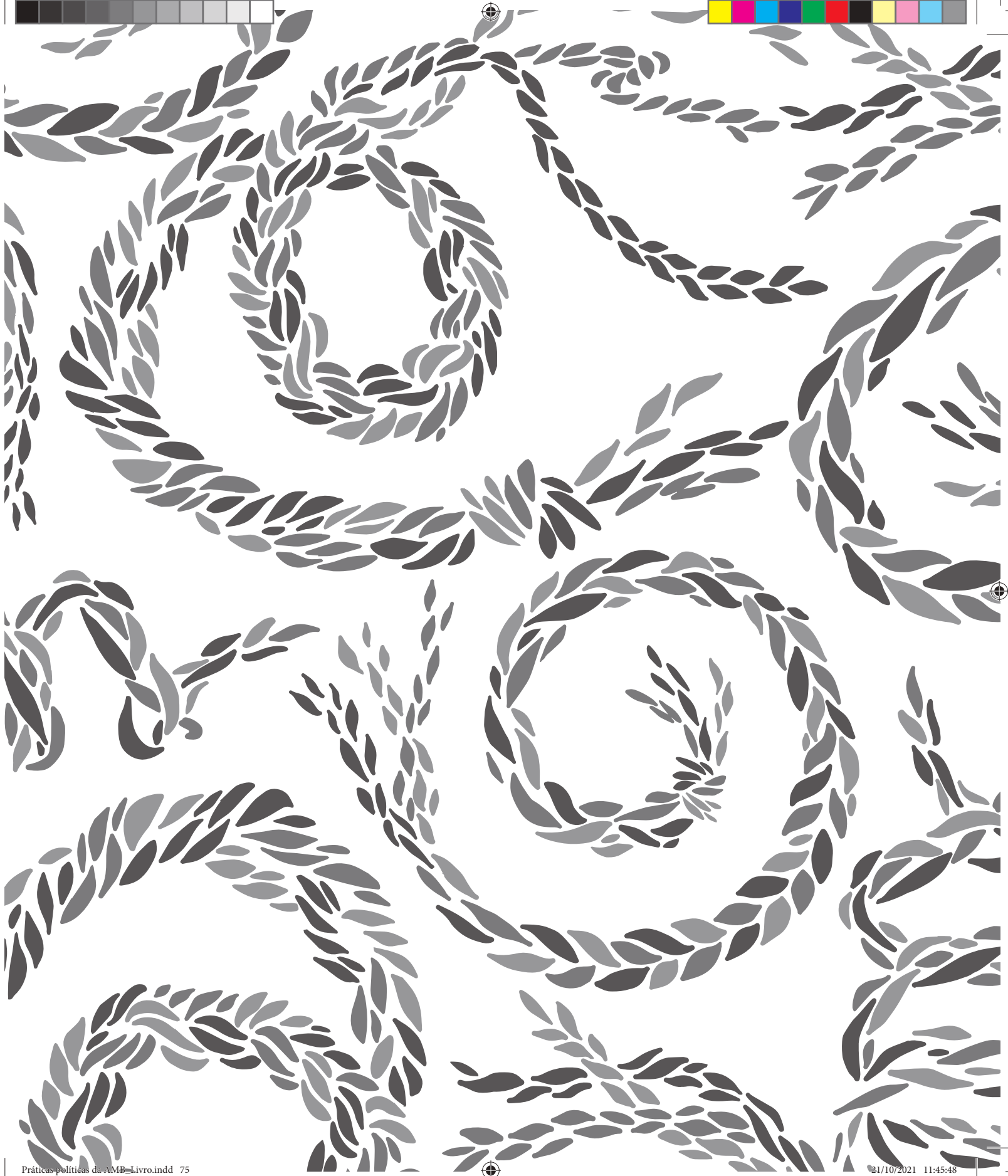
# APRENDIZADOS EXTRAÍDOS DESTE PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS POLÍTICAS

74

O resgate histórico das nossas formas de fazer política fortalece nosso princípio da horizontalidade, possibilita que as companheiras que não estiveram nesses processos acessem essa construção, fortaleçam sua pertença no movimento e se apropriem das práticas.

É possível também sublinhar como aprendizado a consciência temporal do nosso marco referencial organizativo, perceber suas alterações ao longo do tempo e da conjuntura, o alcance de nossa prática na construção de lutas e estratégias, perceber onde acertamos e o que precisamos modificar para seguir nos fortalecendo para a vida organizativa.

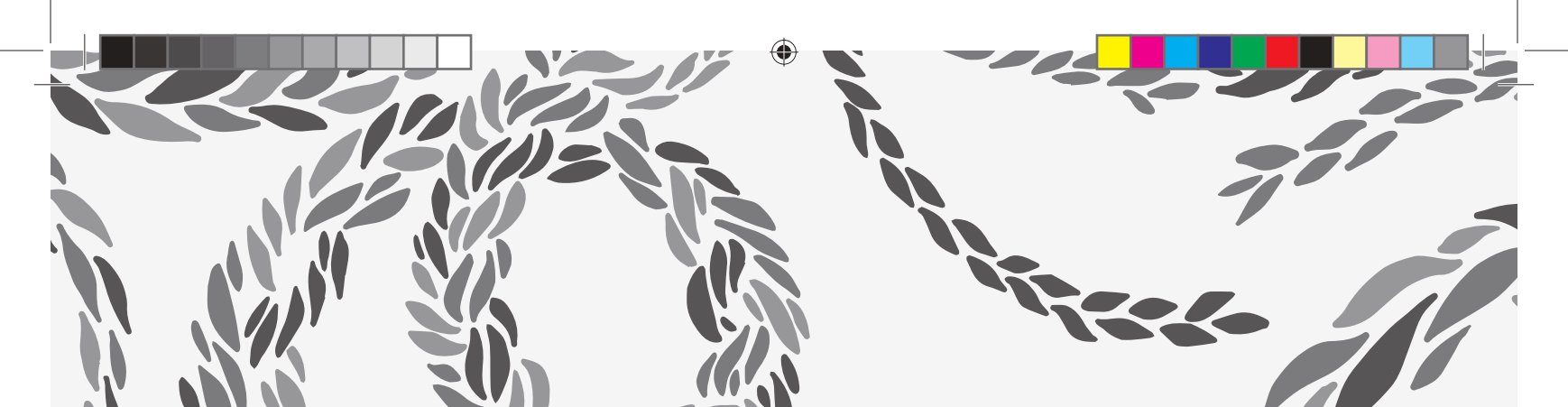






AMB RIO  
PRÁTICAS DE  
SUSTENTABILIDADE:  
EMBRIAGADAS PELA  
DEMOCRACIA

AUTORIA COLETIVA



**A** AMB Rio desenvolve diferentes práticas de sustentabilidade financeira, que se aprimoram e modificam de acordo com a conjuntura e com as possibilidades organizacionais. São práticas alinhadas a um objetivo concreto de superar desigualdades existentes que afetariam a participação de militantes da AMB Rio em momentos importantes da construção do nosso feminismo, como viabilizar viagens para participação de algum encontro nacional ou regional, ou mesmo para suprir nossa caixinha, que tem se mantido com saldo positivo e cuidada, pelas integrantes da AMB, para viabilizar diferentes ações que envolvem nossas lutas, incidências, redes de solidariedade e cuidado.

“Embriagadas pela Democracia” nasceu em 2017, no contexto do acirramento de discursos e práticas antidemocráticas, ano seguinte ao golpe que tirou Dilma Rousseff da presidência do Brasil, colocando Michel Temer em seu lugar. O biênio 2016/2017 foi marcado, no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, por sucessivos atos de rua, desde o “Não Vai Ter Golpe” ao “Fora Temer”, sempre reforçados pelas lutas feministas, organizadas em defesa da democracia e na disputa por uma narrativa da História que descortinava a associação entre patriarcado, racismo e capita-

lismo, sistemas de opressão sem qualquer apreço pela participação popular.

As militantes da AMB Rio atentaram, nas ruas e em vários atos, para a presença de um comércio informal que nos acompanhava em seus trajetos, concentrando-se na venda de bebidas para a diversidade de manifestantes. Além dos momentos de grande concentração, esse comércio informal tornou-se comum em lugares historicamente ocupados pelos trabalhadores e trabalhadoras após o expediente, o famoso “*happy hour*” do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Nossas ativistas eram consumidoras desses produtos, assim como muitas amigas, companheiras, colegas de outros movimentos. Percebendo a oportunidade, decidimos tentar esta via para alimentar nossa caixinha, colocando em prática um projeto de arrecadação de fundos. Criamos então um comércio informal de bebidas, oferecidas a preço justo.

Não queríamos ser mais um “isopor” na Cinelândia, queríamos ter um nome e um propósito, com uma ação que reunisse nossa identidade, alegria e ação política. Foi assim, pensando nesse contexto, na luta pela democracia e no feminismo antirracista e anticapitalista que nos



78

une, que nasceu o nome “Embriagadas pela Democracia”, para batizar nosso espaço volante de comércio de bebidas, sopas, camisetas, e outros materiais produzidos pelas ativistas e também um livro vermelho, sempre à mão para arrecadar recursos adicionais.

Embora sendo uma iniciativa volante, sem endereço fixo, um ponto de encontro da AMB Rio foi logo instituído na Cinelândia, local onde aconteciam várias das manifestações do Rio de Janeiro. Foi aí, na esquina da Rua Alcindo Guanabara com a Praça Floriano Peixoto, que participamos, em 2017, do “Ocupa Sapatão”, promovido pelo Mandato da Vereadora Marielle Franco e onde montamos nossa “Arara Feminista” para venda de roupas e acessórios usados. Nessa mesma esquina nos encontramos, invadidas pela comoção e revolta, no dia seguinte ao assassinato da vereadora. Naquele momento demos o abraço mais longo e triste de todo o ano de 2018, lamentando a perda da amiga e companheira de tantas lutas. Hoje em dia essa é conhecida como a esquina Marielle Franco.

Tendo um nome, objetivo, ponto de encontro e as ideias para fazer a primeira ação das “Embriagadas pela Democracia”, colocamos a mão na massa: orçar e comprar gelo e bebidas, conseguir um “isopor” adequado, precificar os produtos, definir quem ficaria responsável por cada tarefa, fazer o transporte dos materiais, montar e desmontar o ponto de vendas e convidar aliados e aliadas para consumir. Toda a logística implicava também em investir algum recurso na compra dos materiais, e no

tempo para organização e divulgação. Os primeiros resultados foram tímidos: conseguimos o suficiente para não ficar no prejuízo, mas não chegamos a arrecadar tanto quanto imaginávamos. No entanto, as “Embriagadas pela Democracia” passaram a fazer parte de nossas atividades rotineiras, assim como as Chegadas (encontro para acolhimento de novas ativistas), e atividades de rua mais amplas, como as realizadas no Carnaval.

Em 2017, “Embriagadas pela Democracia” foi uma das estratégias que proporcionou a viagem a Montevideú, no Uruguai, para participar do 14º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC), com uma delegação de dez ativistas da AMB Rio. Muitas dessas nunca tinham saído do estado, participado de um encontro internacional ou interagido com feministas de outros países e culturas. Essa ação também nos levou a realizar várias rodas de conversa sobre o significado e objetivo dos encontros feministas da América Latina e Caribe, conhecer a história e vivenciar na prática a democracia participativa. Também foi com recursos das “Embriagadas pela Democracia” que contribuimos para a produção de materiais para as manifestações do “Ele Não”, em 2018, expostos e distribuídos na banqueta das Embriagadas.

Com a experiência e a compreensão de que “Embriagadas pela Democracia” era uma estratégia acertada, acabamos por criar uma identidade visual e um estandarte, que nos acompanha até hoje nas atividades de rua onde comparecemos com nossa prática de sustentabilidade.





“Embriagadas pela Democracia” faz parte de um repertório de práticas de sustentabilidade financeira que conta com outras estratégias, entre elas a confecção artesanal e venda de camisetas e panos de prato feministas.

As jovens ativistas da AMB Rio trouxeram a prática de estamparia artesanal de camisas com frases emblemáticas do feminismo, tais como: “Dias mulheres virão”, “Machismo mata, feminismo liberta”, “Chega de feminicídio”, entre outras. O investimento na produção das camisas tem sido importante não só para levantar recursos financeiros, mas também para criar uma identidade visual entre as integrantes do agrupamento.

As camisas foram vendidas na atividade de Chegança para as novas integrantes e durante o evento da Farofa Feminista, em 25 de novembro de 2019, no qual ativistas de diferentes movimentos feministas compraram nossas artes. Mesmo tendo interrompido a produção em razão da pandemia, foi levantada a proposta de realizar uma oficina interna de confecção de estampas, com vistas a ampliar a estratégia de sustentabilidade.

“Embriagadas pela Democracia” permitiu uma parceria interna com ativistas da AMB que constroem politicamente um projeto de Economia Solidária, para a venda de alimentos. Enquanto com as Embriagadas podíamos arrecadar recur-

sos para a AMB Rio vendendo bebidas e distribuindo materiais, as companheiras da Economia Solidária passaram a participar vendendo os acompanhamentos, como caldos, empadas, entre outros petiscos, para sua própria sustentabilidade. Uma prática coletiva aliada à prática de ativistas que já faziam comercialização de alimentos em eventos e atos de rua.

De um ponto de venda de bebidas para arrecadarmos recursos para nossa autossustentabilidade, a iniciativa das “Embriagadas pela Democracia” foi agregando sentidos políticos e se tornando também um meio para fazermos nossas incidências junto à sociedade.

Já nos tornávamos referência e “ponto de encontro” nos finais de tarde das sextas-feiras. O local das Embriagadas se instituía como lugar para consumir alegrias, bebidas, sopas e refletir coletivamente sobre o contexto político; desenvolver ideias para uma outra economia; debater questões sociais como a violência de Estado, o racismo que atravessa os corpos negros, as desigualdades que marcam nossas vidas; trocar afetos e sonhos. Esta iniciativa vinha alimentando avaliações sobre nossas lutas e análises sobre a agenda cultural e política, mas, infelizmente, chegou o vírus, a irresponsabilidade do governo, a pandemia e, hoje, apesar de embriagadas de incertezas, em situação de isolamento, seguimos lutando por uma democracia saudável, ávidas por um “tim-tim” coletivo!!!








# SOLIDARIEDADE



# AMB TOCANTINS REDE FEMINISTA DE SOLIDARIEDADE

AUTORIA COLETIVA DAS DEPOENTES DA REDE FEMINISTA  
DE SOLIDARIEDADE DA AMB TOCANTINS.



**E**m 2020, com o surgimento da pandemia de Covid-19, nós criamos a *Rede Feminista de Solidariedade da AMB Tocantins*, que se converteu em uma das principais experiências do nosso agrupamento. Antes mesmo de nomeá-la, já estávamos realizando ações de solidariedade por causa da Covid-19, que deixou muitas mulheres desempregadas e provocou a contaminação de várias. Depois de um ano e três meses, percebemos os impactos muito positivos e fortes da Rede sobre nós mesmas e sobre as comunidades de cinco polos da AMB no Estado do Tocantins.

A decisão de formalizar a *Rede Feminista de Solidariedade* surgiu com uma reunião para fazer nossa agenda de enfrentamento à Covid-19 e seus impactos sobre a vida das mulheres ainda no início de 2020. Rapidamente, em duas ou três reuniões, com cerca de 12 militantes, criamos o nome e formalizamos a Rede, com suas coletivas e membros participantes, além de definir as principais atividades a serem feitas: captação de recursos e produtos, entrega de alimentos, materiais de higiene e limpeza. Confeccionamos e distribuimos máscaras.

Criamos alguns mecanismos de comunicação alternativa, como a Rádio Zap e a TV-Zap nos

quais apresentamos 24 programas com temas de interesse das mulheres, como informações sobre a pandemia, a violência doméstica e sexual em decorrência do isolamento social, a saúde, a diversidade sexual, o trabalho, o auxílio emergencial etc.

Elaboramos três cartilhas e criamos panfletos informativos sobre a pandemia, a violência contra as mulheres e sobre Mulheres Negras e Racismo. Esse material era colocado nas cestas de alimentos distribuídas às mulheres.

Fomos premiadas pela Organização Não Governamental Artigo 19 pelos esforços que fizemos durante a pandemia em prol do bem-estar das mulheres.

Assim, a construção da Rede combinou diversas práticas políticas da AMB, mas principalmente as de solidariedade. A Rede agregou todas as militantes da AMB Tocantins, cujo projeto político pode ser sintetizado como: “transformar o mundo e a nós mesmas pelo feminismo”, através das lutas anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais, trazendo os valores da educação popular, da construção coletiva, do conhecimento compartilhado e da práxis cotidiana de transformação e os princípios da autonomia, da



84

horizontalidade, da igualdade de direitos, da solidariedade e do cuidado entre militantes e ativistas. Por essa principal razão, a escolhemos para sistematizá-la.

A Rede Feminista de Solidariedade também nos trouxe aprendizados, fortaleceu os núcleos locais, o agrupamento como um todo do Estado e trouxe mais mulheres para conhecer o feminismo e compartilhar conhecimento e condições de vida, gerando, concretamente, mais igualdade entre as mulheres. Criamos critérios para gerar mais equidade como os de raça, gênero e diversidade sexual, pertença a territórios e a vulnerabilidade no acesso a direitos, o cuidado e autocuidado com as próprias ativistas e militantes da AMB Tocantins. Solidariedade, cuidado e autocuidado se transformaram, para nós, em princípios, em especial durante a pandemia.

A diversidade de ações, o registro, a continuidade, a reflexão sobre a prática, o estabelecimento de metas fez com que, a cada mês, envolvêssemos mais pessoas e não parássemos quando um apoio material mais consistente terminava. Então, a solidariedade realmente é a qualidade marcante desta rede, que não somente inspirou o surgimento de outras redes de solidariedade e apoio às mulheres com novas parcerias, como a coletiva Ajunta Preta, a rede Alagbara, a rede formada por movimentos mistos, como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas, o Movimento Estadual de Direitos Humanos (MEDH), o Centro de Direitos Humá-

nos (CDH), o curso de Educação do Campo de Tocantinópolis e a Cáritas local.

Para comprovar a potência desta prática política, temos vários e significativos registros, dos quais vamos destacar aqueles realizados durante o fortalecimento da rede feminista na pandemia da Covid-19, por meio de fotos, áudios, escritas e depoimentos das próprias militantes ouvidas e chegantes à AMB, que vieram e ficaram, que passaram a estudar o feminismo e nossos pilares antissistêmicos, a maioria oriundas de áreas periféricas e territórios socioambientais discriminados.

A grande maioria das militantes da AMB Tocantins, em torno de 30 mulheres, está diretamente ligada a essa prática, com lideranças mais envolvidas na execução das ações e estudos, cerca de 15 mulheres em cinco polos, organizados por coletivas ou articuladoras de referência. Mesmo as chegantes muito recentes participaram da construção desta sistematização e do planejamento de nossas ações de fortalecimento da AMB Tocantins para os próximos doze meses.

Portanto, essa prática se converteu em um elo unificador muito potente entre os polos regionais, coletivos e feministas autônomas que compõem nosso agrupamento. A seguir, apresentamos depoimentos de integrantes de três coletivos que integram a Articulação de Mulheres Brasileiras no estado de Tocantins — a Casa 8 de Março, a Casa Pérolas Negras e o Coletivo de Mulheres Negras e Populares de Porto Nacional.





Também compartilhamos depoimentos de mulheres de coletivos parceiros, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Bico do Papagaio.

## CASA 8 DE MARÇO COLETIVO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PALMAS

*“Sou Bernadete Aparecida Ferreira, educadora popular, promotora legal popular (PLP), mestre em direitos humanos e militante da AMB TO, animadora da Rede Feminista de Solidariedade, responsável pedagógica e financeira pelos projetos de fortalecimento da AMB em Tocantins.*

*Uma das experiências da Rede Feminista de Solidariedade da AMB TO durante a pandemia foi a criação da Rede Há Braços, de escuta ativa. Criada rapidamente após reuniões em que estabelecemos as ações da nossa rede, decidimos articular um grupo de profissionais voluntárias de psicologia, direito, serviço social, das igrejas e*

*comunicação. Organizamos e realizamos três oficinas online, rodas de conversa, com leitura prévia de textos, sobre a prática da escuta ativa, a abordagem e o acolhimento solidário. Fizemos cards e divulgamos um número de celular de referência, definimos dois dias da semana para o atendimento ou sempre que fossem urgentes os atendimentos.*

*Organizamos um grupo de voluntárias e os dias preferenciais para que cada uma pudesse atender, fazer a escuta ativa das mulheres em situação de vulnerabilidade. Após as primeiras formações, iniciamos o atendimento de mulheres e pessoas trans às quartas e quintas-feiras. Acordamos que, após duas sessões de escuta e, se houvesse necessidade, indicaríamos uma terapia ou outro tipo de atendimento socioassistencial da rede pública, que estava sem ações alternativas, no início da pandemia da Covid-19.*

*Na maioria das escutas, se percebeu que as mulheres e um homem trans tinham necessidade de falar e sair de casa, pois o isolamento gerou muita ansiedade. Porém, houve casos de intensificação de formas de violência que as mulheres já sofriam, algumas manifestavam a intenção de*

85





86

*praticar o suicídio. Seguramente, apenas a escuta ativa impediu quatro suicídios de mulheres, talvez mais, pois algumas não verbalizaram isso.*

*Para mim, a escuta ativa das mulheres, que eu já fazia na Casa 8 de Março, com mais tempo, inclusive, quando em situação de abrigo, e seus resultados de defesa da vida, da segurança e do bem-estar das mulheres, me levou à decisão de estudar psicanálise e me aprofundar nessa experiência e apoio concreto à saúde e segurança das mulheres. Estou escrevendo sobre psicanálise e feminismo do cotidiano em 12 artigos que serão publicados em forma de e-book até novembro de 2021.*

*A partir das escutas também combinamos de fazer a cartilha: de olho na violência durante a pandemia da Covid-19. Fizemos e distribuímos 500 cartilhas, que seguiram em sua maioria também em cestas básicas, que incluíram também várias das nossas militantes. O alcance da escuta ativa chegou, inclusive, a mulheres de classe média/alta egressas hoje de situações de violência.”*

Bernadete Aparecida Ferreira

*“Sou Edina Moura Araújo, filósofa, divorciada, membro da Casa 8 de Março há 20 anos e da AMB TO, especialista em ciências do trânsito e motorista de aplicativo.*

*Ser uma motorista de aplicativo, feminista, filósofa, e com alguma experiência adquirida no trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência na Casa 8 de Março, me trouxe condições de fazer um trabalho diferenciado no apoio às mulheres e na distribuição de cestas de alimentos e materiais de higiene e limpeza da Rede Feminista de Solidariedade da AMB TO neste período de pandemia. Não somente levar alimentos e materiais de higiene, mas conversar, ouvir, trazer novas demandas para o grupo, descobrir novos territórios, mapear, mesmo que não intencionalmente, as vulnerabilidades das mulheres em Palmas (TO).*

*As mulheres tiveram em mim uma pessoa de confiança, uma profissional que oferecia segurança, cuidado e a confiança de que, no momento em que essas mulheres mais precisassem, seu apoio chegaria. Foi e está sendo muito gratificante, sou muito bem avaliada e me sinto a “motorista das mulheres” nesse trabalho, que tem*





*mostrado o quão importante é ter mulheres feministas, solidárias, em vários pontos críticos da rede.*

*Por meio deste trabalho, conheci mulheres idosas, adoecidas, solitárias, vivendo com HIV/AIDS, que não podem ficar sem um alimento, sem determinado remédio, sem uma diária de serviço e sem ter quem as escutem. Tornei-me motorista de migrantes, trabalhadoras do sexo e trans que chegam a esta cidade para trabalhar e não têm uma pessoa amiga e confidente. Assim, nos tornamos referência, confidentes para elas. Isso é político em um tempo em que se prega o individualismo, o medo, a violência e o preconceito.”*

*Edina Moura Araújo*

*“Sou Emilleny Lázaro, advogada, associada da Casa 8 de Março e integrante da AMB TO, animadora da arrecadação de doação para a Rede Feminista de Solidariedade e Casa 8 de Março durante a pandemia.*

*As medidas restritivas de circulação na cidade provocadas pela pandemia de Covid-19 ocorridas no começo de 2020 e estendidas até 2021 prejudicaram principalmente as mulheres com*

*vínculos de trabalho precarizados e trabalhadoras autônomas. A suspensão do funcionamento das escolas e creches dificultou ainda mais o trabalho das mulheres fora de casa. O aumento de mulheres pedindo ajuda para alimentar elas próprias, seus filhos e filhas e o desespero por não terem com quem deixar as crianças nos mobilizaram a criar a Rede Feminista de Solidariedade.*

*A mim coube especialmente o trabalho de mobilizar doações de alimentos e materiais de higiene nas redes sociais aumentando os recursos disponibilizados pela AMB, através do projeto apoiado pela União Europeia. Esta mobilização de recursos se deu a partir das páginas Instagram, Facebook, WhatsApp e Twitter da Casa 8 de Março e da minha pessoal, sempre criticando a insuficiência do auxílio emergencial por parte do governo federal.*

*Pela diversidade de canais, alcançamos pessoas que até então não conheciam o agrupamento, mas que doavam pela história de luta da Casa 8 de Março. Arrecadamos alimentos, sabão e álcool em gel de pessoas comuns e de coletivos de profissionais que se formaram durante a pandemia. Estimo que, ao todo,*



88

*foram arrecadadas cerca de 860 cestas básicas, vários litros de álcool, materiais de prevenção e limpeza. Além disso, confeccionamos máscaras protetoras.*

*Nossa campanha possibilitou que mulheres com mais oportunidades e privilégios na sociedade se envolvessem em nossas campanhas e compartilhassem o que têm.”*

*Emilleny Lázaro*

*“Sou Nájilla Alinne Lopes Nascimento, estudante indígena de Jornalismo na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e assessora do canal Há Braços da AMB TO.*

*Entrei na Rede de Solidariedade durante o período de estágio na faculdade. Fizemos produções para os programas semanais, como TV Zap e Rádio Zap. Além disso, também foram feitos cards para publicações no Instagram oficial da Casa 8 de março e página da AMB no Facebook.*

*Através dessa experiência, foi possível conhecer novos aplicativos e plataformas essenciais para o processo de produção de conteúdo. Tive o enorme prazer em conhecer mulheres fortes e determinadas que lutam incansavelmente pelos seus direitos, ouvi relatos emocionantes e posso*

*afirmar que hoje entendo e admiro muito mais o movimento feminista.*

*Como futura jornalista, acredito que essa experiência me tornou uma profissional mais humana, consciente e sensível a realidades diferentes da minha.”*

*Nájilla Alinne Lopes Nascimento*

*“Sou Charleide Matos, mulher preta periférica e feminista, tenho 42 anos, sou casada e tenho cinco filhos. Sou estudante de Direito e cabeleireira trans. Moro em Palmas (TO).*

*No contexto da pandemia e do isolamento social de 2020, as mulheres negras e periféricas, em situações de vulnerabilidades sociais, foram as mais atingidas. Ficaram desempregadas e, no terceiro mês de circulação do vírus, as despesas de água, luz, aluguel, telefone e a fome bateram nas portas de muitas mulheres. Com isso, algumas pessoas ocuparam uma quadra na T30, entre Palmas e Porto Nacional, e foram morar embaixo de barracas de lona e papelão, no Jardim Taquari em Palmas, Tocantins.*







*Quando estavam nesse local havia alguns dias, a prefeitura da cidade despejou as famílias sem oferecer nenhuma assistência. Eu fiquei sabendo do ocorrido e constatei que a maioria das pessoas que estavam na ocupação era de mulheres negras e mães soltas. Essas mulheres despejadas foram morar de favor nas casas dos amigos ou no fundo dos quintais de familiares.*

*Então entrei em contato com Bernadete Ferreira, da Casa 8 de Março, e acionamos a Rede de Solidariedade Feminista do Tocantins, que lançou uma campanha de arrecadação de cestas básicas e brinquedos, roupas e calçados para as crianças e fizemos as doações.*

*Além disso, incluímos as mulheres em um projeto de apoio direto da AMB para receberem cestas básicas por alguns meses. Assim, fundamos a Casa Pérolas Negras, que completou um ano em abril de 2021. No Natal, este coletivo lançou a primeira campanha de Natal solidário na periferia. Nessa campanha arrecadamos vários itens. Além das mulheres ganharem cestas básicas especiais de Natal, seus filhos também foram presenteados com roupas, calçados e brinquedos.*

*Com tudo isso, quem ganhou o maior e melhor presente fui eu, porque fui fazer as entregas vestida de “Mamãe Noel” vestida de preto. Eu agradeço a Deus, a AMB, a Casa 8 de Março e a nossa Rede de Solidariedade Feminista do Tocantins por me presentear com essa missão tão linda que é de colocar o brilho no olhar e o sorriso no rosto das mulheres excluídas das políticas públicas do Estado.”*

*Casa Pérolas Negras — Charleide Matos*

*“Sou Fernanda Rodrigues, dona de casa, tenho 34 anos, em união estável e com dois filhos, sou moradora do Setor Taquari, em Palmas (TO).*

*Faço parte do agrupamento da AMB e sou militante na Casa 8 de Março e Casa Pérolas Negras. No mês de abril de 2020, assim que foi fundada a Casa Pérolas Negras, fui convidada pela Charleide Matos para participar das ações ativistas da casa, na qual conheci a Bernadete.*

*Além de participar das atividades coletivas, como confecção de máscaras protetoras para doação, confecção de bandeiras, também faço parte da Rede Feminista de Solidariedade, ajudando também como motorista e colocando meu carro à disposição*



*para a distribuição de cartilhas sobre violência doméstica e orientando como pedir socorro através de sinais, fazendo entrega de cestas básicas para mulheres negras e vulneráveis nas ocupações e na zona rural no entorno do Taquari.*

- 90 *Particpei da Rádio Zap na qual falei sobre o descaso do nosso Estado com as mulheres negras, pois a maioria que estava na ocupação da Quadra T3 é cadastrada no programa de casas populares há mais de cinco anos. Mesmo assim elas foram despejadas sem direito a uma moradia digna e em plena pandemia.*

*Então, todo esse tempo estou militando, com muito amor e alegria, sabendo que estou levando um pouco de esperança ao próximo, além de estar fazendo minha formação, pois tenho participado de lives e cursos online, inclusive os da AMB nacional como o curso sobre patriarcado e sobre anticapitalismo. E participo de reuniões de planejamento coletivo de nossas ações e projetos, como as reuniões para definir a sistematização dessa prática política e o nosso plano anual. Sinto-me uma dona de casa simples da periferia, me politizando, recebendo e compartilhando conhecimentos a cada dia.”*

Fernanda Rodrigues

*“Sou Geryfrança Caldas da Silva Farias, professora efetiva da rede municipal da cidade de Palmas (TO), militante da AMB Tocantins e da Casa Pérolas Negras.*

*Tem pouco tempo que comecei a participar das atividades da Rede de Solidariedade. Só ouvia falar a respeito desse movimento em publicações sociais, de forma bem aleatória, não conhecia efetivamente o projeto.*

*Comecei a me identificar com uma pessoa atuante do grupo — a ativista Charleide Matos —, suas falas e o trabalho social que ela desenvolvia com as mulheres periféricas da região Sul de Palmas. O grupo a que ela pertence se posicionava politicamente contrário à situação atual que o país está vivendo e também por ajudar no combate às agressões físicas e psicológicas que muitas mulheres do local sofrem (no ritmo do #Elenão).*

*A partir daí passei a me aproximar. Quando essa pessoa também teve conhecimento de meus posicionamentos ideológicos, que hoje considero feministas e progressistas, me convidou a participar no dia 8 de março com extensão de faixas no bairro de Taquari, com frases de luta*





*a favor da vida das mulheres e exigindo #vacinasparatodosjá. Também visitei algumas residências para entrega dos kits de higiene.*

*Outro movimento de rua que participei foi sobre os 1096 dias sem resposta sobre os responsáveis pela morte de Marielle Franco. Charleide me apresentou a Bernadete, uma das dirigentes da AMB de Palmas.*

*Como chequei no grupo neste período de pandemia de Covid-19, minha atuação tem sido mais nas redes digitais, em grupos sociais como de WhatsApp, Facebook, Instagram. Faço acompanhamento constante das publicações e ajudo com compartilhamentos e engajamentos dos grupos sociais. Conheci a TV Zap e Rádio Zap, além disso, também participei de reuniões de formações pelo Google Meet.*

*Através dessa experiência foi possível conhecer mulheres fortes e determinadas que lutam incansavelmente pelos seus direitos, como a Bernadete e a Charleide Matos. Ouvi relatos emocionantes e posso afirmar que hoje entendo e admiro muito mais o movimento feminista.*

*Como professora, sei da grande importância de estar constantemente divulgando materiais informativos para a sociedade, e este trabalho me inspira, pois acredito que tais informações serão capazes de ajudar a construir uma sociedade mais humana, consciente e sensível à realidade que estamos vivenciando no momento.”*

*Geryfrança Caldas da Silva Farias*

*“Sou Gilma Ferreira, tenho 49 anos, sou divorciada, professora, poeta e militante da AMB de Porto Nacional. Contribuí na criação do Coletivo de Mulheres Negras e Populares de Porto Nacional, juntamente com outras companheiras de nossa cidade, Palmas.*

*Palmas é a capital do estado de Tocantins. É também considerada a capital cultural do Estado, por causa da música, da poesia, da literatura, das artes e do patrimônio histórico. Entretanto, é também uma cidade machista, patriarcal e racista, onde mulheres sofrem inúmeras violências (estupro, violência sexual, abuso sexual infantil, violência doméstica, assédio sexual no trabalho, abandono afetivo das mulheres negras, violência contra LGBTQIA+, entre outras violências).*



92

*Durante a pandemia de Covid-19, nós, integrantes da Rede Feminista de Solidariedade, fizemos rodas de conversas virtuais, escuta ativa e diálogo com mulheres vítimas de violência e Rádio Zap AMB, promovemos os Quintais Produtivos — agricultura familiar doméstica — e o empreendedorismo de mulheres da Economia Solidária e da Associação dos Artesãos para a confecção de máscaras e de doações de cestas básicas.*

*Durante estas atividades solidárias percebemos e detectamos grande número de mulheres que sofriam violência física, financeira e psicológica de seus companheiros. Muitas mulheres tentando fugir de seus agressores; mulheres negras abandonadas por seus companheiros em troca de mulheres brancas — tendo que cuidar sozinhas dos filhos, desempregadas e sem auxílio emergencial; mulheres de periferia, sem apoio sanitário em plena pandemia. Nós tentamos apoiá-las nas suas necessidades físicas, emocionais e financeiras, através de práticas do autocuidado e do cuidado coletivo, contribuindo para a autoestima e positividade na vida.*

*Os quintais produtivos possibilitaram às mulheres assegurar parte da alimentação — através do plantio de hortaliças — e tratamento à saúde — através do plantio de ervas medicinais. No período de pandemia as ervas medicinais ajudaram no tratamento de muitas pessoas por meio do consumo de chás e garrafadas. Com a escuta ativa e grupo de WhatsApp, aconselhamos na busca de ajuda junto aos órgãos públicos de proteção à mulher, ou mesmo só ouvindo suas dores para se sentirem aliviadas.”*

Coletivo de Mulheres Negras e Populares de Porto Nacional — Gilma Ferreira

*“Sou Joice Silva, estudante de educação no campus da Universidade Federal de Tocantins, feminista militante da AMB Tocantinópolis e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de Tocantins.*

*Como estudante de educação no campo e militante do MST, me integrei na AMB em 2018 — quando participei do Encontro Estadual Feminista. Durante a pandemia de Covid-19, me engajei nesta Rede Feminista de Solidariedade articulando as feministas do campo, em especial as ligadas ao MST do norte*





*do estado do Tocantins — envolvidas na produção e colheita de alimentos de forma agroecológica para a formação as cestas de alimentos direto do campo, sem agrotóxicos e produzidos de forma coletiva.*

*Organizamos e distribuimos centenas de cestas entre as famílias mais necessitadas da região do Bico do Papagaio e, inclusive, enviamos para outras regiões. Para o município de Palmas doamos mais de 300 cestas para ajudar famílias despejadas e, para as mulheres em situação de vulnerabilidade e marginalização, doamos 25 cestas de alimentos diretamente do campo. Este trabalho continua ainda hoje.*

*Essa atuação me fez refletir com as Mulheres Sem Terra sobre o nosso papel, que não é só o de ser dona de casa, mas somos produtoras e temos presença ativa, temos nossas próprias ideias para a transformação do mundo e na construção de uma sociedade solidária. Por ser jovem, sinto que devo cumprir meu papel nas articulações mistas onde atuo, representando os movimentos que faço parte. Não é fácil, mas não vou desistir, vou articular as estudantes e jovens da nossa região e ajudarei a organizar o encontro feminista de resgate histórico da*

*AMB no Bico do Papagaio. Sem feminismo não há agroecologia.*

*Após as declarações das integrantes de nossa Rede de Solidariedade, apresentaremos os resultados de nossas atividades. Neste período da pandemia de Covid-19, com apoio financeiro do projeto da AMB (com financiamento da União Europeia), distribuimos:*

- 860 cestas de alimentos e produtos de higiene e limpeza entregues;
- 200 kits de redução de danos entregues;
- 800 máscaras de tecido e TNT;
- Livros e de brinquedos.

*80% das mulheres beneficiadas são mulheres negras, mães solas, chefes de família ou vivendo sozinhas. São também lideranças e ativistas da AMB que vivem em situação de vulnerabilidade social. Essas atividades também proporcionaram a parceria entre coletivos de mulheres e movimentos sociais, como o MST. Esta Rede de militantes se envolveu na logística e entrega dos produtos, na captação de recursos, no cadastramento das famílias e no transporte dos produtos.”*

*Jovens da Educação no Campo e MST de Bico do Papagaio — Joice Silva*



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

94

Os resultados alcançados com estas atividades foram o fortalecimento da AMB Tocantins em dar respostas concretas à vida das mulheres, em especial aquelas vivendo em situação de desigualdade, violência e vulnerabilidades sociais; o fortalecimento dos coletivos integrantes da AMB em diferentes regiões de Tocantins, como Ponte Palmas — em Porto Nacional; a reaproximação de antigas militantes da AMB afastadas e o acolhimento de novas mulheres; o envolvimento indireto de uma rede de apoiadoras e apoiadores com mais de 30 pessoas e a construção de novas parcerias com outros movimentos sociais, redes e comunicadoras.

Fortalecemos o movimento feminista em nosso Estado, criando uma articulação coesa, estendendo nossas atividades a mulheres periféricas — com pouca inclusão digital e educacional —, mulheres camponesas e mulheres de duas etnias indígenas. Desenvolvemos ações de enfrentamento da fome, da falta de informação da sociedade, da falta de ações de políticas públicas do governo para as mulheres mais excluídas da sociedade.

Conseguimos expressar o pensamento feminista anticapitalista, antirracista e antipatriarcal da AMB Tocantins, atraindo o interesse das mulheres de outros segmentos e movimentos sociais.









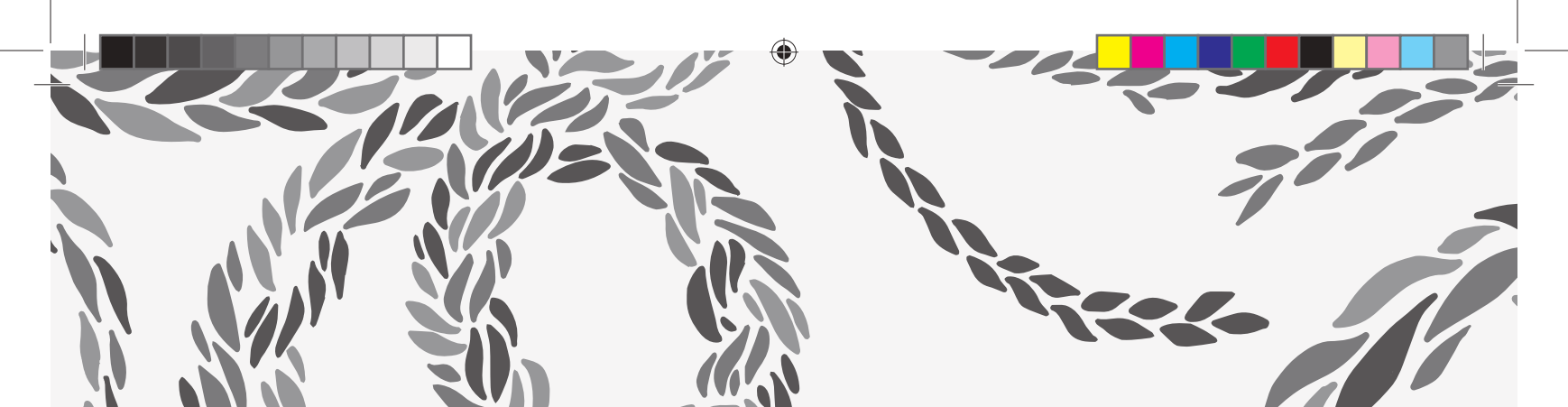


# PRÁTICAS DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE/ COMUNICATIVAS



AMB SÃO PAULO  
AS PROMOTORAS  
LEGAIS POPULARES  
(PLPS)

POR JOSEFINA GONÇALVES



**E**m decorrência das pautas e demandas próprias da Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB e da inserção e interesses específicos de suas militantes, o agrupamento do Estado de São Paulo, que inclui núcleos ou militantes isoladas de sete cidades, caracteriza-se por uma variedade de práticas. Ora a participação inclui todas as suas militantes, ora aquela ou aquelas que integram o núcleo de determinada cidade, ora ainda aquela que tem uma inserção ou interesse específico.

Como agrupamento estadual temos participado usualmente em frentes e articulações de combate à violência doméstica, de enfrentamento ao racismo e à LGBTfobia, pela legalização do aborto, contra a reforma da previdência, de organização do 8 de março, de aniversário da Lei Maria da Penha. E, mais recentemente, da luta pela vacina para todas, todos e todes, pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e do movimento Fora Bolsonaro e Mourão. Ainda nessa condição participamos, em diferentes momentos, de edições da Marcha das Mulheres Negras e da Marcha das Margaridas e, mais recentemente, temos assumido com empenho a organização do Levante Feminista Contra o Feminicídio em nosso estado. Participamos ainda da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, da

candidatura a Conselhos Municipais de Direitos ou Defesa das Mulheres, em fóruns profissionais e em redes de mulheres de regiões específicas, além da promoção sistemática de cursos de formação de Promotoras Legais Populares.

O projeto Promotoras Legais Populares vem sendo desenvolvido em nosso país desde 1990, em várias localidades de diversos estados. Uma de suas atividades é o curso de capacitação destinado a mulheres que são referências em suas comunidades, de modo que possam contribuir para a difusão de ideias e ações de justiça, democracia e dignidade, defesa dos direitos humanos e construção de relações igualitárias. É uma formação que agrega as práticas políticas de formação em total diálogo com os processos de luta.

Desde o ano de 2006, militantes da AMB que moram e atuam na cidade de Mauá, adotaram a realização desse curso como uma maneira de criar um espaço de reflexão a respeito da condição da mulher, inclusive porque os objetivos e conteúdos desse curso guardam muitas similaridades com as pautas da AMB. Outro intuito é aproximar as frequentadoras das diversas edições desse curso do movimento de mulheres, o que tem ocorrido em alguma medida.



As PLPs, como são conhecidas as Promotoras Legais Populares, são mulheres que já atuam ou que, idealmente, após o curso, passam a atuar em suas comunidades, apoiando pessoas e grupos que buscam exercer plenamente a sua cidadania. Assim, o desenvolvimento desse curso tem possibilitado a criação de novos espaços de articulação entre mulheres que enfrentam a discriminação e a opressão de gênero no cotidiano.

O curso promovido pelas militantes de Mauá tem recebido recorrentemente uma avaliação positiva por parte de quem o frequenta e também das convidadas e convidados que ministram as aulas. Essa boa aceitação tem tido como resultado a realização de edições anuais do curso — com exceção do ano de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19 — constituindo-se, assim, em uma atividade permanente do agrupamento do Estado de São Paulo.

Por esses motivos, mais o sucesso em aproximar algumas das frequentadoras desses cursos da AMB, apesar das dificuldades e desafios com os quais nos deparamos, essa prática política do nosso agrupamento foi escolhida para ser aqui apresentada e analisada. Acresça-se, ainda, que esse curso favorece a articulação com o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Delegacias de Defesa da Mulher e as subseções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras instâncias e operadores e operadoras do direito, que se constituem em aliados importantes na luta pelos direitos das mulheres.

Um dos desafios que enfrentamos edição após edição é o de motivar as mulheres a participarem

do curso, pois como elas vivem um cotidiano que lhes dificulta reconhecer que podem assumir a condição de protagonistas de suas próprias vidas, torna-se um tanto raro partir delas mesmas a motivação para voluntariamente fazer sua inscrição, conquanto algumas procurem o curso espontaneamente. Os obstáculos e justificativas citados, na medida em que expressam a condição subalterna da mulher — nelas introjetada —, indicam nítida e justificadamente essa dificuldade. São alegações tais como: “eu trabalho, vai ficar corrido”, “tenho criança pequena”, “tenho que fazer janta para o marido e os filhos”, “tenho que lavar roupas e arrumar a casa quando chego do trabalho”, “meu marido não vai gostar que eu faça esse curso”, “não tenho quem fique com meus filhos” etc.

Uma tarefa bem dificultosa é garantir que as mulheres permaneçam no curso, pois algumas afirmam que não têm a formação necessária para tanto. Outras relatam que não conseguem entender as leituras propostas, e há as que não têm tempo para fazer leituras, ou, mesmo reconhecendo a importância dos temas do curso, as consideram de difícil compreensão. Enfim, são vários os motivos que as desestimulam de permanecer no curso até o final. Esse é um dos nossos maiores desafios: estimular as mulheres a permanecerem naquele espaço, levando-as a entender a necessidade e a importância de estarem ali e conviverem com outras mulheres, pois essa é condição para que se capacitem a superar a condição que lhes impõem as dificuldades por elas apontadas.



Nas edições iniciais, foram necessários esforços suplementares para tornar o curso conhecido não apenas pelas mulheres, mas também pelas instituições com as quais fosse possível estabelecer uma parceria que viabilizasse a infraestrutura necessária à realização da atividade. Essas parcerias foram estabelecidas com o Sindicato dos Trabalhadores Ceramistas, a Câmara Municipal, a OAB e a Defensoria Pública.

Como, em certos espaços, era necessária a presença de alguém da instituição para franquear nosso acesso, algumas vezes não foi possível ministrar a aula, pois essa pessoa não comparecia, criando assim mais um motivo para desestimular as frequentadoras. Não é difícil imaginar o impacto desse desencontro em uma mulher que, num sábado pela manhã, às nove horas, após exercer sua jornada dupla durante toda a semana, locomovendo-se por grandes distâncias em transportes lotados, não poder acessar o local do curso.

No momento, essa é uma questão resolvida, pois conseguimos que a Defensoria Pública se tornasse um espaço permanente para a realização do curso de PLPs, sendo que, inclusive, nos foi franqueada a impressão de alguns documentos, e conseguimos o fornecimento de água e papel higiênico. Por ora, em razão da pandemia, o acesso às instalações está sujeito a restrições, o que nos levou a realizar em formato virtual a edição de 2021 — a décima quarta.

O curso tem duração de nove meses, com uma aula semanal. Normalmente abrem-se inscrições por um certo período e a quantidade de

inscritas gira em torno de quarenta a sessenta mulheres com idade a partir de dezesseis anos. Assim, tal como a questão do local, também a procura pelo curso é hoje algo que conseguimos equacionar, justamente pela regularidade com que suas sucessivas edições ocorrem e pela divulgação feita pelas mulheres que passaram pelas edições anteriores.

Como o curso é longo, durante a sua realização as frequentadoras são convidadas a participar de atividades alusivas à condição da mulher nos âmbitos municipal, estadual e nacional, pois entendemos que isso é um aspecto essencial da formação. Além de expressar o empenho das coordenadoras do curso, militantes orgânicas da AMB, em articular a participação no curso com a luta das mulheres como um todo e com as pautas da AMB, essa iniciativa resulta, como já foi antecipado, na adesão de algumas das mulheres ao movimento feminista.

Como fica evidente nos depoimentos de algumas PLPs, que adiante serão apresentados e comentados, na medida em que favorece o empoderamento das mulheres e, conseqüentemente, as estimula a assumirem posições das quais ignoravam serem capazes, o curso tem impactos em todas as esferas da vida daquelas que o frequentam. Ou seja, os impactos individuais do curso se estendem para o relacionamento conjugal, as demais relações familiares e, também, quando é o caso, para a prática profissional.

Outra observação a ser feita é que, movidas pela compreensão política provida pelo curso, com



102

os consequentes empoderamentos e desejo de mudança, algumas mulheres, num primeiro momento, atendendo aos convites das coordenadoras, passam a se inserir, com diferenciadas intensidades, em lutas coletivas contra a violência de gênero, contra o capital, contra o racismo, contra o patriarcado e contra todas as formas de opressão às mulheres.

Indicativo desse efeito do curso é o sempre muito significativo número de mulheres que o concluem que se prontificam a participar dos momentos de reivindicação de direitos para as mulheres, ou mesmo quando o tema diz respeito à condição geral do país, até por parte daquelas que não necessariamente assumem a condição de militantes. Essa é uma participação, com a qual fortalecemos o movimento, não somente no âmbito local, mas também estadual e nacional.

Doravante, em consonância com objetivo buscado por nós da AMB, e também almejado pelo curso de PLPs, que é o de promover o protagonismo das mulheres, vejamos como, com suas próprias palavras, algumas delas avaliam a abrangência e os impactos do curso nas diversas esferas de suas vidas.

O depoimento de Marlene Santiago, que provê sua subsistência como diarista e participou da nona edição do curso, realizada em 2014, exemplifica como o processo incentiva a busca constante pelo conhecimento e resulta na adesão ao movimento feminista. Ela, que antes do curso vivia uma situação de violência doméstica, superou-a, sendo hoje uma militante orgânica da AMB:

*“O Curso de Promotora Legal Popular na minha vida pessoal, contribuiu para meu crescimento como mulher, conheci o curso no ano de 2014 através de uma amiga, eu precisava fazer esse curso, era necessário buscar conhecimento, informação que mudou minha vida pessoal, pois estava num relacionamento abusivo, e não conseguia sair desse vínculo de violência. Fui persistente, busquei ajuda no curso de Promotora legal Popular, ganhei resistência fui até o final do curso, que mudou minha vida profissional. Sou uma mulher hoje, que consegui voltar a estudar, trabalhar e comunicar com outras pessoas, pois, tinha dificuldade de ouvir falar, era muito fechada, hoje consigo levar o conhecimento para outras mulheres, tenho meu trabalho com uma pequena renda mensal, sou doméstica/diarista, faço trabalho voluntário de auto ajuda com mulher em situação de vulnerabilidade, levando o cuidado e o autocuidado, depois que me formei uma Promotora Legal Popular.”*

Marlene Santiago

Andreza Gonçalves da Silva, formada em Serviço Social, que frequentou o curso no ano de 2017 — a décima-segunda edição — com o seu depoimento, evidencia de maneira mais enfática os





impactos do curso na individualidade de quem o frequenta e no modo como passam a estabelecer suas relações sociais. É um depoimento que aponta como o acolhimento das mulheres pelas coordenadoras é tão importante quanto os conteúdos que compõem o programa. Andrezza, que indicou ter sabido da AMB no decorrer do curso, é uma PLP que recorrentemente atende aos convites para participar de eventos e manifestações.

*“O curso PLPs – Promotoras Legais Populares me proporcionou uma vivência de luta, mostrando não só pra mim, mas para todas, o direito ao respeito, à liberdade, ao trabalho e principalmente a nossa dignidade, direcionando nós as leis que existem na luta contra a violência doméstica.*

*A convivência com o grupo de PLPs de Mauá de 2017, pra mim foi muito gratificante, com muito aprendizado valioso, ouvindo outras histórias, tendo a escuta e o respeito como um dos pontos fortes.*

*Foi através também do curso conhecimento de outros movimentos populares como AMB — Articulação de Mulheres Brasileiras SP, fora os debates em grupos em outras esferas públicas, sempre tendo posicionamentos de*

*melhores condições para nós mulheres. Este curso é muito vasto, principalmente quando nos encontrávamos toda quinta-feira para aprendermos ainda mais com os palestrantes que compareciam no curso nos passando todos os assuntos que acrescentariam na nossa vivência do dia a dia. E hoje sinto muita falta dos nossos encontros porque o conhecimento nunca é demais e o acolhimento feito pela Helena, Santina, Neia, Sol, Marlene e Cia foi respeitoso demais e com isso evoluía cada história de cada uma de nós neste ambiente tão forte, aonde a luta e a superação era um dos ingredientes deste curso tão valioso.*

*Que surjam mais PLPs direcionando de forma correta e coerente os ensinamentos para todas as mulheres que como eu tenham a consciência que pra ser feliz se respeitem e se amem da forma que são, sem culpa ou cobranças.*

*Gratidão realmente pelo aprendizado.”*

Andrezza Gonçalves da Silva





104

Já o depoimento da Janaira Nunes, que é formada em Psicologia e frequentou a décima quarta edição, em 2019, nos permite vislumbrar que o curso é conhecido e bem avaliado na comunidade. Ela se aproximou por indicação de um amigo cuja mãe frequentou, com resultados favoráveis, uma das suas edições anteriores. Além disso, cita os seus impactos no exercício profissional daquelas que o frequentam, conquanto, destaque-se, não fica restrito a esse aspecto, pois ela faz questão de registrar que os conhecimentos adquiridos a “ajudaram a melhorar como mãe, profissional, cidadã e principalmente MULHER”. Ela também é presença frequente nos eventos.

*“Conheci o curso através de um amigo, ele me disse que a mãe estava em um momento complicado e que após realizar o curso, tornou-se uma pessoa mais aberta para debater vários assuntos, que antes eram TABU para ela.*

*Fiquei curiosa para conhecer este grupo, e para minha sorte estava perto de formar uma turma em 2019 e na primeira oportunidade, me inscrevi.*

*A cada encontro fui percebendo a riqueza dos assuntos trazidos por profissionais atuantes na área e também pelas colegas de LUTA, em batalha há longo tempo. Evitava faltar pois sabia que estava perdendo conhecimento rsrsrs, estes que*

*me era ofertado de forma GRATUITA, sei o valor de cursos pagos e que talvez não me agregassem tanto.*

*Posso dizer que foi uma das melhores escolhas da minha vida, sempre me interessei pela luta das mulheres que vieram antes de mim, para que hoje tivéssemos direito básicos. O curso me ofertou não só conhecimentos sobre temas atuais, mas me proporcionou reflexões sobre as lutas de todas estas mulheres.*

*Tenho muita GRATIDÃO por todas que criaram e mantêm de pé este projeto, pois através dele conseguimos resgatar mulheres que estão em situações, que até então, não sabiam que era abusiva, e ao ingressar no curso, passaram a se ver como pessoa de DIREITO, sentindo-se fortalecidas para lutar por estes.*

*O conhecimento que adquiri com todas é uma riqueza impagável, e me ajudou a melhorar como mãe, profissional, cidadã e principalmente MULHER.*

*Gratidão a todas!!!”*

Janaira Nunes







A cada ano essa nossa prática política tem sofrido adaptações, com o objetivo de tornar seus impactos mais efetivos e abrangentes, seja quanto ao aprendizado, seja quanto ao fortalecimento do ativismo do movimento feminista. São exemplos dessas adaptações: a oficina de confecção da bonequinha abayomi, a dança circular, as peças teatrais, e a ida ao teatro e a outras manifestações culturais.

Este ano, repita-se, foi preciso fazer uma modificação no modo de apresentar o curso, pois em função da pandemia precisamos ministrá-lo no formato online, o que nos propiciou torná-lo mais abrangente. Mas ficamos limitadas nos nossos abraços e aconchegos, portanto, no tipo de acolhimento que a Andrezza indicou ser decisivo para os resultados alcançados.

Hoje é possível dizer que somos um agrupamento bem fortalecido, um grupo grande de PLPs não somente na nossa cidade bem como em todo o estado, pois como já foi dito aqui esse curso acontece em todo o Estado de São Paulo, e como há uma regra geral para a implantação do mesmo, as mulheres que se formam, com maior ou menor intensidade, permanecem na luta pelos nossos direitos.

Como fica demonstrado nos depoimentos de três de suas frequentadoras e nas observações que fazemos na convivência cotidiana, essa nossa prática gera autonomia e um impacto positivo na sociedade, pois as mulheres que frequentam o curso pensam melhor na hora de votar, cobram um serviço público de qualidade, se articulam com organizações focadas na temática da mulher, tentando dar visibilidade às suas lutas, e as profissionais que o frequentaram têm uma atuação diferenciada.

Estar juntas, compartilhar o que vivenciamos; entender que agir coletivamente enriquece o nosso aprendizado e faz nos sentir seguras, pensar e efetivar conjuntamente as nossas práticas como maneira de torná-las mais efetivas são conclusões propiciadas pelo curso e entendemos ser a melhor maneira de enfrentar os nossos opressores.

Para que pudéssemos optar por essa prática específica e para elaborar esta sistematização, foram feitos alguns encontros nos quais as participantes apresentaram suas análises a respeito do curso de PLPs. Estiveram presentes nesses encontros: Angélica, Deise, Helena, Jô, Kátia, Marlene, Santana e Terezinha.



MOVIMENTO IBIAPABANO  
DE MULHERES  
NA PRAÇA E NA RUA  
TAMBÉM SE FAZ  
COMUNICAÇÃO E  
EDUCAÇÃO POPULAR

POR ANA KAROLINE RODRIGUES DIAS,  
LILIANE DE CARVALHO SILVA, MARIA DANIELA SILVA  
DE SOUZA, TÁRSIA NAYARA MASSARI FONSECA



No município de Viçosa do Ceará, uma experiência pioneira se destaca por sua simplicidade, organização e poder de mobilização. Trata-se do trabalho de formação permanente desenvolvido pelo Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM) junto às mulheres e homens que acessam o programa Bolsa Família.

O MIM é um movimento feminista integrado ao Fórum Cearense de Mulheres (FCM) e à Articulação de Mulheres Brasileiras, que atua na Serra da Ibiapaba desde o ano de 2004, visando a construção da autonomia das mulheres pela conscientização do papel atribuído a elas nos diversos espaços da sociedade. Conta atualmente com 32 integrantes, 13 das quais são orgânicas. São mulheres jovens, idosas, trabalhadoras rurais, sindicalistas, professoras, profissionais liberais, trabalhadoras domésticas, estudantes, artesãs, assistentes sociais.

Desde a sua criação, tem participação ativa no Fórum Microrregional de Convivência com o Semiárido. A participação nesse espaço implica tanto em adquirir conhecimentos sobre a dinâmica dessa convivência quanto em dar visibilidade ao papel das mulheres nas temáticas discutidas, mostrando sua contribuição nos

trabalhos exercidos no semiárido, entre eles, a produção agroecológica. Promove ainda a reflexão para a necessidade de tornar as relações de gênero mais igualitárias como estratégia de desenvolvimento.

Atualmente em decorrência da pandemia, o movimento tem realizado reuniões semanais online, para fazer o monitoramento do seu Plano de Ação, executando suas atividades remotamente. O trabalho realizado junto às beneficiárias do Bolsa Família está temporariamente interrompido por causa do alto contágio da Covid-19 e pelo atraso e lentidão da vacinação contra essa pandemia.

Antes disso, a comunicação popular e a formação político-feminista aconteciam durante os últimos 15 dias de cada mês, quando era iniciado o pagamento do benefício. Nesse período, a partir de 6h da manhã, ativistas do MIM iam até a Praça General Tibúrcio, onde as beneficiárias do programa aguardavam pacientemente até as 8h, quando era iniciado o pagamento.

Essa experiência começou quando o movimento refletia sobre as teorias feministas e constatou que o acesso a esses conhecimentos sistematizados estava muito concentrado nas universida-



108

des, e pouco discutido no meio popular. *A questão era: Quando essa teoria bonita, desafiadora vai chegar às mulheres que nem sequer sabem ler e escrever, quando que essas mulheres vão tomar conhecimento dessa grande discussão importante para a transformação da sociedade, se elas não vão estar nesses espaços do conhecimento sistematizado, se elas não vão estar na universidade, se elas não vão participar das grandes conferências, dos grandes encontros?*

Partindo dessa inquietação, avaliaram que na fila havia muitas mulheres com pouca escolaridade, mas que também têm o direito de conhecer essas questões, que estão diretamente relacionadas às suas vidas. Uma agricultora da comunidade Oiticicas reconhece a importância desse trabalho “porque tem muitas pessoas aí que não têm, assim, conhecimento, né? E com isso já abre a mente delas”, disse.

No começo, há 13 anos, as discussões eram feitas somente nas datas comemorativas do calendário feminista, tais como: Dia Internacional da Mulher (08/03), aniversário da Lei Maria da Penha (07/08), Dia dos Direitos Humanos (10/12), entre outras. Com o passar do tempo, o MIM considerou importante fazer algo mais sistemático e diário, abordando também outras questões sociais relevantes, polêmicas, a que dificilmente as pessoas do campo e de bairros pobres têm acesso na sua vivência.

A estrutura do programa Bolsa Família, as mulheres no mundo do trabalho, combate aos agrotóxicos, sementes crioulas, lesbianidade; Lei

Maria da Penha, violências contra as mulheres, racismo; participação das mulheres na política, PEC das Domésticas, Programa Integral de Assistência à Saúde das Mulheres, o SUS; aborto, violência obstétrica e direitos sexuais e direitos reprodutivos foram alguns dos temas tratados durante as falas públicas. Os assuntos são diversos e têm contribuído muito com a ampliação dos conhecimentos e reflexões sobre a conjuntura nacional, na interpretação do feminismo.

Ao final de cada mês, a quantidade de mulheres que ouviam e refletiam sobre esses assuntos era bem considerável: cerca de 750. Em outra situação, seria muito difícil reunir esse número de mulheres. Precisaríamos nos deslocar, assumir gastos com transporte, dispor do tempo delas e do nosso, para as reuniões. Na fila de espera, tudo é favorável a esse trabalho e ainda damos visibilidade ao Movimento.

## MEIOS E METODOLOGIAS

No início os temas eram previamente definidos a partir do calendário ou agenda feminista. Depois, esses e outros temas eram apresentados na fila, para consultar quais os mais importantes a serem apresentados. Todos eram votados, então, fazíamos apenas a sua distribuição ao longo do ano.

A partir da definição do tema a ser apresentado a cada mês, fazia-se a elaboração do texto sobre





o assunto, com análises, dados, depoimentos, notícias recentes, atualizando sempre o assunto com a conjuntura nacional, a fim de que o conteúdo estivesse o mais próximo possível da realidade das beneficiárias/os.

Sempre foram feitas provocações reflexivas para animar as apresentações, mas a participação era muito tímida. Depois entendeu-se que qualquer reação contra ou a favor do que estava sendo dito poderia representar retaliação e até perda do benefício, isso porque o controle político sobre a população é muito ostensivo numa cidade pequena. As pessoas são perseguidas pelas opiniões ou posições políticas que tomam, caso isso represente oposição ao mandatário local. Tem sido assim durante muito tempo.

Então, para promover maior aproximação com essas mulheres, dialogar e saber o que elas pensavam, realizaram-se as “Pesquisas Pretextos”. São questionários aplicados, sobre um determinado assunto. Ao final da entrevista, eram levantadas algumas questões sobre as respostas que mereciam maiores considerações. O bom é que durante as perguntas, quem estava perto da entrevistada também dava sua opinião e aí a conversa ficava animada e envolvente.

Quando foi iniciado esse trabalho, usava-se unicamente a voz. Como era cedo da manhã, o silêncio do ambiente favorecia a escuta. Depois conseguiu-se um megafone para ampliar o som da fala, o que melhorou bastante a comunicação, mas, mesmo assim, como o número de pessoas crescia e muitas se distanciavam do início da

fila, viu-se que era necessário um aparelho com mais potência para nossas vozes serem ouvidas por todas as pessoas.

Foi aí que chegou a “Mimosa”, um carrinho de picolé adaptado a um “carro de som” com entrada para microfone, *pendrive* e um som bem potente. Assim conseguiu-se manter a atenção das pessoas por mais tempo ligada aos temas que eram tratados. O recurso para a criação da “Mimosa” veio dos bazares nas Feiras Agroecológicas semanais e das vendas de chocolate quente durante o festival de música na Ibiapaba.

Para atrair ainda mais a atenção do público, algumas vezes, fizemos apresentação de teatro de fantoche. A música esteve presente na maioria das apresentações. Escolhidas de acordo com o assunto a ser tratado, as canções eram apresentadas logo que se chegava na fila, cedinho da manhã e ao final da apresentação, na despedida. As paródias também fizeram parte do repertório musical. Elas traduziam o conteúdo das apresentações de forma lúdica e rimada, cantadas com o auxílio de uma pandeirola para dar ritmo à música e animar o trabalho, ajudando a fixar também o conteúdo.





*TA-HÍ*

*Taí, eu bem que disse pra você denunciar  
Que essa história de que ele vai mudar!  
É trapaça, de machista, pra poder lhe  
controlar!*

110

*A violência contra a mulher,  
Pra muita gente é coisa natural  
E se a gente não mete a colher*

*É sempre a nossa vida que acaba mal!*

*Toda mulher precisa entender  
Que a liberdade é um direito seu  
E que ninguém é mesmo de ninguém*

*E que nem Julieta ficou com o Romeu!*

As falas públicas influenciaram Campanhas de Abaixo-assinado pela Delegacia de Defesa das Mulheres, pela Reforma do Sistema Político e outras. Antes da coleta de assinaturas, a apresentação do tema trazia elementos e dados para justificar e incentivar a participação de todas/os nessas Campanhas, o que nem sempre foi fácil de obter. Muitas pessoas tinham medo de perder o benefício se assinassem o documento. Era preciso uma boa argumentação para convencer a pessoa a assinar.

Mesmo que boa parte das beneficiárias/os do Bolsa Família não tivessem domínio sobre a

leitura, por diversas vezes, foram feitas panfletagens com assuntos tratados durante a fala pública, ou outros relacionados a campanhas diversas, contra o uso de agrotóxicos, por exemplo. O interessante é que, apesar de alguns estudos apontarem a panfletagem como uma maneira pouco eficaz para se comunicar, o certo é que, depois da apresentação do conteúdo do panfleto e apelo para que ele não fosse desprezado, não se via nenhum deles jogados no chão. Ler em casa seu conteúdo pode ter fortalecido as ideias divulgadas anteriormente na praça.

Ao final de todas as apresentações, fazia-se sempre a seguinte pergunta: “Podemos voltar no próximo mês?”. E a resposta era sempre sim, dada com entusiasmo, embora que nem sempre por todas/os, mas pela maioria! Isso reforçava o nosso compromisso, mas também o consentimento delas para ocuparmos aquele espaço que, embora sendo público, era importante para afirmar essa “cumplicidade”.

## DESAFIOS

A pandemia da Covid-19 alterou completamente o andamento desse trabalho. Por uma questão de segurança individual e coletiva, ficamos privadas dessa ação política feminista. Em 2021, fizemos uma única panfletagem, no dia 8 de março na praça, mas não com as beneficiárias do Bolsa Família.

Essa atividade de comunicação e educação popular do MIM tem trazido desafios ao exercício





da fala pública, algo ainda difícil para muitas das ativistas. Romper a cultura de que o espaço público é para os homens e que o privado é para as mulheres é algo que ainda precisa ser desconstruído, por isso, a fala das mulheres precisa ecoar nesses espaços.

Um dos argumentos usados por algumas ativistas para não participarem dessa ação educativa era o pouco domínio sobre os assuntos. Muitas vezes, discutiu-se que isso poderia ser superado pelo debate coletivo, leituras e pesquisas.

Acordar cedo e se deslocar para a praça pouco mais de 6 horas da manhã, diariamente, do dia 15 ao último do mês, não foi fácil. Por isso, nem todas puderam cumprir com esse calendário.

Durante a exposição do tema, era preciso criatividade na fala, para manter a atenção das pessoas. Nesse sentido, chegar cedo era uma das estratégias eficazes, já que o movimento de pessoas e carros no entorno da praça ainda não tinha começado e ficava mais fácil manter a atenção das mulheres na apresentação dos temas.

Outras vezes, essa atenção foi buscada através de Cartazes anexados em cavalete, com gravuras e pequenos textos e dados. Banners sobre o Semiárido e o Álbum Seriado foram bastante utilizados durante a Campanha em Defesa da Previdência Social. Uma das mais participativas ações desenvolvidas foi a “Votação sobre a Reforma da Previdência”. Levou-se duas “urnas” de caixa de papelão para acolher os votos favoráveis e não favoráveis à Reforma. Depois contava-se o que tinha em cada “urna” e anotava-se num cartaz

bem visível. No mês seguinte fez-se a divulgação do resultado total de votos, vencendo aqueles que NÃO aprovavam a Reforma. O que mais surpreendeu foi a iniciativa das beneficiárias de saírem dos seus lugares na fila para colocar seu voto na urna. Algumas chamavam as outras para também votarem e outras/os declaravam o voto com entusiasmo! Essa atitude expressou a compreensão e a posição política sobre algo que dizia respeito à vida de todas/os. Foi um trabalho marcante, que movimentou e trouxe resultados animadores.

Todos esses materiais didáticos foram usados para potencializar a fala e atrair a atenção das beneficiárias, trazendo mais elementos e incentivando maior reflexão sobre os temas.

Nem sempre houve interesse de todas as beneficiárias que estavam na fila. Algumas vezes, conversas paralelas ou expressões de desagrado foram manifestadas, principalmente quando se fazia críticas aos gestores municipais. Manter a atenção da maioria sempre foi um bom desafio, amparado na linguagem, que precisava ser o mais popular possível, e no uso de outros recursos, como as imagens, músicas, histórias, para que a mensagem fosse compartilhada.

Na opinião de um agricultor da comunidade Testa de Ferro:

*“[...] é, muitas coisa que elas diz aí que é certa, outras eu acho que num é, mais elas acha que é, [...] é porque tem muitas coisas que elas diz que num é muito fácil de se*



*dizer, porque elas... sobre aí esse negócio dos prefeito, [...] nem um nem o outro num faz uma coisa que presta [...] aí o que que a gente pode fazer? Tira um ruim e bota outro mais pior, num adianta falar.”*

**112** Assim como temas ligados à política local nem sempre eram acolhidos por todos, falar sobre o assunto contribuiu para a rejeição do poder público ao nosso Movimento.

O grau de interesse das beneficiárias pelas questões trazidas para a praça variava. No início a questão sobre o Aborto era nitidamente rejeitada. Também não foi fácil para nós tratarmos sobre essa realidade cercada de preconceitos, desinformações, medo e rejeição, numa praça pública, em uma cidade pequena, onde todas/os se conhecem. Mesmo assim o desafio foi enfrentado. Falar sobre esse assunto em dupla era menos difícil, por isso, algumas vezes chegava-se na praça às 5h30 para dar tempo a uma das ati-

vistas do MIM participar da fala e ainda se deslocar para o município vizinho, onde trabalhava.

Todos os anos, em setembro, o tema do aborto foi tratado, sendo que nos últimos anos não se via mais mulheres virando as costas, ou puxando conversa com a vizinha pra demonstrar seu desagrado ao tema. Ao contrário, curvavam o corpo pra olhar e ouvir melhor o que estava sendo dito. O aborto foi um dos temas tratados na “Pesquisa Pretexto”, gerando boas conversas entre as entrevistadas.

Esse é um processo de formação política que vem se desenvolvendo a longo prazo e a opinião das pessoas não mudará com uma simples fala, mas, quando o MIM discute os assuntos, provoca reflexões que certamente não ficam só ali, naquele espaço de tempo. É provável que as pessoas comentem em casa, nas comunidades e, assim, o conhecimento vai se espalhando e, aos poucos, mudando o comportamento e a mentalidade de quem escuta, acolhe a mensagem. E isso sempre fará alguma diferença na vida dessas pessoas, pouco ou muito, mas fará.











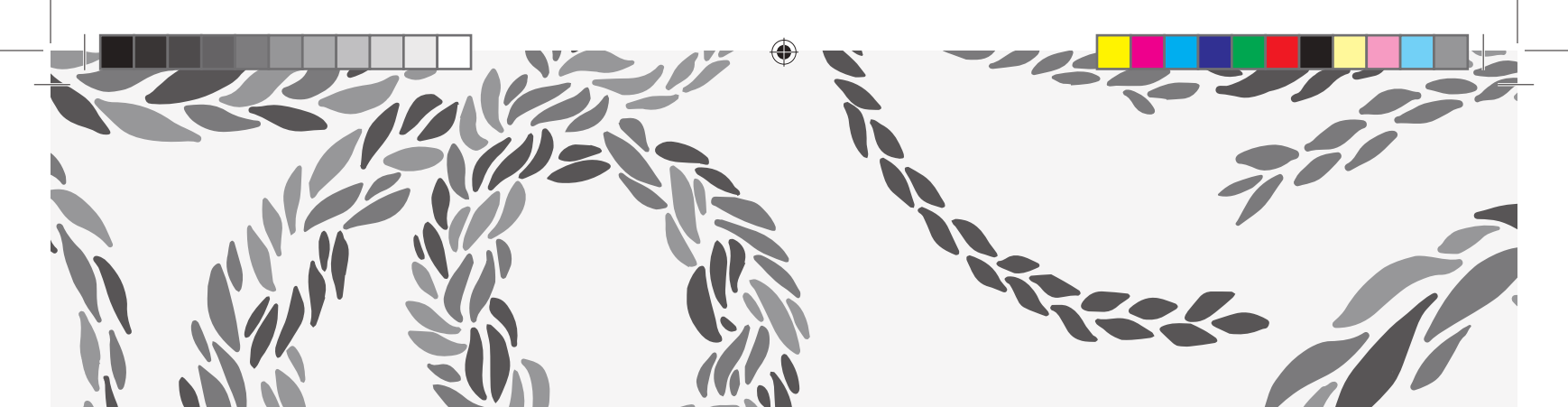
# INCIDÊNCIA POLÍTICA DOS AGRUPAMENTOS



FÓRUM CEARENSE DE MULHERES  
OCUPAÇÃO FEMINISTA  
COMO PRÁTICA  
E AÇÃO POLÍTICA

UM RELATO DA OCUPAÇÃO DA CASA DA  
MULHER BRASILEIRA DE FORTALEZA EM 2018

AUTORIA COLETIVA



**N**o Ceará, o ano de 2018 começou com a triste notícia de um bárbaro crime estampado nas manchetes de diversos jornais e noticiários locais: o assassinato de Stefany Brito, jovem de 18 anos, tendo como principal suspeito seu namorado, o que caracteriza um crime de feminicídio. Este representaria apenas o primeiro dos 461 homicídios de mulheres que ocorreriam naquele ano. Somente em janeiro, foram assassinadas no estado 52 mulheres. Destaque-se que destes, apenas quatro haviam sido registrados como feminicídio, havendo, portanto, um protocolo institucional ineficaz no enquadramento desse tipo de crime, invisibilizando este dado de crescimento, o que impacta diretamente o enfrentamento da Violência Contra a Mulher (VCM), como, por exemplo, no direcionamento de políticas públicas.

Para nós do Fórum Cearense de Mulheres (FCM), agrupamento estadual da Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB no Ceará, estava nítido que o enfrentamento à violência contra as mulheres e, em especial, ao feminicídio, precisava ser a pauta central das ações do 8 de março — Dia Internacional de Luta das Mulheres, que se aproximava.

Em Fortaleza, o 8 de março costuma ser construído por uma coalizão de movimentos e organizações — nem todas feministas e nem todas específicas de mulheres —, que mobiliza e organiza atividades diversas que costumam culminar em um grande ato político em determinada área da cidade. A definição da questão central e de outras que constituem a pauta do ato é feita de forma coletiva, pelos diversos sujeitos que compõem a coalizão. Essa pauta geralmente tem como referência o contexto político e econômico local, nacional e, às vezes, internacional, que se reflete nas análises e escolhas de táticas dos movimentos envolvidos nessa construção.

Naquele ano não foi diferente. O Brasil passa, desde 2015, por duros golpes contra os direitos das mulheres e de outras minorias políticas e por um ataque frontal às conquistas de direitos fundamentais constitucionalmente adquiridos. Isto tem resultado no aprofundamento das desigualdades, com a piora das condições de vida e trabalho da população, a ampliação do desemprego e aumento da inflação, rebaixando qualidade de vida do povo e, conseqüentemente, das mulheres, que estão nos pontos mais baixos da chamada “pirâmide social”.



É importante lembrar que, em 2016, Michel Temer chegou à presidência por meio de um golpe jurídico-parlamentar e que o seu governo adotou uma série de medidas antipovo. Com o apoio do Congresso Nacional, Temer aprovou várias leis e medidas que implicam na retirada de direitos, dentre elas: i) a Emenda Constitucional nº 95, que congela investimentos sociais por vinte anos; ii) a terceirização do trabalho de forma ilimitada; iii) a reforma trabalhista, que prevê, entre outras coisas, que mulheres lactantes podem trabalhar em locais insalubres; além de outras tantas medidas que representam um forte retrocesso aos direitos sociais.

Foi diante desse cenário, tendo, de um lado, retrocessos e ataques aos direitos e, de outro, de inúmeras mobilizações pela liberdade de Lula, que o 8 de março de 2018 foi construído. Um ano também marcado, vale ressaltar, pelas disputas nas eleições gerais, que elegem a/o presidente da república, governos estaduais e parlamentares — para o Senado e Câmara Federal, assembleias legislativas estaduais e do Distrito Federal. Tudo isso, sem sombra de dúvidas, repercutia nas ações dos movimentos e organizações sociais, inclusive nos movimentos e organizações feministas e/ou de mulheres, dentre os quais, o Fórum Cearense de Mulheres/AMB e outros movimentos feministas do Ceará.

No caso do FCM/AMB, por sermos um movimento feminista, autônomo e independente de outras organizações, partidos e movimentos sociais mistos (de mulheres e homens), sempre nos posicionamos em defesa de que as ativida-

des do 8 de março deveriam pautar, prioritariamente, as lutas feministas em defesa da vida e dos direitos das mulheres, que em geral não são pautadas em outros momentos da luta coletiva, sendo, via de regra, esquecidas ou relegadas.

Por esse motivo, e por 2018 iniciar com um altíssimo número de mulheres assassinadas no estado, nós decidimos defender que a pauta central das atividades do 8M 2018 fosse a “defesa da vida das mulheres” e a cobrança aos poderes públicos de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e ao feminicídio. Esta posição, apoiada por muitas outras organizações e movimentos de mulheres, sofreu enfrentamento por parte de coletivos feministas e de organizações mistas com fortes vínculos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que entendiam que a pauta central do 8M deveria ser o “Lula Livre”, mesmo que fosse junto a outras pautas feministas.

No campo em que se aglutinaram os movimentos e coletivos que defendiam uma pauta central feminista, embora todas entendêssemos a legitimidade do “Lula Livre” e a importância dessa luta ser pautada no 8M, compreendíamos que, no ato do Dia Internacional das Mulheres — em um estado em que no mês de fevereiro já haviam sido assassinadas vinte mulheres — não poderíamos abrir mão de que o eixo político fosse “Em defesa da vida das mulheres: pelo fim da violência e do feminicídio”.

No decorrer do processo da construção do 8 de março, a divergência sobre a pauta principal do





ato acabou se tornando insustentável, levando a uma cisão — “racha” —, em que alguns coletivos de mulheres, organizações mistas e os partidos políticos PT e PCdoB decidiram se retirar da construção unificada e construir um ato paralelo, tendo como pauta principal o “Lula Livre”. Este ato foi realizado no Centro de Fortaleza.

Em outro campo, seguiram as organizações e movimentos que, junto com o FCM/AMB, continuaram na mobilização do 8 de março coletivo, tendo como horizonte a construção de uma pauta que evidenciasse as reivindicações feministas e a luta pela vida das mulheres. Por isso, essas organizações optaram por realizar o ato em bairros da periferia, iniciando em um terminal de ônibus (Lagoa) e seguindo em caminhada até a Casa da Mulher Brasileira (CMB).

Deve ser de amplo conhecimento que uma das promessas para o segundo mandato da presidenta Dilma foi a construção da Casa da Mulher Brasileira em vários estados. Este equipamento reuniria os serviços da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEAM), dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, dos Núcleos de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Defensoria Pública Estadual e/ou do Ministério Público Estadual, dos Centros de Referência e Atenção à Mulher (CREAM), alguns desses órgãos dispondo de equipes para o acolhimento psicossocial, orientação jurídica e apoio para o acesso a emprego e renda pelas mulheres em situação de violência.

No entanto, em Fortaleza, a Casa da Mulher Brasileira estava com a estrutura do prédio concluída havia mais de um ano (desde setembro de 2016), sem que o governo estadual — parceiro do governo federal na implantação do equipamento — explicasse o motivo pelo qual o equipamento não abria as portas. Situação inadmissível, especialmente pelos altos índices de violência doméstica e sexual contra mulheres no estado, além do crescente número de feminicídios que ocorriam na capital e em outros municípios da Região Metropolitana de Fortaleza naquele ano.

Desse modo, compreendíamos que uma pauta estratégica para o ato do 8 de março de 2018 (inclusive por ser um ano eleitoral e, nesse contexto, os governos se mostrarem mais abertos a negociações), seria a cobrança pública pela abertura da Casa da Mulher Brasileira, com toda a rede de apoio que ela incluiria, de forma a garantir o atendimento e a assistência às mulheres em situação de violência. Vale destacar ainda, que enquanto a CMB permanecia fechada, a Delegacia de Defesa da Mulher se encontrava atendendo de forma reduzida na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), pois o teto do prédio onde antes ela estava instalada havia desmoronado.

A ideia de ocupar a CMB no 8 de março surgiu entre as militantes do FCM/AMB. Inicialmente, a proposta era fazer uma ocupação simbólica, por apenas 24 horas, para pressionar o Governo do Estado a assumir o compromisso com a abertura da Casa, como já tinha ocorrido em outras cidades do Brasil. No entanto, após a entrada na



CMB, em avaliação como os demais movimentos que construíram o 8 de março conosco e que fizeram a caminhada até o equipamento, decidimos por efetivamente ocupar a Casa da Mulher Brasileira e permanecer lá até que o governo estadual desse uma resposta positiva quanto à abertura e funcionamento da CMB e os demais órgãos que lá funcionariam.

120

Pois bem, essa foi a ação realizada e no decorrer do tempo, com a ocupação já em curso, o Estado insistia em não nos dar nenhuma resposta e percebemos que não poderíamos sair dessa luta sem nenhuma posição oficial. Então, coletivamente com os demais agrupamentos que estavam ocupando a casa, decidimos que só sairíamos da Casa da Mulher Brasileira com uma posição concreta do Estado, qual seja: quando seria a abertura do equipamento.

Durante a ocupação da Casa da Mulher Brasileira, as práticas políticas sempre foram a de aplicar uma construção de decisões a serem tomadas de forma coletiva. Posições que vão das políticas, da organização da ocupação, até as tarefas cotidianas como a limpeza do espaço. Outra atividade importante foi a construção dos ativismos, incorporados como forma de expressão coletiva do conteúdo político, autoformação entre as pessoas que ocupavam a Casa, produção de intervenções públicas e conexão entre as ativistas. Alguns exemplos de atividade foram: oficinas de batuques, de tranças e de extenso, cortejos, jograis, capoeira e sarau.

Na perspectiva de ativismo que inspira o Grupo Tambores de Safo e o bloco Cola o Velcro, exis-

tem nuances importantes a serem evidenciadas, que conectam a descrição metodológica das práticas com a intenção política e fundamentam a teoria política à qual está arraigada. A decolonialidade, como prática e teoria política: a colonização como técnica de dominação tem uma série de mecanismos que interferem nos cotidianos, símbolos e estruturas sociais. A dissociação entre aspectos fundamentais para a vida e a fragmentação de saberes e práticas são exemplos desses mecanismos. Assim, política, vida e arte são classificadas e tratadas como diferentes coisas e as interlocuções entre essas são frágeis e permeadas por diversas hierarquizações.

O ativismo como prática e teoria política decolonial se afirmará a partir da conexão imbricada entre essas questões, onde é impossível dissociar esses elementos, em um movimento onde a vida e os cotidianos pautam a política e essa é exteriorizada como ação artística, desmontando a ideia das linguagens canônicas para o exercício do político. Outra importante conexão produzida por essa prática é a integração entre entendimento racional e expressão afetiva, uma vez que as emoções são materiais importantes para a elaboração teórico-política que são, no ativismo, integrados e horizontalizados, tendo como resultado a arte como ponte (ou encruzilhada) para entendimentos, afetação e tradução de discursos políticos.

As relações intergeracionais, tão desmanteladas pela branquitude colonialista, também são temas fundamentais. Esse desmantelamento é fundamentado nas perspectivas adultocêntricas base-







adas na capacidade de produção capitalista, onde o novo e o velho são compreendidos como um não ser. Desde a perspectiva de ativismo decolonial, a integração entre as gerações possibilita a projeção e criação de um futuro, compreendendo o passado e agindo no agora com uma composição dessas diversas perspectivas. A criatividade emergente do novo se faz a partir da condição operacional do presente em consideração e aprendizado com o ancestral; assim a prática criativa irá acessar saberes e práticas ancestrais, conectando com o momento atual e propondo um modo de agir na invenção do amanhã.

Os tambores e batuques são expressão viva disso, uma vez que se afirmam e se manifestam como construção do tipo de política que é anunciada. A ancestralidade que os instrumentos carregam, as diversas tarefas para compor o batuque e a diversidade das vozes e instrumentos, que compõem a melodia, revelam a genética dessa política. São diversos grupos de instrumentos: alfaias, abês, caixas, repiques, atabaques, agogôs. Cada grupo de instrumentos tem frases específicas, e às vezes mais de uma frase ecoa de um mesmo grupo de instrumentos. Os tempos e contratempos são fundamentais para a harmonia, pois nos encaixes dessas vozes o ritmo nasce. Todos os instrumentos são importantes, nenhuma voz se sobrepõe a outra e assim, em uma prática divertida, transcendente e bela, afirmamos o exercício político que queremos produzir no mundo: coletivo, plural, horizontal e ancestral! Outras práticas ativistas além dos tambores também compõem nosso repertório, onde, a partir das

habilidades e saberes de todas as pessoas, vamos agregando linguagens e compondo a luta.

A atividade que culminou na ocupação do prédio da Casa foi construída por movimentos com características mais autônomas e críticas à política estadual do governador Camilo Santana, como Tambores de Safo, Bloco Cola Velcro, União da Juventude Comunista (UJC), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Ocupação Gregório Bezerra e militantes independentes etc. Além disso, esses grupos tinham em comum a mesma análise da centralidade do enfrentamento à violência contra a mulher naquele contexto de altos índices de feminicídio e também de que seria importante descentralizar os atos que historicamente ocorrem no centro da cidade ou na orla da Praia de Iracema.

A princípio, a ocupação seria algo simbólico, com o objetivo de pressionar o Estado para garantir a abertura da CMB (Casa da Mulher Brasileira), bem como garantir o seu comprometimento oficial e formal com políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Por questões de segurança, a parte mais estratégica de como seria a entrada e a instalação da ocupação foi feita de forma reservada por uma comissão específica para isso.

Havia a ideia de ocupar a Casa, porém não se tinha noção de onde partiria a caminhada até lá. Por fim, foi escolhido como local de concentração o Terminal da Lagoa, percorrendo e fechando uma via da Avenida José Bastos que faz a ligação entre os dois pontos.



Durante a caminhada, as e os ativistas caminharam pela via carregando cruzeiros negros com o nome de todas as vítimas de feminicídio até aquela data. Dessa forma, pretendia-se dar destaque para a gravidade desse dado em uma linguagem visual e artística que amplia o alcance das informações.

122

Após conseguir entrar e se fixar no prédio da CMB, as e os ocupantes passaram a se organizar por meio de assembleias, estimulando uma dinâmica própria de organicidade. Diariamente eram definidas as programações coletivas como oficinas, atividades artísticas etc. Todas essas propostas tinham o objetivo de retratar a temática de enfrentamento à violência contra a mulher e fazer uma discussão ampla entre os e as ocupantes e pessoas que transitavam pela ocupação.

A permanência foi assegurada pela ampla mobilização virtual e, com isso, houve uma interlocução de solidariedade e apoio de diversos setores políticos com a visita de grupos institucionais como a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo Federal (SPM), Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado do Ceará, Defensoria Pública e imprensa local. Além disso, houve um diálogo positivo com a comunidade onde está localizada a CMB, Couto Fernandes, que é um bairro periférico da cidade. As moradoras e os moradores prestaram solidariedade doando alimentos e frequentando a ocupação.

A ocupação durou até o dia 12 de março de 2018. Esse processo teve importância muito singular

por ser a primeira de caráter feminista na cidade, pois o grande objetivo dessa prática política era constranger o Estado a apresentar garantias concretas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Nesse sentido, a ocupação teve ganhos políticos, pois ocorreu uma reunião entre o governador e uma comissão de membros da ocupação. Foi firmado o compromisso de abertura da CMB e de que haveria a construção de um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A abertura foi marcada para abril daquele ano, depois adiada para o começo do mês de junho, mas somente no final do mês foi iniciada a abertura, sendo inaugurada apenas em dezembro de 2018. Quanto à construção do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o processo se iniciou com a participação do FCM e outros movimentos sociais, mas foi interrompido pelo governo do estado.

Em nível externo, o FCM ganhou mais visibilidade como articulador dessa pauta e uma referência sobre o tema. Foi um momento de fortalecimento das alianças institucionais e com outros movimentos. Em nível interno, houve a entrada de novas militantes, aumento do engajamento das ativistas com a produção de um dossiê sobre o feminicídio, a participação em audiência pública, a construção de outros atos políticos como o Amanhecer pela Vida das Mulheres e o diálogo com as instâncias estatais.







AMB AMAZONAS  
INCIDÊNCIAS  
POLÍTICAS CONTRA  
UM PROJETO DE LEI

AUTORIA COLETIVA



Desde o golpe de 2016, os direitos das mulheres, da população negra, dos povos da floresta e da classe trabalhadora em geral têm sofrido muitos retrocessos. Isso tem nos obrigado a nos organizar e nos mobilizar constantemente a cada tentativa do governo de destruir nossos direitos conquistados há muitas décadas.

A situação se agravou com a pandemia de Covid-19. O Estado do Amazonas foi vítima de um genocídio por parte do governo Bolsonaro. Entre março e junho de 2020 o nosso estado foi o mais atingido, se agravando nos últimos meses do mesmo ano, e há indícios de que o governo federal foi responsável por isso. O governo divulgou durante todo o ano o tratamento precoce, induzindo os médicos a receitarem medicamentos ineficazes e a automedicação da população. São medicamentos já rejeitados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Além disso, faltou oxigênio nas UTIs, sem que o governo tomasse nenhuma iniciativa ou fizesse isso muito tardiamente para garantir assistência aos enfermos.

Por isso, decidimos relatar nossa incidência política realizada em abril de 2021. Soubemos que havia na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) um Projeto de Lei (PL), apresentado

pelo deputado estadual Péricles do Nascimento (PSL) — delegado de polícia e bolsonarista —, titulando Bolsonaro como Cidadão Amazonense. No dia 20 de abril, o PL foi aprovado com uma votação expressiva de 19 votos a favor e apenas um voto contrário. Cinco parlamentares estavam ausentes. A indignação tomou conta da população e se construiu uma articulação puxada pelo grupo Um Pacto pela Vida e Pelo Brasil, e através das companheiras feministas da AMB Amazonas, que estavam participando desse grupo, iniciaram uma mobilização e articulação. As companheiras Francy Júnior e Márcia Dias perguntaram ao conjunto da AMB Amazonas sobre o que fazer diante dessa situação. Assim, decidimos fazer uma manifestação para pressionar os deputados da Assembleia Legislativa do Estado a revogarem o título. Articulamos várias equipes de trabalho — como comunicação, mobilização e outra de pequenas tarefas. A equipe de mobilização fez a chamada à “boca miúda”, pois não se poderia “vazar” detalhes sobre o ato.

Fizemos um grupo específico no WhatsApp para a articulação e a mobilização para o Ato com a AMB Amazonas em conjunto com muitas outras organizações e movimentos. Soubemos que um médico infectologista e professor universitário





126

aposentado manifestou a decisão de entregar o seu título de Cidadão Amazonense, recebido em anos anteriores pela Aleam. Essa decisão motivou outros cidadãos a devolverem o título, pois não queriam que seus nomes estivessem ao lado do nome de pessoas indignas da concessão de títulos pela Aleam. Além disso, foi feita uma carta de repúdio.

A partir de então, as companheiras que estavam nesta articulação decidiram articular por dentro da AMB Amazonas algo que fosse específico do feminismo na ação. Houve uma reunião emergencial e nela foi consensuado fazer duas ações: escrever um ofício para entregar e solicitar cancelamento do título recebido pela AMB Amazonas e fazer outra ação em frente à sede da ALEAM, no dia da entrega do título ao então homenageado. As ações pretendiam que se tornasse pública a indignação tanto das pessoas que receberiam o título naquele dia quanto em relação aos deputados votantes a favor da homenagem. Os dois atos foram comunicados à imprensa e houve excelente repercussão como vimos nos sites jornalísticos.

Os movimentos estiveram no primeiro dia, 22 de abril de 2021, às 9h da manhã, na secretaria da recepção da Assembleia Legislativa para entrega do ofício pedindo o cancelamento do PL e dos certificados de honra recebidos pela Aleam, como o do Fórum Permanente das Mulheres (AMB Amazonas), Movimento das Mulheres Negras da Floresta Dandaras, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), outros profissionais da saúde e da educação, além de

dois políticos, um deles do Partido Comunista do Brasil. Os atos tiveram a adesão de 27 organizações, como noticiou a imprensa Amazônia Real: *“O pedido de revogação do título a Bolsonaro enviado à Aleam pelo Fórum Permanente de Mulheres de Manaus (FPPM) conta com a adesão de 27 organizações, entre elas, o Fórum de Movimentos Sociais de Lésbicas Gays Bissexuais Travestis e Transexuais do Amazonas — Fórum LGBT/AM; Movimento de Mulheres Camponesas — MMC; Movimento Feminista Maria sem Vergonha; Marcha Mundial das Mulheres — Núcleos Amazonas e Parintins; Rede Grito pela Vida; e União Brasileira de Mulheres — UBM”*.

No segundo ato, no dia 23 de abril de 2021, as companheiras se encontraram no *hall* da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Lá vestiram as mortalhas brancas manchadas de tinta vermelha, produzidas pelas companheiras Florismar e Fabiana. Colocaram argila no rosto e seguraram cruces. De lá caminharam até a sede da Aleam. Foi feita uma performance com as cruces e falas em carros de som, denunciando o descompromisso dos deputados e do próprio presidente em relação à pandemia da Covid-19. De lá partiram em caminhada para o referido centro de convenções. Durante a caminhada, já próximo ao local, os carros de som foram barrados pelo “muro de policiais”, que faziam parte aliás da superestrutura de policiamento do evento. Então estacionaram os carros de som e seguiram caminhando, como vemos no relato da companheira Núbia Rios:





*“E quando nós chegamos na Rua Pedro Teixeira, a polícia bloqueou a caminhada e fechou a entrada para o carro de som não passar, nós não conseguimos entrar com o carro de som. Dessa esquina nós seguimos a pé. O carro de som ficou lá. Foi umas cinco viaturas que nos fecharam. Isso provocou uma grande dificuldade para chegarmos ao Centro de convenções.”*

Em frente ao local, foram feitas várias performances impactantes: foi derramada tinta vermelha em cima das fotos impressas dos deputados que votaram a favor do PL e um companheiro, o John, que é artista amazonense, deitou totalmente banhado pela tinta vermelha cor de sangue, remetendo às mais de 13 mil pessoas que perderam a vida no Amazonas por causa da Covid-19. Isso chamou a atenção dos presentes, inclusive da imprensa. Enquanto isso, o homenageado entrou pelas portas dos fundos e recebeu o título dentro do centro de convenções.

Outra situação impactante foi que a diretora do sindicato das professoras e professores do Estado, que foi empurrada por um policial. Ela caiu e machucou o joelho. O policial saiu sem prestar ajuda. Nesse momento, muitos manifestantes que viram, quiseram revidar, mas as mulheres da AMB Amazonas tomaram a frente, pedindo para que o ato continuasse pacífico. Uma das companheiras, Luzarina (60 anos), com 30 anos de caminhada, disse que se fosse há 20 anos atrás,

ela teria partido para a agressão, mas se conteve e impediu que seu filho e outros companheiros jovens fossem agredidos pela polícia:

*“Eu pegava no braço do Jonas, sindicalista e filho da companheira Florismar, mas ele não queria sair, foi horrível. Eu estava vendo a hora dos policiais partirem para cima deles, até porque ele já é conhecido por causa da greve do sindicato dos professores. Eu sei que é assim porque eu já fui sindicalista, eu sei como é isso. Eles marcam a gente. Eu era a primeira pegar porrada. Os primeiros a pegarem porrada foram as lideranças sindicais.”*

127

Depois chegaram os bolsonaristas — apoiadores do presidente — com bonecos, bandeiras, se manifestando a favor da homenagem. Além disso, eles fizeram várias tentativas incitando à violência. Um deles chegou disfarçadamente como se fosse um jornalista, gravando vídeo e pediu uma entrevista a uma companheira perguntando o posicionamento dela sobre o aborto. Foi quando as demais companheiras viram e impediram um confronto novamente, pois ali poderia gerar outro conflito totalmente descabido. A companheira Luzarina relatou que a vontade dela era dar um tapa na cara do bolsonarista, mas se conteve muito porque acreditava que iniciar a violência era tudo o que os bolsonaristas queriam, mas esse não era o objetivo delas. No entanto, acrescenta: “a raiva foi grande”.





128

A jovem Márcia Rodrigues, companheira da AMB Amazonas, disse que quando viu a cena, ficou próxima à Luzarina, enquanto companheira mais experiente, ao mesmo tempo em que pensou em dar-lhe também proteção e sentirem a força uma da outra. Ela relata que no momento de agressão à professora, Luzarina estava na frente, falando com os policiais. E Márcia foi lá com ela e pediu para ela se afastar, mas Luzarina respondeu “eu não vou”, então a Márcia permaneceu ao lado dela. Márcia relatou que viu também uma policial feminina com o dedo no gatilho e perguntou-lhe: “por que você não tira o dedo do gatilho, pois isso pode gerar grandes problemas para nós e para vocês?”. Disse ainda que percebeu que a policial estava nervosa. Núbia também relatou:

*“outra situação em frente ao Centro de Convenções Vascos Vasques, quando houve o início de violência, contida não pelos policiais, mas pelas companheiras. O ambiente ficou tenso, com a polícia nos ameaçando e os ‘bolsominions’ nos afrontando. No Centro de Convenções Vasco Vasques teve a polícia montada e armada com balas de efeito moral e cacetetes.”*

A companheira Francny Junior se pronunciou pela AMB Amazonas nos dois Atos e nos jornais, como nesta declaração publicada pelo jornal *Amazônia Real*:

*“Nós devolvemos as homenagens que recebemos como forma de repudiar a decisão da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) de titular o genocida Jair Bolsonaro como cidadão amazonense. É um ato de revolta. Esta pessoa é responsável por mais de 12 mil mortes aqui no nosso estado. Então, não daria para nós, que somos ligados aos movimentos sociais, aos movimentos organizados de luta pelos direitos humanos, estar aplaudindo esse projeto de lei o qual os deputados e deputadas aprovaram em um dia, em caso de urgência.”<sup>1</sup>*

A companheira Luiza de Marilac Moreira (AMB Amazonas) também se posicionou, ao ser entrevistada pelo jornal *Amazônia Real*:

*“O que vimos do presidente eleito foi negacionismo, incentivo à aglomeração e, que ao contrário de socorrer o Amazonas, fez daqui um celeiro de testes da cloroquina e não prestou socorro com o oxigênio medicinal, além de atrasar a imunização! Isso justifica um outro título, o título de genocida, carnificina, portanto, manifesto aqui o meu total desprezo,*

<sup>1</sup> Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sob-protestos-bolsonaro-vem-a-manaus-cidade-que-e-alvo-da-cpi-da-pandemia/>. Acesso em: 15 ago. 2021.







*vergonha por essa atitude dos deputados e deputadas estaduais.”<sup>2</sup>*

**Referindo-se às companheiras, a militante Luzarina afirmou:**

*“Todas as companheiras foram muito guerreiras, poucas estavam somente com a primeira dose da vacina, muitas estavam sem nenhuma dose da vacina. Todas venceram o medo, mas muitas companheiras não puderam participar por cuidado, pois sabermos que os bolsonaristas não usam máscaras e são agressivos. Sabemos também que o militarismo está mais forte e só querem um motivo para espancar os manifestantes como foi em outros estados.”*

Vimos que é muito grande na AMB Amazonas a força da articulação política como um guarda-chuva de nossas ações, por isso escolhemos as práticas políticas de alianças e de incidência política. No primeiro caso, porque acreditamos que nada podemos fazer sozinhas e, no segundo, porque entendemos que faz parte do nosso agrupamento pressionar os governos e forças políticas para conseguir os nossos direitos e fiscalizar os direitos das mulheres e de toda a população. Portanto, ações precisam de alianças e mobilização. Esse é o jeito da AMB Amazonas.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sob-protestos-bolsonaro-vem-a-manauas-cidade-que-e-alvo-da-cpi-da-pandemia/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

*“A articulação é prática, uma práxis do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus fazer uma articulação com outros movimentos para fazer o enfrentamento. Nós não fazemos nada sozinhas, até porque nós precisamos estar juntas e fortalecidas para fazer o enfrentamento, porque na realidade quem enfrenta mesmo a polícia e as autoridades é a AMB Amazonas e seus agrupamentos.”*

Núbia Rios Ferreira

*“O Fórum é isso, a nossa prática é essa. A gente vai de imediato, chama para uma reunião às pressas, toma decisão e faz a mobilização por dentro dos grupos que fazem parte da AMB Amazonas. Cada grupo se responsabiliza em fazer a mobilização. Graças a Deus dá sempre certo.”*

Florismar Ferreira da Silva

As companheiras assim refletem “a nossa prática política de aliança e de incidência e justifica a nossa ação com outros movimentos, nacional e local”. Nós aqui do Amazonas fomos a população que mais sofreu com a pandemia da Covid-19 e não teve ninguém para nos socorrer, ninguém para falar pelo Amazonas. As pessoas morrendo por falta de oxigênio, a sensação que tivemos era que estávamos dentro de uma câmara de gás. E isso foi dolorido, chocante para toda a população do Amazonas e não foi apenas um dia, foram sema-



130

nas. Em seguida, o presidente Bolsonaro e seu desgoverno vêm aqui no Amazonas para ser homenageado? Ele foi um genocida, um assassino com a população do Estado do Amazonas, e vem aqui receber o título de cidadão do Amazonas? Então, não tinha como nos calarmos, por isso estamos também envolvidas na Campanha Nacional do #forabolsonaro articulada em todo o país com a AMB e seus agrupamentos estaduais, falando, pedindo e divulgando #forabolsonaro.

Na manifestação comentada acima houve várias intervenções artísticas, levamos cartazes com as fotos dos parlamentares que foram omissos na defesa do Amazonas. Não nos defenderam quando precisamos de oxigênio, quando precisamos de vacina, de políticas emergenciais para o enfrentamento da pandemia no Estado. Eles se calaram! Nenhum teve coragem de fazer nada! E nós fizemos um ato simbólico de derramar uma tinta cor de sangue na rua simbolizando as vidas que foram levadas, derramando o sangue nas imagens desses políticos estaduais.

Além da articulação e mobilização, a AMB Amazonas se fez presente com as suas bandeiras, com os seus estandartes. Percebemos também que, quando as outras frentes e movimentos veem que a AMB Amazonas está participando e se mobilizando para uma ação política e aderem ao nosso chamamento, há mais encorajamento e fortalecimento do nosso movimento. E mesmo tendo outras muitas dificuldades como doenças, falta de recurso para créditos no telefone, acesso à internet e passagem de ônibus ou gasolina, há empenho de todas,

colaboração e então, cresce a discussão e as atividades planejadas se concretizam.

Luzarina declara:

*“Eu acho até que nós conseguimos mobilizar muita gente para a urgência que foi do Ato. E estava todo mundo engasgado com o genocida. Tinha um grito na garganta com tudo o que ele tinha feito, o descaso com o Amazonas, nós fomos usadas como cobaias da cloroquina. Aqui foi o Estado que mais veio cloroquina, as equipes de médicos que vieram para o Amazonas só passavam cloroquina para o povo, até davam junto com a ivermectina e todo o kit para matar a população.”*

Então foi muito isso, estávamos engasgadas e o grito veio e isso deu muita força para que as mulheres e os homens fossem para a rua. Infelizmente, não evitamos a homenagem, mas evitamos o recebimento do título de cidadão amazonense no prédio sede da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, conforme define a Lei. Foi entregue no Centro de Convenções Vasco Vasques.

Como disse a companheira Domitila,

*“Outra dificuldade foi que as mulheres que não estavam presentes, a maioria delas foi por cuidado e medo da Covid-19, esse é um processo de dificuldade da*





*questão da pandemia. As lideranças estavam engessadas por conta do medo da contaminação, muitas companheiras com problemas emocionais abalados por conta dos lutos não vividos, não se tem nem tempo de viver o luto das companheiras e companheiros que morreram neste contexto pandêmico. Mesmo com tudo isso, muitas conseguiram enfrentar e fazer as articulações para o ato dentro de casa através do uso da tecnologia virtual, mas não conseguiram comparecer presencialmente na atividade.”*

Domitila da Silva Pereira

Portanto, os problemas causados pela pandemia em nível físico e mental também dificultaram os atos.

A crise sanitária por causa da falta de oxigênio no Amazonas foi tão grave que foi instaurada uma CPI no Senado brasileiro para uma investigação, além de apurar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 em todo o Brasil. O governador do Amazonas, por sua vez, é bolsonarista e está envolvido nesse escândalo de corrupção. Por outro lado, não apostamos nessa CPI onde o próprio senador presidente da CPI, Omar Aziz (PSD/

AM), está envolvido em outra CPI, a da pedofilia no Amazonas. Sua esposa também é envolvida em outras investigações de desvio de dinheiro público, operação chamada de Maus Caminhos.

A crise da Covid-19 atingiu mais as mulheres pretas, indígenas e periféricas. A maioria é chefe de família, perdeu seu emprego e precisa enfrentar o medo para fazer bicos para garantir alimentação e higiene na família. Outra situação é que, segundo a OMS, as mulheres foram as mais atingidas. E de fato foi isso que percebemos durante esse período de pandemia. As mulheres precisam trabalhar para pagar aluguel, colocar comida no prato e cuidar da higiene de toda a família.

A manifestação #forabolsonaro nos dias 22 e 23 de abril de 2021 foi grande e bem articulada, a AMB Amazonas aprende mais uma vez que caminhar juntas e juntos é bem melhor. E para enfrentar os políticos inimigos do povo, precisa ter articulação e mobilização, mesmo enfrentando dificuldades como a falta de acesso à internet, falta de créditos nos celulares, mas no fim deu tudo certo, como disse a companheira Florismar: “o impacto foi imenso e toda a sociedade ficou sabendo do Ato. Ganhamos politicamente!”.

Agradecemos a todas as companheiras, em especial, a companheira Cila Reis que registrou com fotografias os momentos fortes do Ato.



FÓRUM DE MULHERES DO PAJEÚ  
A INCIDÊNCIA POLÍTICA  
NO 8 DE MARÇO  
DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER

POR ANA CRISTINA NOBRE, FÁTIMA SILVA,  
GORETE NUNES E MICHELE FERREIRA



A ideia de criação do Fórum de Mulheres do Pajeú surgiu em abril de 2004, inspirada na atuação do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), e teve início com as mobilizações das organizações e movimentos de mulheres da região para a *Primeira Conferência Regional de Políticas para as Mulheres*. A partir desse processo de mobilização, debatemos a importância de fomentar um espaço de discussão permanente sobre as políticas públicas para as mulheres na região do Sertão do Pajeú — região semiárida de Pernambuco que abrange 17 municípios. Desde sua criação, o Fórum de Mulheres do Pajeú tornou-se um espaço de exercício de emancipação das mulheres.

Elegemos como prática política do Fórum de Mulheres do Pajeú nossa incidência política no 8 de março — Dia Internacional das Mulheres — após um debate no Fórum e com instituições parceiras, por ser um momento bem expressivo e de grande participação das mulheres de vários municípios do Pajeú. A prática de incidência política no 8 de março foi escolhida para esta sistematização por ser um momento que representa as lutas de nós mulheres, um momento em que anunciamos direitos e as formas de reivindicá-los e denunciarmos as desigualdades.

Além do Fórum de Mulheres do Pajeú, outras instituições unem-se a nós nas ações, a saber: Casa da Mulher do Nordeste, Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, Diaconia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos diversos municípios que integram a região do Sertão do Pajeú, entre outras.

A prática do 8 de março é de fundamental importância para o nosso agrupamento, pois fortalece as lutas das mulheres, reafirmando o conhecimento sobre determinada temática e possibilitando a argumentação sobre o reconhecimento dos nossos direitos. Para quem está engajada nas lutas, esse dia não é para comemorar e sim para mostrar que as mulheres precisam conquistar seu espaço e atuar como agentes políticos da ação.

O 8 de março é uma mobilização muito significativa na vida das mulheres, pois, é através da participação nas diversas atividades que o Fórum do Pajeú proporciona que muitas mulheres se fortaleçam, conhecendo as experiências umas das outras, especialmente aquelas que estão há mais tempo no movimento.

Essa auto-organização ampliou a participação das mulheres nas campanhas políticas por mais



direitos e fez do 8 de março um evento político na região com uma pauta articulada e se constituindo como um momento importante de fala das mulheres, reivindicando direitos, com especial atenção à violência doméstica.

134

Um dos momentos mais marcantes foram as vigílias pelo fim da violência contra as mulheres, quando realizamos atos de rua, plenárias, chamando atenção da sociedade para a gravidade da situação em nossa região e no país.

Destacamos ainda outro momento: quando abordamos a questão da Agroecologia e Soberania Alimentar. Incentivamos a prática da produção agrícola, principalmente em seus quintais, sem o uso dos agrotóxicos e de forma autossustentável, garantindo renda para as mulheres. Tivemos o apoio da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú e a assessoria técnica de organizações não governamentais (ONGs) que trabalham com agroecologia. Todo esse processo deu visibilidade ao trabalho das mulheres.

## DURANTE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Outro ganho expressivo foi a mobilização de muitas mulheres para participarem de ações do Fórum de Mulheres de Pernambuco durante o Encontro estadual, em 2016. Participaram mulheres representantes de vários municípios da

região do sertão do Pajeú. O Encontro possibilitou sensibilização das mulheres e sua aproximação do movimento.

Atualmente o Fórum de Mulheres do Pajeú é um movimento autônomo, respeitado e com respaldo junto aos gestores públicos e aos demais movimentos sociais da região, pelo reconhecimento de suas lutas e conquistas referentes aos direitos das mulheres e pelo fim da violência doméstica.

Durante alguns anos, as atividades do Fórum de Mulheres do Pajeú eram realizadas através das entidades que fazem parte do Fórum, como a Casa da Mulher do Nordeste, a Diaconia etc. A partir do ano de 2016, com a participação efetiva de uma mulher do Fórum de Mulheres do Pajeú na coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, passamos a andar com as próprias pernas, organizando e articulando as mulheres dos diversos municípios da região do sertão pernambucano do Pajeú. Nós elaboramos nossos próprios projetos para a realização de nossas atividades.

Muitos são os desafios, porém efetivos são os resultados alcançados nesses 17 anos do Fórum de Mulheres do Pajeú, dentre os quais podemos destacar o crescimento da auto-organização das mulheres em movimentos autônomos desde a formação de grupos de mulheres em suas comunidades, redes de articulação e participação em movimentos sociais de mulheres.

O 8 de março é vivenciado com muita garra por uma quantidade significativa de mulheres e alguns homens, porém, em 2020, por conta da





pandemia, as ações desse dia foram realizadas de forma remota, mas não ficamos sem realizar. Além das ações citadas anteriormente, aconteceram seminários, abordando temáticas que são sempre atuais como o racismo e ações de rua com batucada.

É possível aprender e entender como ocupar os espaços, como reivindicar seus direitos e ampliar esse aprendizado com muitas outras mulheres, pois a maioria das representantes dos municípios faz parte de grupos de mulheres que têm por função multiplicar o conhecimento e experiências vivenciadas durante as atividades. A diversidade de temáticas abordadas também agrega bastante às lutas.

Portanto, é relevante frisar a importância de reafirmar e fortalecer cada vez mais as lutas e, mesmo diante das dificuldades, constatar que a mobilização desse movimento não cessa. Pelo contrário, é fortalecido com a chegada de novas integrantes e instituições parceiras.







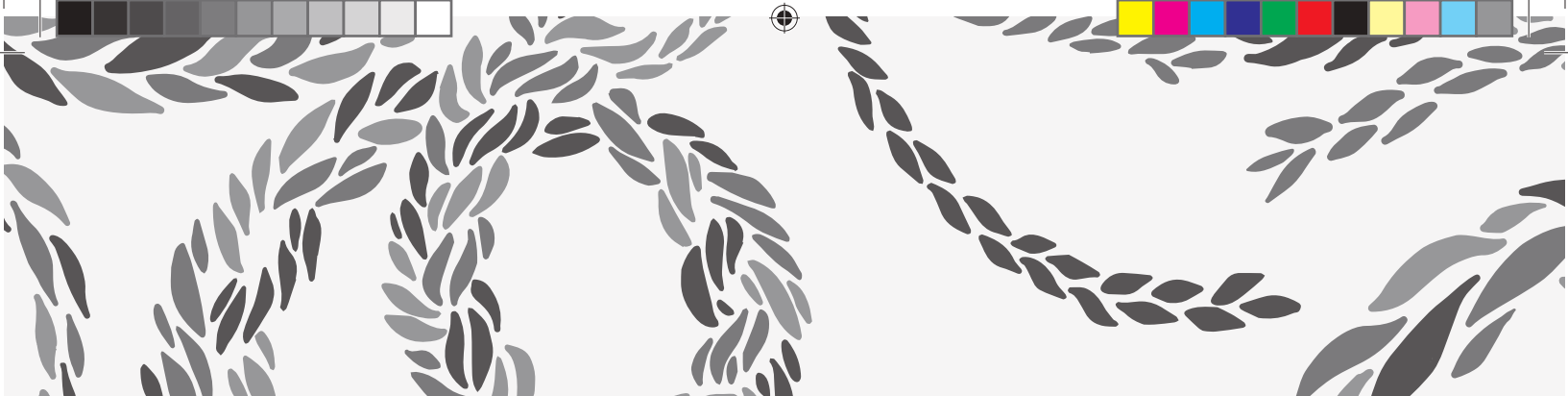


# ALIANÇAS FEMINISTAS E INTERMOVIMENTOS/ INTERGOVERNAMENTAIS



AMB LAGOS  
ALIANÇAS PARA A  
CONQUISTA DOS  
DIREITOS DAS  
MULHERES

POR MARILEIA ALVES E RHAYANE CRUZ



**É** com enorme prazer e emoção que o Movimento de Mulheres de Cabo Frio (MMCF) está aqui presente escrevendo essas páginas de luta e história da Articulação de Mulheres Brasileiras — AMB.

Há 23 anos nascia o Movimento de Mulheres de Cabo Frio (MMCF) — agrupamento da Articulação de Mulheres Brasileiras. Cabo Frio é um município da região dos Lagos, no interior do estado do Rio de Janeiro. Nesses 23 anos de existência, o movimento sonhou, lutou e conquistou vitórias. As lutas e vitórias fizeram com que nosso agrupamento crescesse e se expandisse para outros municípios da região dos Lagos, por isso hoje nos denominamos **AMB Lagos**, mas estamos articuladas à **AMB Rio de Janeiro**.

Neste texto, sistematizaremos uma prática política que foi muito importante tanto para a conquista de direitos em Cabo Frio, como foi importante para a expansão e o fortalecimento do agrupamento na Região dos Lagos. Trata-se da prática política de alianças.

Dessa nossa andança pela estrada com o coração desejoso de igualdade de direitos para as mulheres e o fortalecimento da democracia no nosso país, nosso combustível foi o Feminismo e o inconformismo com a exploração capitalista sobre

o trabalho das mulheres, a dominação patriarcal e o racismo estrutural, que organizam as relações sociais, as desigualdades entre nós mulheres e a violência doméstica e sexual.

Durante a formação Nacional sobre Sistematização de Práticas Políticas da AMB e as contribuições destas práticas para a nossa história de luta e construção do fortalecimento das mulheres, percebemos que nosso agrupamento executa várias práticas políticas como a de Sustentabilidade, de Artivismo, do Acolhimento, de Incidência Política, entre outras. Porém elegemos como prática política mais forte e de maior relevância, a *Prática Política de Alianças*, pois acreditamos que uma revolução acontece com a sociedade civil organizada, com diálogo, organização, força, luta e coragem.

A Região dos Lagos é formada por um conjunto de pequenas cidades provincianas e conservadoras no interior do Estado do Rio de Janeiro. As pessoas que integram os movimentos sociais estão sempre muito expostas e vulneráveis às pressões do poder constituído. Por isso, a Prática Política de Alianças permite maior coesão interna entre os movimentos sociais e garante maior poder político para dialogar com os poderes constituídos das cidades da região.



A cultura e a política conservadoras e coronelistas da região dificultam nossa atuação pública e a aceitação popular do feminismo. Entretanto, dependendo da conjuntura e da nossa pauta política, essa dificuldade se enfraquece, havendo maior aceitação e apoio de parcela da população. Além disso, dependendo do partido que assuma a gestão municipal, o diálogo entre os movimentos e o poder público se mostra facilitado e bem-vindo para a implementação de determinados projetos e políticas públicas para as mulheres.

A prática política de Alianças exerce uma função fundamental na nossa história, pois possibilita um amplo diálogo saudável entre os movimentos sociais da região, como os movimentos feministas, de esquerda, sindicatos, movimento negro, LGBTQIA+, entre outros, pois temos pautas comuns, como o avanço de políticas públicas sociais e a defesa dos Direitos Humanos. Esta prática também possibilita boa abertura para o debate e ação conjunta frente às instituições do Estado como, conselhos, Delegacia Especial Atendimento à Mulher (DEAM), Ministério Público e Governo, especialmente quando seus representantes permitem maior participação popular nas decisões governamentais, estando de acordo com nossas campanhas, defesa de direitos e liberdade de expressão.

A partir deste apanhado, optamos por escolher duas ações distintas que foram de suma importância em nossa história de atuação nesses 23 anos, que evidenciam a prática política de aliança e traduzem de forma clara sua importância no nosso agrupamento.

A primeira ação escolhida, e a de maior impacto político na história do agrupamento, foi a criação do *Centro Especializado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência* na cidade de Cabo Frio, em junho de 2008. Processo que foi gestado no ventre do movimento social e nasceu para prestar serviço a todas as mulheres dos municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, São Pedro D'Aldeia e Búzios.

O sonho foi se consolidando dentre inúmeras iniciativas. O MMCF promoveu cursos de capacitação na área de gênero e violência doméstica para lideranças regionais, fomentou e organizou junto ao poder público municipal as I e II Conferências Municipais e Estaduais de Políticas para as Mulheres; assessorou a realização da I Conferência Municipal das Mulheres da Pesca em Cabo Frio, em 2004, e participou das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, em 2004 e 2007, que culminaram com a criação do II Plano Nacional de Política para as Mulheres (II PNPM).

No processo de mobilizações para a realização dessas duas conferências, denunciemos a violência contra as mulheres em nossa região, uma questão invisibilizada na região.

Foi de enorme importância política e afetiva a aliança e o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através da OAB Mulher, da equipe do Hospital da Mulher do município, Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI/RJ), do Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e





Rural (SER MULHER), o apoio do CREM- Centro de Referência para as Mulheres de Nova Friburgo, e nossas alianças como o Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM/RJ) — e com a Superintendência dos Direitos da Mulher (SUDIM/RJ). Importante também destacar a parceria com a Universidade Veiga de Almeida, do município de Cabo Frio, que nos cedeu espaço para encontros.

Desses diálogos e alianças passamos a reivindicar a criação do Centro Especializado no Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAM). Assim, ocupamos espaços privados e públicos. Realizamos manifestações, encontros nas padarias, nos cafés, nas casas das amigas. Foi uma luta travada durante cinco anos e muito esforço individual e coletivo para conquistar o serviço de proteção e acolhimento às mulheres em situação de violência.

O CEAM foi criado com muita dificuldade numa gestão municipal conservadora, mas, com base na Norma Técnica de Atendimento às mulheres em situação de violência, promulgada pelo governo federal, conseguimos assegurar que a gestão do serviço fosse feminista e democrática. Assim, a primeira gestão do CEAM foi uma experiência rica do exercício do espaço da fala e do acolhimento porque foi muito influenciada pela experiência do MMCF e porque conseguimos que a coordenação do serviço fosse indicada pelo movimento feminista. A perspectiva feminista do serviço se via na composição do espaço, nos quadros pendurados nas paredes, nos espaços de acolhimento das mulheres e na relação do serviço com a comunidade. Diversas mulheres, quan-

do chegavam para o atendimento, estavam muito abaladas emocionalmente e saíam aliviadas, de batom nos lábios etc. É possível outro projeto de vida sem violência!

Isso é possível num espaço onde todas somos sujeitas e corresponsáveis pela construção das ações e onde nossas habilidades são encorajadas e nossas limitações respeitadas. Onde o trabalho tem a perspectiva de gênero no ar que respira. Onde a comunidade é sempre bem-vinda para discutir e buscar soluções contra a violência, que é estrutural. Onde o lúdico não é acessório e, sim, estruturante. Onde a literatura é terapêutica e educadora para desconstruir e reconstruir projetos de vida sem violência.

O CEAM realizou também várias atividades nas escolas públicas, formando professoras, realizando atividades com estudantes e compartilhando informações.

Assim, percebemos como foi fundamental a prática política de alianças na construção do projeto e implementação do CEAM, sendo nítido o acúmulo, a luta, a construção e a desenvoltura de uma política pública essencial à vida da mulher, garantindo o amparo e a formação das mulheres nessa região, de forma responsável e estruturada. Nesse período, a aliança com os diversos setores sociais nos possibilitou um alcance necessário e fundamental na vida das mulheres.

A segunda ação escolhida para identificar a força da prática política de aliança no nosso agrupamento foi o Ato #ELENÃO, em 2018, no período da campanha eleitoral para a presidência da



142

república, quando percebemos os riscos caso um candidato ultraneoliberal, fundamentalista, machista, preconceituoso, racista, homofóbico e genocida ganhasse o pleito eleitoral. Nessas eleições, estavam em risco conquistas democráticas tão arduamente conquistada por décadas no país. Naquele momento, parcela da população, principalmente os movimentos sociais estavam se mobilizando e indo às ruas para lutar contra esse retrocesso e gritar: **Ele Não! Ele Nunca!**

Percebemos que Cabo Frio, a principal cidade da Região dos Lagos do Rio de Janeiro, representava uma população absurdamente conservadora, considerando que mais de 60% da população tinham intenção de votar neste candidato que simbolizava o que havia de pior naquele momento para os direitos sociais e humanos. Neste sentido, havia a necessidade de uma grande mobilização nas ruas da cidade para mostrar nossa indignação e disputar voto a voto uma virada da situação.

A partir dessa percepção, nos aliançamos com outros movimentos sociais — como o movimento estudantil, sindicatos, partidos de esquerda, conselhos de categorias profissionais etc., e organizamos uma grande ação, mostrando força e resistência.

A primeira reunião entre os organizadores aconteceu no espaço físico da câmara de vereadores da cidade de Cabo Frio, contando com a participação inicial do Movimento de Mulheres de Cabo Frio, Grupo Iguais, Setorial de Mulheres do PT-Cabo Frio e Setorial de Mulheres do PSOL-Cabo Frio. A partir desta primeira reunião

de organização, foram criados grupos nas redes sociais, buscando apoio e agregando força, inclusive com a criação de uma vaquinha para o financiamento da ação e o aluguel de um trio elétrico. No decorrer da mobilização, foram aderindo à campanha e à construção do ato vários outros movimentos sociais.

É importante considerar que as ações de rua e mobilização na cidade de Cabo Frio não eram tão expressivas em quantidade de pessoas, mas, quando nós feministas decidimos fazer uma grande manifestação de mulheres pelo **#ELENÃO**, aí, sim, foi significativa a presença das pessoas, o diálogo entre os movimentos sociais. O comprometimento e a indignação das pessoas que estavam contra o retrocesso era tão grande que, pela primeira vez, conseguimos mobilizar três mil pessoas nas ruas da cidade, o que representou o ato mais bonito, forte e significativo da história da cidade de que temos conhecimento na nossa história recente. Com a presença de trio elétrico, equipe de apoio jurídico, panfletos etc.

Suscitamos este evento em evidência no presente texto visto que, por mais difícil que o diálogo seja, muitas vezes incluindo movimentos sociais e partidos políticos, por disputas ou discordâncias, nessa construção percebemos o quão necessárias foram a junção de força e a mobilização. Mesmo que, infelizmente, na eleição, o candidato mais repulsivo tenha ganhado, percebemos que essa força social cresceu em Cabo Frio, nos uniu, nos fez trabalhar juntos e nos mobilizarmos ainda mais contra todos os





retrocessos absurdos e perversos que percebemos acontecer desde o ano de 2018, com a eleição desse até os dias atuais.

As duas ações descritas anteriormente são absolutamente diferentes, tanto no projeto e teor quanto na construção, porém percebe-se que a prática de alianças esteve presente em todos os momentos. O diálogo foi possível e potencializado da melhor forma em cada detalhe da construção de cada uma das ações, assim como em vários outros projetos e construção de luta no decorrer desses 23 anos.

Sabemos que sempre haverá dificuldades, principalmente quando há debate e diálogo entre a sociedade civil e o poder público, num sistema capitalista e patriarcal, assim como também sabemos que nem sempre é possível a formação de alianças, nem mesmo o próprio diálogo. Há disputa, há retrocesso, há pessoas e movimentos extremamente contrários às nossas pautas e com esses nós não abrimos a guarda e não dialogamos. Com alguns, a gente sabe que é na base da força e do enfrentamento, mas entendemos também, de forma essencial, a importância dessa prática nos momentos cabíveis e como ela foi e é necessária durante nossa trajetória.

Nesse caminhar não há trégua. As conquistas sociais e feministas necessitam de permanente vigilância enquanto o sistema vigente das relações for de domínio do capitalismo e do patriarcado. A rua é o palco de luta permanente, pois é nesse espaço que soltamos a voz.

A conquista do CEAM, a construção do #ELE-NÃO e tantas outras ações e projetos em prol da emancipação e direitos das mulheres nascem como fruto da luta social local, de aliança entre mulheres feministas parceiras da sociedade civil e do poder público — a exemplo de uma ministra da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres que, ao longo do seu processo de trabalho e de militância, se descobriu feminista. O que não significa que foi um processo sem conflitos e diferenças, mas que nunca deixou de coexistir com o diálogo.

Hoje, em 2021, enfrentamos grandes desafios: uma pandemia que assola o país e um governo federal genocida e ultraneoliberal que tenta empurrar o país para o abismo da “terra plana”. Só que a Terra gira, apesar deles, e estamos aqui pra dançar com ela.

143









# ARTIVISMO E OCUPAÇÃO DAS RUAS



AMB NO MATO GROSSO DO SUL  
ARTIVISMO E  
INTERVENÇÃO URBANA  
DE RUA: **A EXPERIÊNCIA**  
**COM LAMBE-LAMBE**

POR GRECIANE MARTINS DE OLIVEIRA  
E NATHALIA EBERHARDT ZIOLKOWSKI



O lambe-lambe é uma técnica de produção artística que consiste na reprodução de imagens e mensagens também escritas, em uma folha de papel que será colada em espaços públicos, visível ao maior número de pessoas possível. Este é o instrumento da ação de colar lambe-lambes pela cidade, construído a partir de nossa prática política que quer disseminar formas diferentes de expressão do corpo e das ideias, além do nosso pensar político e coletivo.

A ação de colagem de lambe-lambe foi escolhida pelo agrupamento da AMB no Estado de Mato Grosso do Sul (AMB MS), porque entendemos ser uma expressão de ativismo capaz de promover a **mobilização**, já que uma dá conta, duas fazem muito bem e três, quatro... quantas mais chegarem, mais irão incorporar ideias e apoio para espalhar mais rápido o material pela cidade.

Também é uma ação **comunicativa, de diálogo com a sociedade**. O lambe-lambe oferece informações rápidas, diretas e, com uso de imagens, mais atrativas e provocativas, capazes de levar a leitora e o leitor a reflexões sobre diversos temas.

Essa ação se torna mais eficaz com **articulação e alianças**, porque a colagem de lambe-lambe

ainda é malvista pela sociedade, que criminaliza formas de expressão de rua com a mesma origem, como as pichações e os grafites. Porém, diferente dessas artes, o lambe-lambe costuma ser reproduzido em maior escala e pode ser espalhado pela cidade toda. A criminalização da atividade está bastante ligada aos locais de colagem. Representantes de locais públicos e seus patrimônios, donos/as de locais privados, se desaprovarem a ação, irão buscar caminhos de denúncia e responsabilização. Se o conteúdo for político, militante e levanta questões polêmicas, é mais provável que a tentativa de criminalização ocorra. Por isso, estarmos articuladas com outros grupos, movimentos e pessoas que possam apoiar a ação ou mesmo dar suporte em caso de repressão à ação, é sempre muito importante.

Essa prática política, também classificada por nós como **ARTIVISMO**, permite-nos expressar de muitas formas (escrita, desenho, colagem, montagens), várias intenções (para incentivar a solidariedade entre mulheres, para denunciar o machismo, para mostrar como o patriarcado se manifesta no dia a dia), construindo muitas ideias coletivamente no processo de pensar e fazer da ação.



## NÓS ESCOLHEMOS ESSA PRÁTICA

148

O que nos levou a essa escolha está relacionado a algumas questões. Uma das principais é o tamanho do agrupamento. Somos um agrupamento que nunca teve mais que 10 mulheres participantes e, na maior parte do tempo, estamos entre duas ou três militantes. Por ser a AMB um movimento nacional, em que nos juntamos a tantas outras militantes pelo Brasil, nosso agrupamento se sustenta com mais força e mais raízes, mas localmente nossa ação é mais limitada, por sermos poucas mulheres.

Colocar a ação de colagem dos lambe-lambes em nossa prática política foi a forma de espalhar pela cidade nossas ideias e frases de ordem, levando a reflexão para o maior número de pessoas possível: caminhantes e circulantes de ônibus, motocicleta, carros, tudo depende dos locais escolhidos para a colagem.

## E CONTAMOS NOSSA HISTÓRIA

No ano de 2018, queríamos promover uma ação para o 8 de março pela AMB MS, mas tínhamos limitações de número de militantes e de recursos financeiros. Ao mesmo tempo, o interesse de algumas de nós pelo ativismo dos lambe-lambes já despontava e a ideia se encaixou em nossas possibilidades.

Foi então que, no 8 de março daquele ano, saímos às ruas da cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, durante o período da noite, para fazer as colagens. Estávamos em cerca de cinco mulheres, sendo duas da AMB MS e outras três feministas autônomas que se sentiram encorajadas e inspiradas por nossa iniciativa.

Essa nossa primeira ação foi muito emblemática porque nos levou a fazer um movimento diferente de construção da nossa prática política. Desde a escolha do local de colagem, que nos levou a refletir sobre nossa cidade, nosso espaço urbano e, nessa ação, nos levou à região central de Campo Grande (MS). Porém, esta área era marginalizada pelo descaso do poder público na fomentação e manutenção de uma região que movimentava a cena artística noturna e alternativa. Por isso mesmo, é criminalizada pela Polícia Militar e Guarda Municipal, ao mesmo tempo em que é uma região de acesso ao centro comercial no período diurno, além de ser centro histórico do município. Até a escolha do conteúdo dos lambe-lambes, que perpassou o tema das violências contra as mulheres, cisgênero e transgênero, passou pela proposta de abrir um diálogo com a leitora e convidá-la a conhecer os feminismos, além de fazer referência e lembrar a memória de mulheres revolucionárias na história do Mato Grosso do Sul.

A ação nos exigiu conhecer bem o espaço, as áreas de monitoramento e vigilância do Estado, as leis de criminalização dessas formas de manifestações artísticas e políticas e escolher os





pontos de colagem, que conseguimos registrar depois do ato ou no dia seguinte.

## REFLETINDO NOSSA PRÁTICA

Nossa ação foi noticiada em um dos jornais online mais acessados do estado<sup>1</sup>:

Conforme a notícia, ficamos estarecidas com a reação tão rápida das pessoas (provavelmente homens) que estavam trabalhando na obra, cujos tapumes que a fechavam foram utilizados como ponto de colagem de alguns lambes de

nossa ação. Esperávamos que os lambes fossem arrancados conforme os dias fossem passando, como de fato aconteceu com os demais lambes colados em outros pontos da região. Isso nos fez refletir que alguns grupos se recusam veementemente a refletir sobre alguns temas, mas que essa prática política nos ajuda a alcançar mais pessoas em nossas ações pela AMB MS, mesmo o agrupamento estando em número reduzido de militantes.

Outro ponto para pensarmos como consequência da ação foi a possibilidade de, a partir dessas ações pontuais, podermos agregar mais companheiras que se identifiquem com o jeito de ser e fazer da AMB.

149

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/cidade-amanhece-com-lambe-lambe-como-expressao-de-arte-feminista>. Acesso em: 4 set. 2021.



COLETIVO AUTÔNOMO  
FEMINISTA LEILA DINIZ

ARTIVISMO E ESTÉTICA  
FEMINISTA DE  
OCUPAÇÃO DAS RUAS

POR CLAUDIA GAZOLA, GIRLANE MARTINS MACHADO,  
ILENA FELIPE BARROS, ISABELA LUDIMILA DE OLIVEIRA BEZERRA



**D**ecidimos sistematizar a prática política do ativismo porque ela nos acompanha desde muito tempo. O Coletivo Leila Diniz surgiu em 2002 como uma organização não-governamental (ONG) feminista antirracista. Em 2014, encerramos as atividades da ONG e nos tornamos um coletivo feminista autônomo, mas desde sempre integramos a Articulação de Mulheres Brasileiras. Nessa transição, a prática política do ativismo só avançou e passamos a utilizar uma linguagem teatral para expressar nossas ideias e reivindicações como movimento.

A estética feminista de ocupar as ruas, por sua vez, é historicamente irreverente e se contrapõe aos modelos tradicionais masculinos de fazer política. Nós feministas temos experimentado substituir os discursos duros e verticalizados de diálogos com a sociedade pelas criações artísticas, como ferramenta de comunicação com as mulheres nas ruas. Sabemos que a arte, nas suas variadas expressões, possui também caráter político e consegue abranger a contestação através da denúncia sobre as injustiças, da crítica às violências e do deboche contra o ultraconservadorismo.

Comprendemos que o ativismo feminista transforma as formas frias e aut centradas dos

movimentos sociais de fazer política e ocupar as ruas. Foi nesse sentido que o Coletivo Leila Diniz se inspirou no Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás. Era um grupo feminista de Pernambuco, conhecido por realizarem intervenções lúdicas/ teatrais com foco no feminismo popular.

Em 2008 fomos desafiadas a enfrentar a violência contra as mulheres. Tínhamos o desejo de refletir com os grupos de cultura jovens e de mulheres sobre os elementos simbólicos do imaginário social e popular que propagavam a violência, e abrir possibilidades de superação dos atuais padrões culturais que oprimem e matam as mulheres. Nesse sentido, um intenso debate foi realizado com os grupos envolvidos nas ações para achar um caminho e as possibilidades de transgredir esse modelo social e cultural hegemônico. Assim, conversamos sobre o que é ser mulher e o que é ser homem em nossa sociedade, os estereótipos e estigmas sobre as mulheres que as moldam ao convívio social, conjugal e afetivo.

Realizamos um oportuno e produtivo diálogo com as Loucas de Pedra Lilás, trabalhando a subversão dos valores da opressão feminina, através da linguagem do teatro, enfatizando a reapropriação do corpo das mulheres, por



152

elas mesmas, como um território de expressão erótica, afetiva e política. Assim, construímos nossas próprias expressões e nossas linguagens para exprimir nossas bandeiras de lutas. Na interlocução com as Loucas de Pedra, nos guiamos através da linguagem corporal, estabelecendo relações possíveis entre os discursos das pessoas, as relações com o corpo, as memórias que o corpo traz, tendo como fio condutor a luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Criamos o projeto “Cultura Revirando as Estruturas de Violência: articulando uma contracultura feminista para o fim da violência contra as mulheres”. Esse projeto teve duas edições, uma em 2008 e outra em 2010.

O Grupo Loucas de Pedra Lilás havia criado o *Toré Feminista* e nós ensaiamos com grupos de jovens e mulheres ativistas. O *Toré Feminista* buscava desconstruir o papel da mulher na sociedade.

### *Toré Feminista (Loucas de Pedra Lilás)*

*José, José, prepara teu café  
João, João, cozinha teu feijão  
Zeca, ô Zeca, lava tua cueca.*

(paramos o passo)

*Ernesto, Ernesto, aprende a fazer sexo  
Zequinha, Zequinha, só com camisinha  
Tião, Tião, com violência não!*

(paramos o passo)

<sup>1</sup> Toré é uma dança e um ritmo musical de origem indígena.

*Simone, Simone, bota a boca no trombone  
Cristina, Cristina, olha a tua vagina  
Mulher, mulher, seja o que quiser!*

E assim fomos às ruas apresentar nosso ativismo. Em 8 de março de 2011 — Dia Internacional das Mulheres — realizamos as Jornadas Feministas pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Era véspera de Carnaval, então, fomos às ruas da cidade de Natal com um formato diferente. Saímos em cortejo, puxado pelo grupo musical *Pau e Lata*, numa ação que chamamos de *Vexames Contraculturais Feministas*. Usamos a irreverência e a criatividade para dialogar com a sociedade sobre os impactos da falta de políticas sociais de prevenção da violência contra as mulheres e acolhimento às mulheres vulneráveis, contra o racismo e a lesbofobia. Esse cortejo culminou no show “Pela Liberdade das Mulheres”, na Praça André de Albuquerque, onde cantoras potiguaras animaram a noite do Dia Internacional das Mulheres em Natal.

Em 2014, durante a oficina de planejamento de um projeto apoiado pelo Fundo de Igualdade de Gênero da ONU Mulheres, realizamos uma atividade cultural com o apoio de oito organizações feministas brasileiras: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Geledés, REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano, Instituto Patrícia Galvão, Cunchã - Coletivo Feminista, Tambores de Safo e Loucas de Pedra Lilás. Saímos num cortejo feminista pelas ruas do centro de Natal, fazendo paradas estratégicas e







levando para a cidade as nossas manifestações. O cortejo se encerrou em frente ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), onde realizamos uma exposição chamada *Somos Todas Leila Diniz*. A exposição retratava os 13 anos de luta feminista do Coletivo Leila Diniz. Nesse mesmo espaço realizamos nosso ato político. Foi um momento de muita emoção. Houve depoimentos de mulheres de várias partes do Brasil, reconhecendo e valorizando a importância do nosso coletivo para a igualdade das mulheres em nosso estado. Fizemos a leitura do manifesto construído pelas “leiletas”. Lançamos também o Fanzine dos 13 anos do Coletivo Leila Diniz. Encerramos com um show das Tambores de Safo.

Em 2014, também participamos da VI Cúpula de Chefes de Estado dos BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em Fortaleza (CE), do Encontro Empresarial dos BRICS, da III Cúpula Sindical e dos “Diálogos sobre Desenvolvimento: os BRICS na perspectiva dos povos”. Todas essas atividades aconteceram concomitantemente. Na ocasião, realizamos uma intervenção artística denunciando as violências sofridas pelos povos dos países que fazem parte do bloco dos BRICS e criticamos o sistema capitalista como fomentador das violências.

Atuamos de forma mais ativa no “Diálogos sobre Desenvolvimento: os BRICS na perspectiva dos povos”, organizado por vários movimentos sociais da cidade de Fortaleza. Estavam presentes também: Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Sem Terra, Central Única dos Trabalhadores, CSP Conlutas, Jubileu Sul, Articula-

ção de Mulheres Brasileiras, Comitê Popular da Copa, Copa, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Instituto Terramar, Esplar, vários coletivos de comunicação, de mulheres e de juventude, além de movimentos sociais e ONGs da África do Sul, da América do Sul, da Europa e dos EUA<sup>2</sup>.

Os principais debates foram sobre a falsa aparência do capitalismo verde, o desenvolvimento predador e desigual, os conflitos sociais, as desigualdades socioambientais, o extrativismo, a criminalização dos movimentos sociais, a participação social, os direitos humanos e as empresas transnacionais que produzem crises ambientais e desigualdades sociais, além do tema central da Cúpula Oficial: a infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento. Na ocasião realizamos intervenções artísticas relacionadas aos problemas enfrentados pelas mulheres dos cinco continentes.

No mesmo ano, realizamos a intervenção artista *Eu não mereço ser estuprada*, durante a Marcha das Vadias, em Natal, após a divulgação de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), indicando que 65% dos entrevistados achavam que mulheres<sup>3</sup> merecem ser atacadas quando estão com roupas que mostram o corpo.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2014/08/01/construindo-os-brics-pelas-bases>. Acesso em: 15 ago. 2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-03/criadora-da-campanha-nao-mereco-ser-estuprada-quer-debater>. Acesso em: 15 ago. 2021.



154

No 13º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (2014), na cidade de Lima, Peru, que reuniu mulheres e feministas de todo o mundo com o tema “Pela libertação de nossos corpos”, realizamos uma oficina sobre Autonomia das Mulheres, que teve como objetivo gerar *insights* para construção da autonomia financeira por meio da arte. Além dessa oficina realizamos outra para a construção de material visual para a Marcha do Dia Internacional pelo Fim da Violência contra a Mulher, que ocorreu no último dia do evento, 25 de novembro.

Este evento foi importantíssimo para que o movimento feminista brasileiro visualizasse o feminismo na América Latina e Caribe, trazendo para o debate o feminismo latino-americano e caribenho para assim avançar no diálogo sobre um feminismo que expresse a nossa latinidade.

Em julho de 2019 — mês de luta das mulheres negras contra o preconceito racial e por igualdade —, realizamos uma oficina de teatro com o Grupo de Teatro Comboio, formado só por mulheres. O objetivo era construir uma performance antirracista nas ruas do centro de Natal. Essas ações tiveram objetivo de denunciar o racismo e a violência contra as mulheres negras e desenvolver um processo formativo sobre luta antirracista e feminismo com as militantes do Coletivo Leila Diniz.

No dia 8 de março de 2020 realizamos uma performance contra o atual governo, eleito em 2018, que está desmontando o sistema de proteção social assegurado na constituição brasileira de

1988, minando a educação crítica e contextualizada — como a proibição da discussão sobre política e democracia nas escolas — com base na ideologia denominada *Escola Sem Partido* — desmontando as políticas de igualdade das mulheres, étnico-raciais e de igualdade de gênero. Este governo é omissivo quanto ao crescimento dos feminicídios e do assassinato da população negra, indígena, quilombola, e LGBTQIA+. Além disso, estimula a violência na medida em que facilita o porte de armas e tenta restringir a democracia, ameaçando golpe de estado e propagando ideias fascistas e antidemocráticas.

Assim, no dia 7 de março ensaiamos uma performance antirracista e trabalhamos a questão da previdência social, o assédio no trabalho, a criminalização do aborto e a violência doméstica. Na oficina de serigrafia preparamos os lenços com a frase “Transformando o Mundo Pelo Feminismo”. O ato alusivo ao 8 de março, que construímos com outros coletivos de mulheres, aconteceu no dia 9 de março e, nesse dia, fizemos nossa performance.

A conjuntura atual brasileira apresenta uma disputa de narrativas e de práticas que têm aumentado as desigualdades e as violências contra as mulheres e as mais afetadas são as negras. Houve desmontes de políticas sociais, com grande prejuízo para as mulheres. Compreendemos que o conceito de cultura não é fixo, ou seja, é mutável e diverso e que este campo do conhecimento parte das suas compressões culturais por meio dos embates, travessias, negociações, aspirações, disputas territoriais e





simbólicas, que constróem uma perspectiva de imaginário social, refletindo o que está posto enquanto perspectiva vigente. Por isso, é urgente construir e compreender de que forma e para que fins a cultura vem sendo apropriada e que papel desempenha no contexto contemporâneo. Logo, faz-se necessária a presença do ativismo e do corpo artístico político como ferramenta de luta e disputa.

Vale destacar, que a arte é um dos fatores que possibilitaram a travessia à descolonização, à resistência, à existência e à insurgência dos povos colonizados. Krenak (2019)<sup>4</sup> aponta que as estratégias utilizadas pelos nossos antepassados para cruzar o pesadelo colonial foram a criatividade e a poesia, que acabaram por inspirar a resistência dos nossos povos. Por isto, recorremos a esta estratégia da arte como produtora da liberdade através das insurgências culturais, reivindicando novas formas de visibilidade e autonomia e enfrentando a ordem pré-estabelecida. Nesse sentido, Souto (2020, p. 138)<sup>5</sup> afirma que:

É urgente elaborar novos sentidos para a atuação da cultura em meio aos embates que estão em curso, esta resposta não virá de práticas pensadas em um tempo anterior a este. Para ocupar o seu devido lugar no enfrentamento às estruturas hegemônicas, é necessário que o campo cultural seja pensado de forma a refletir as demandas atuais enunciadas

a partir das margens, incorporando os discursos insurgentes no intuito de deslocar fronteiras e criar projetos de organização social. Nesse sentido, a perspectiva negra no contexto diaspórico brasileiro pode fornecer pistas no que se refere a formas outras de apropriação política da cultura. (p. 138)

Portanto, o ativismo é mais que uma ferramenta técnica, é um modo de fazer política, um fazer metodológico crítico, de diálogo que permite a construção de um novo imaginário, uma nova narrativa que irá reverberar no nosso cotidiano. Neste caso, nosso ativismo feminista fortalece nossa autoestima, articula e posiciona a nossa fala pública e possibilita a construção de processos coletivos na luta em defesa da vida das mulheres.

155

<sup>4</sup> KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>5</sup> SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. *Revista Metamorfose*, v. 4, n. 4, jun. 2020, p. 133-144.





FÓRUM DE MULHERES DO  
AGRESTE DE PERNAMBUCO  
RODA DE DIÁLOGO  
ATRELADA AO  
**ARTIVISMO**

AUTORIA COLETIVA



Desde sua criação, o Fórum de Mulheres do Agreste de Pernambuco tem como uma de suas práticas políticas as Rodas de Diálogo atreladas ao Artivismo. O formato das rodas de diálogo é dinâmico, utiliza-se o que cada uma de nossas companheiras traz na construção das ações. O respeito e a horizontalidade com que se dão as rodas de diálogo nos deixam muito à vontade e seguras para seguirmos em frente na esperança de dias melhores. Cada uma de nós entrou no Fórum a partir de uma roda de diálogo, onde foi convidada por uma das mulheres que já participava; essas participantes que são admiráveis por sua determinação e luta.

Dentro das rodas de diálogo com o movimento feminista passa-se a ter uma visão concreta de como ele funciona, juntamente com o aprendizado que adquirimos; vivenciando-o, se muda a percepção em relação ao respeito à igualdade que devemos ter para com todas as pessoas. Temos a prática de rodas com artivismo, e aqui o artivismo do agreste é um pouco diferenciado, em relação ao das outras regiões do Estado, pois, além de usar instrumentos de percussão, corda e sopro, aqui no agreste temos mulheres musicistas que também são poetisas e engrandecem o nosso movimento.

A partir dessa prática, conseguimos acolher as mulheres da roda com suas limitações, compreendendo que, às vezes, uma não está bem, precisa se curar, enquanto outra ajuda numa tarefa e assim vamos nos revezando, sem deixar de priorizar a luta e a saúde mental das companheiras. Outra coisa importante é o esforço para que todas participem das atividades e reuniões, com uma ajuda de custo simples que pode significar muito para uma companheira.

O Fórum carrega na sua política a compreensão de que as mulheres também têm suas dores e vidas particulares, sendo ponto de apoio para cada militante. Um exemplo é sair da teoria e praticar a ação, como durante a pandemia com a busca de projetos para distribuição de cestas básicas. A sensibilidade de cada uma que constrói o Fórum é essencial para poder acolher as individualidades, e até hoje isso se perpetua dentro da nossa organização. A pluralidade presente, que se divide em comissões de música, saúde, comunicação, entre outras, é uma organização excelente para a gente se dividir em tantas lutas e causas de diversos modos que são pertinentes ao que estamos vivendo. Não nos escutam? A gente faz barulho, a gente vai na ação.



Atualmente, em meio a todo contexto, sabemos que o ativismo nos tirou de uma geração que quer dar continuidade à opressão e à tirania. Cada diálogo é um fortalecimento para nós, cada cartaz colado, cada batuque dos tambores e, com essas mulheres do Fórum do Agreste, a vida traz um pouco de alívio. É importante salientar que o ativismo é uma prática de mostrar à sociedade ações sociais, arte com igualdade para todos, mas infelizmente nós vimos que a desigualdade e a falta de informação levam muitos a não valorizar, mas jamais devemos desistir dos nossos objetivos. Nas vivências das rodas de diálogo atreladas ao ativismo do FMPE, despertamos para uma maior atenção para as lutas das minorias e que nos fazem repensar sobre a realidade e o contexto social, familiar e político. Muito importante porque nos trazem conhecimento e motivação para as ações de forma criativa e proveitosa.

“Nossas” dificuldades se acentuaram nesse contexto de crise sanitária, de crise econômica e de alto índice de desemprego, pois agora existem mais restrições em prol da saúde e maior escassez de recursos financeiros. As dificuldades muitas vezes são financeiras, porém, vamos superando com as parcerias, todo mundo ajudando um pouco com a sua própria arte, muitas vezes, e até com recursos próprios. As dificuldades enfrentadas são muitas, mas uma delas que conseguimos enfrentar com louvor durante muito tempo foi a aproximação com cada região e a descentralização do Fórum. Houve atividades nas cinco regiões, com intercâmbio de práticas políticas de cada agrupamento, com via-

gens e reuniões para também fortalecer os laços em cada região.

Outra dificuldade, que ainda enfrentamos, mas estamos atravessando aos poucos, é a pandemia, que impossibilitou muitas companheiras de estarem a par da tecnologia, pelas dificuldades que já sabemos. Mas o Fórum do Agreste conseguiu chegar em várias mulheres, seja com um crédito no telefone ou com um dispositivo novo. Ainda não é fácil, pois a tecnologia ainda é difícil para algumas, mas aos poucos vamos atravessando esse barco.

Dentro dos movimentos sociais, seja qual for a luta, a maior dificuldade hoje é viver. Viver em uma sociedade machista, homofóbica, cruel, sem empatia e hipócrita. Ser militante hoje é subtrair uma dose de adrenalina nova todas as horas. Você vê em sua classe a falta de pertencimento e é notável como sobram desigualdades e que todas as desigualdades são naturalizadas. Talvez possamos superar essa fase com mais companheirismo, mais lucidez política, mais empatia e mais organização popular, focadas em cobrar dos governantes uma resposta séria e respeitosa para o povo brasileiro.

As rodas de diálogo atreladas ao ativismo são importantes para justamente fortalecer laços. Desde a época feudal, segundo Silvia Federici, as mulheres se organizam em coletivos para fortalecerem os laços entre si. Ainda hoje é assim, essas práticas são formas de existir e resistir! O aprendizado é que através da arte pode-se levar à sociedade que as pessoas são iguais no seu





modo de vida e que, mesmo diante de tantos desmandos em relação aos direitos, que as pessoas são prioridade. Não devemos ser mais um em aceitar o que os outros querem como forma de opressão, mas buscar nosso espaço, seja em qual meio social.

Aprendemos que sozinhas somos capazes de realizar coisas extraordinárias, mas que é no coletivo que somos capazes de mudar o mundo. Acabamos aprendendo, e de uma forma mais atraente, a chegar aos nossos objetivos, de alcançar outras pessoas. Obtemos o aprendizado de entender, respeitar, aceitando a todos seja como for. Aprendemos que nosso lugar hoje é ao lado das pessoas desprovidas de informações, lutando para que os nossos direitos não

sejam violados, é gritar em nome de um idoso que foi agredido, é defender a luta das companheiras vítimas de assédio ou exclusão, é ir às ruas para que os jovens não sejam espancados e mortos por engano porque tinham ou têm a pele preta. Enfim, aprendemos que aqui é o lugar certo para ficarmos.

As rodas de diálogo nos ensinam a ser coletiva, a enxergar o mundo de uma perspectiva feminista, antissistêmica e social, nos trazem a sensibilidade, o abraço (mesmo que virtual) e o acolhimento. Temos falhas, pelo momento crítico para todas, mas o importante é compreender e saber dizer onde erramos e acertamos e sobretudo entender cada fragilidade. Feminismo é revolução!







# AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS



AMB PARAÍBA  
ANCESTRALIDADE  
NO CUIDADO E  
AUTOCUIDADO DO  
AGRUPAMENTO DA  
PARAÍBA

POR ADJANY SIMPLICIO, CÉLIA VARELA,  
LUCIANA CÂNDIDO BARBOSA,  
MARIA ROSÂNGELA DA SILVA E  
NEUDENIS MARIA ALBUQUERQUE CARVALHO



**A** AMB PB surgiu como Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, no ano de 2001. Dois anos depois, com estrutura mais fortalecida, começou a compor a Articulação de Mulheres Brasileiras. Em 2018, a partir de diálogos imprescindíveis sobre a prática e identidade, em plenária, decidiu afirmar o nome de AMB PB. Em seus 18 anos de trajetória, tem atuado numa metodologia feminista e popular, tendo como premissa o cuidado e autocuidado em seus processos políticos. A construção permanente do cuidado perpassa as relações individuais e coletivas respeitadas e afetuosas, os processos de formação, incidência política e de mobilização social. Perspectiva que atravessa a forma de ver e estar no mundo de modo feminista e coletivo.

Nesse sentido, o agrupamento escolheu relatar a prática de Cuidado e Autocuidado, tendo como experiência a roda de vivência sobre ancestralidade, experimentada pelas ativistas no agrupamento com a participação e contribuições de integrantes dessa coletiva de âmbito nacional.

Essa escolha se deve à potência que foi esse momento no fortalecimento da nossa ação antirracista e de valorização de nossas identidades individuais e coletivas, por entendê-la como es-

trutural nas ações, no sentido de promover junto ao agrupamento e também para fora, através do ativismo, um feminismo antissistêmico, proporcionando o reconhecimento de quem somos, de onde viemos, e como seguimos, que a nossa força vem longe e que essa sabedoria ancestral nos habita. Nesse sentido apontamos como um dos maiores desafios a luta feminista decolonial e estudos para a compreensão teórica da luta política do autocuidado como perspectiva de resistência potente aos sistemas patriarcal, capitalista e racista.

Foi uma experiência super importante no sentido de reconhecer a força das nossas ancestrais negras, indígenas e impulsionar o sentir em harmonia com o pensar, contribuindo com as ativistas do agrupamento, por meio das práticas, diálogos e vivências na construção de uma maior consciência e reconexão com sua história e suas raízes, com ganhos enormes. Ganhos que vão desde o enegrecimento do debate ao desenvolvimento das práticas que se alinham com a autopreservação da vida, como prática política de resistência e de autoamor, colocando a temática da ancestralidade na centralidade das ações, que por consequência fortalecem o agrupamento nesse campo de atuação, incidindo



164

com legitimidade, inclusive no movimento de mulheres negras da Paraíba, dentre outros.

Sobre a prática: a Roda de Vivência Sobre Ancestralidade foi realizada no dia 30 de julho de 2020, no horário das 19h às 21h, na plataforma Zoom (cedida pelo CFEMEA), com a presença de 14 militantes do agrupamento. Foi coordenada por Célia Varela e Luciana Barbosa e facilitada por duas mulheres queridas e companheiras de lutas: Analba Brazão, militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Fórum de Mulheres de Pernambuco, e Inara Nascimento, mulher indígena, umbigo enterrado no Amazonas, com sementes e raízes em Roraima, do Núcleo de Mulheres de Roraima e, na época, da AMB Rio.

Os temas trabalhados na roda foram: ancestralidade, feminismo antirracista da AMB, Luta antissistêmica e práticas de cuidado e autocuidado. O objetivo foi de fortalecimento interno das integrantes do agrupamento local AMB PB em momento inaugural para processo de formação continuada sobre a dimensão antirracista e sua repercussão nas estratégias de luta em nível local e nacional.

A metodologia adotada foi dialógica e participativa, experimentando a música indígena e a poesia feminista, os símbolos, dando ênfase à expressão da fala de cada mulher presente. Anteriormente à roda, foi realizado um mapeamento sobre o perfil das mulheres do agrupamento no formulário do *Google Forms*, contendo perguntas sobre a idade, autodeclaração étnico-racial, orientação sexual e percepções sobre ancestralidade.

A programação contou com os seguintes passos:

- Chegança com um canto dos povos originários do Brasil;
- Apresentação do perfil das participantes e compreensões do agrupamento sobre ancestralidade;
- Resgate da memória sobre mulheres importantes e significativas em nossas vidas;
- Diálogo sobre o significado da ancestralidade para as mulheres negras, para as mulheres indígenas e sobre a importância de tecer uma compreensão mais aprofundada sobre ancestralidade e sua relação com a ação feminista antirracista. Encaminhamento: dar seguimento à vivência com diálogo sobre ancestralidade e feminismo, feminismo indígena e feminismo negro;
- Encerramento com música e apresentação de um símbolo de nossa ancestralidade.



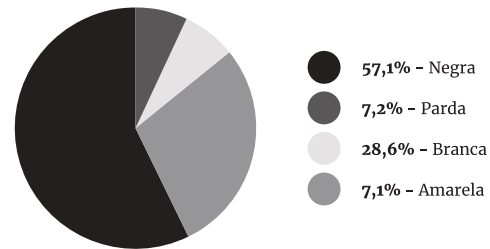


## PERFIL DAS MULHERES E ENTENDIMENTO SOBRE ANCESTRALIDADE

Durante a oficina foi apresentado o perfil do agrupamento local a partir dos dados obtidos no questionário de inscrição. Ao todo são 28 mulheres no grupo do WhatsApp, porém apenas 19 têm atuação orgânica; dessas, 14 responderam e participaram da oficina online. Mas como definir o nosso atual perfil em relação aos marcadores de geração, de tempo de atuação na AMB PB, autodeclaração étnico-racial, orientação sexual, e qual a noção sobre ancestralidade? Apresentamos alguns dados, conforme os gráficos.

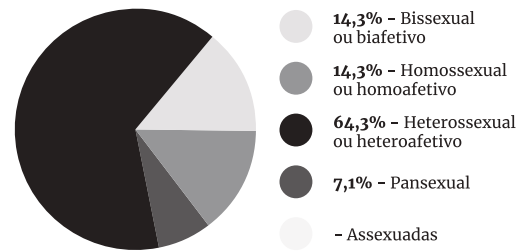


### QUAL A SUA AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL?

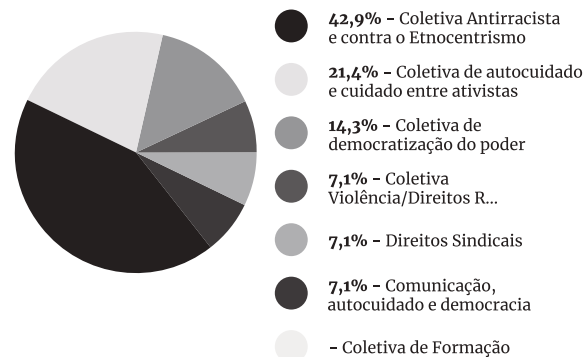


165

### QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?



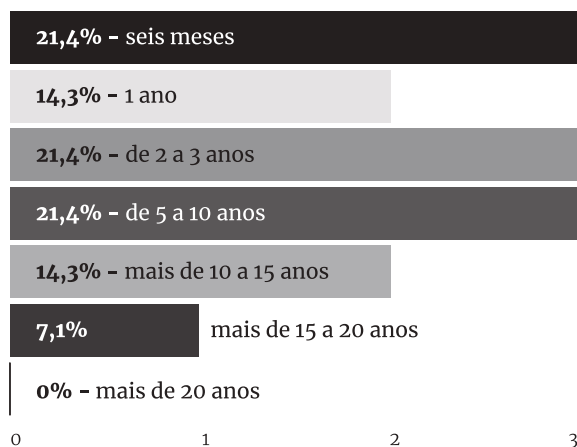
### QUAL É A COLETIVA QUE VOCÊ PARTICIPA?





## HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ INTEGRA A AMB PB?

166



Constatamos que somos um agrupamento de mulheres na sua maioria na faixa-etária de 40 a 55 anos. Importante destacar que no item tempo de pertencimento, identificamos um grupo antigo, de 5 a 20 anos, e outro grupo, de 1 ano a 3 anos, com 8 integrantes. Não há integrantes na faixa etária abaixo dos 30 anos, o que nos aponta a necessidade de repensar novas formas para que o agrupamento seja atraente para as ativistas jovens, tecer campos intergeracionais e formação de continuidade com as juventudes.

No quesito sobre autodeclaração étnico-racial, 57% do grupo se autodeclarou de cor negra, 28,6% de cor branca. Sobre a orientação sexual, a maioria (64,3%) é heterossexual; quanto à identificação homossexual e bissexual, cada uma teve 14,3%, ambas correspondem a 28,6% e uma pessoa se autodeclarou pansexual.

Para tecermos uma compreensão coletiva sobre a temática da oficina, cada uma apresentou a sua própria percepção sobre ancestralidade. Encontramos referências sociais, políticas, filosóficas e religiosas que se apresentam em nossas falas, nossos discursos e, por fim, nas nossas ações. Para as mulheres negras, falar sobre ancestralidade traz a ruptura colonial e nos remete à indagação: a nossa história está baseada na ótica e ponto de vista dos nossos ancestrais ou daqueles que os submeteram aos processos de escravidão, colonização e colonialismo?

Vejamos dois relatos que primam por esse reconhecimento de podermos contar a nossa própria história a partir dos/as nossos/as encentrais:

*“Ela me vem como uma energia que me conecta à memória, sabedoria de tantas que vieram antes de mim, reverencio, agradeço e, só assim, sigo inteira reinventando novas presenças de todas elas e por isso, a mim mesma, sendo capaz de viver o momento presente com as raízes da minha origem e a liberdade de seguir novos caminhos.”*

Participante 1

*“É de lá que vem nossa força, o que nos identifica, as raízes que trazemos. Tudo isso vem dos e das que nos antecederam. Nossos passos vêm de longe e precisamos saber quem os percorreu primeiro para*





*podermos efetivamente nos conhecermos e seguir adiante, com a convicção de que somos fruto de uma história, de pessoas que nos ajudaram a chegar até aqui.”*

Participante 2

Nessa vivência, foram alcançados alguns resultados importantes como a reflexão e o conhecimento das ativistas do agrupamento sobre os processos de ancestralidade e do feminismo antirracista da AMB, a parceria e sintonia com as duas companheiras que mediarão a vivência, trazendo suas potências e belezas dos seus saberes.

Dessa forma, nos aproximamos de um dos objetivos dessa experiência, qual seja fortalecer internamente o agrupamento e potencializar a luta em âmbito local. Nesse sentido, destacamos as mobilizações de denúncia: Ato político (escracho mais publicação de uma nota de repúdio em parceria com outros movimentos) de enfrentamento ao racismo e à discriminação racial, que aconteceu na livraria Leitura em um dos shoppings da cidade. O encaminhamento foi assumir no plano de ação da AMB PB a ação formativa para o feminismo negro e indígena e de cuidado e autocuidado da luta antirracista.

As reflexões tecidas no processo vivencial da roda foram bastante significativas para o agrupamento na medida em que as militantes/ativistas tiveram a oportunidade de pensar sobre sua ancestralidade e, ao mesmo tempo, sobre a atuação antirracista no contexto local, do individual para o coletivo. Nesse cenário, consi-

deramos a centralidade das ações antirracistas em articulação com o movimento de mulheres negras de forma permanente, tendo como uma das lutas o enfrentamento ao racismo. Por isso, a grande aprendizagem foi a própria reflexão sobre a ancestralidade e o significado na vida e nas lutas e resistências das mulheres pretas e indígenas. No que tange aos ensinamentos para outros agrupamentos, compreendemos o exercício organizativo de priorizar os estudos e reflexões da ancestralidade para potencializar a ação de cuidado e autocuidado correlacionada à ação política antirracista.

Durante a oficina, as mulheres negras do agrupamento falaram o quanto são atravessadas pelo racismo, e isso nos fez pensar o racismo estrutural marcado nos corpos das mulheres pretas, das mulheres indígenas. Como construir estratégias locais antirracistas articuladas com as rodas de autocuidado? Qual o lugar do cuidado na luta feminista e qual a correlação da ancestralidade na prática do cuidar de si e do coletivo?

Portanto, para pensar e seguir o processo de formação interna e definir estratégias antirracistas, partimos da prática do nosso feminismo, que o feminismo negro traz o cuidado e autocuidado. Nesse aspecto foi importante o pensamento de Audre Lorde, ao defender que o cuidado de si não era um ato de autoindulgência, mas uma forma de autopreservação e, portanto, um ato de guerra. Essa perspectiva do cuidado como uma dimensão político-afirmativa da sustentabilidade do movimento é muito expansiva e potente. Vejamos a expectativa de uma participante sobre a oficina:





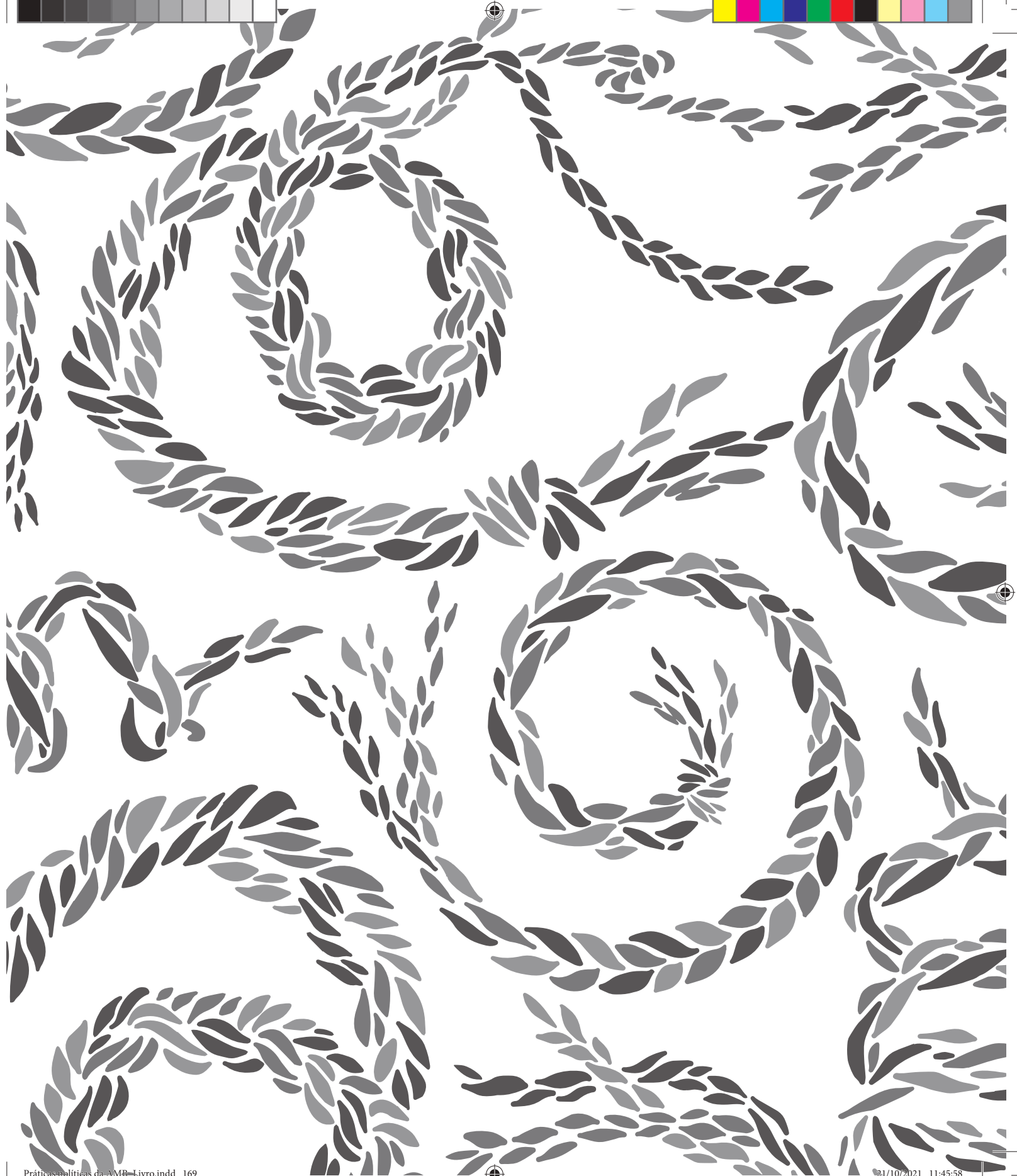
*“Uma presença de acolhimento à ancestralidade de cada uma, que nos possibilita uma elaboração coletiva de rituais para nutrir a nossa capacidade de sonhar novos rumos de fortalecimento individual e coletivo, conectado ao fortalecimento interno da AMB PB.”*

168

Por isso, um dos pontos fortes foi de tecer a noção de ancestralidade para cada integrante da oficina e sua relação com o agir feminista na construção de lutas antirracistas. Isso nos indica que podemos construir metodologias formativas correlacionadas ao fortalecimento organizativo do agrupamento, ao propormos pautas identitárias que se ampliam e revolucionam a luta do feminismo antissistêmico, anticapitalista e antirracista.









ARTICULAÇÃO DE  
MULHERES DO AMAPÁ

# RODA DE CONVERSA COM AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE AS ATIVISTAS

POR GERUSA SILVA, JOAQUINA LINO, LIDIA ELAINE MELO DA COSTA,  
MARIA DAS GRAÇAS SANTOS BRAZÃO, MARINALVA MENEZES DE  
SOUSA SILVA, MERLANE TIRIYO, ROSICLEIA DOS SANTOS COSTA



**A** Articulação de Mulheres do Amapá (AMA) surgiu no ano 2000. O Amapá localiza-se na região amazônica. Antes da criação da AMA, nós participávamos de uma organização mista — formada por homens e mulheres —, mas tínhamos um limitado poder de decisão. Nas reuniões só os homens falavam ou, quando falávamos, éramos pouco ouvidas por eles. Os temas abordados nem sempre eram do nosso interesse ou, quando eram, nossas opiniões eram pouco consideradas. Então, nós começamos a conversar com as mulheres, dizendo que nossa agenda política tinha que estar contemplada. Então, em 1998, decidimos criar uma associação para pensar numa agenda política do interesse das mulheres, com temas como: a situação de vida das mulheres, alimentação precária, a sobrecarga de trabalho etc. Para atender a esta necessidade, em 2000, foi criada a AMA.

Recentemente, a partir da nossa formação em autocuidado e cuidado entre ativistas, passamos a desenvolver uma prática política de educação popular que deixava as mulheres mais à vontade para falarem de si e de suas condições de vida.

A prática da Roda de Conversa da Articulação de Mulheres do Amapá (AMA) surgiu a partir da

nossa necessidade de unir as mulheres e conversar sobre problemas que as afetam em seus territórios para tentar solucioná-los. A proposta leva em consideração os contextos sociais vividos e expostos por elas, sejam eles relacionados a saúde, racismo, meio ambiente, todos os tipos de violência contra as mulheres, ancestralidade, territórios, o corpo como sagrado. Algumas dúvidas sobre as rodas de autocuidado fizeram com que nós pensássemos na iniciativa das rodas de conversa e autocuidado, desencadeando os espaços de fala e cuidados entre todas as companheiras. Iniciamos cada processo escolhendo o tema através da necessidade das mulheres envolvidas em seus territórios, sendo em seguida todas convidadas e agendadas no dia e hora para a prática e tema a ser abordado. Todas são convidadas a participar e construir juntas.

No *Julho das Pretas* de 2019, nos reunimos na Praça Floriano Peixoto, em Macapá, com o propósito de discutir o racismo. Percebemos que conversar sobre nossas ancestralidades de modo a valorizar a população preta e combater o racismo era necessário.

Ao mesmo tempo, ressaltamos a relevância social de valorização da nossa cultura afro-brasi-



172

leira, por exemplo: a vestimenta, o cabelo natural, as músicas e danças, além de nossas histórias que se unem nos caminhos do tecer da valorização das lutas das mulheres pretas. A partir disso, os temas foram surgindo, ao mesmo tempo em que nos acalantamos e conversamos sobre questões como linguagem politicamente correta, o racismo presente nas palavras usadas comumente na sociedade.

A primeira roda de conversa foi tão bem-sucedida que em setembro de 2019 realizamos outra, com mulheres indígenas, sobre *Bem viver*, *Racismo*, *Meu corpo e Territórios Sagrados*, na Praça da Fortaleza de São José.

Os temas debatidos foram o bem viver e a valorização das mulheres indígenas, o autocuidado e a sustentabilidade da vida, o território e o corpo como sagrados. Para isso, montamos piquenique na praça por duas vezes. As mulheres eram livres para levarem seus filhos e filhas, e deixá-los à vontade, podendo também aproveitar esse momento para comercializar os produtos artesanais produzidos por elas.

Além disso, realizamos encontros com as mulheres indígenas na sala paroquial da Igreja de São Benedito, como atividades preparatórias junto às companheiras que iriam participar da Marcha das Mulheres Indígenas e da Marcha das Margaridas, no mês de setembro de 2019, em Brasília/DF. Convidamos as mulheres indígenas, negras e as demais para nos unirmos e participarmos da Marcha. Conversamos sobre nossas ancestralidades, o direito aos nossos territórios e o significado do Bem Viver.

Em outubro de 2019, realizamos outra roda de conversa com as mulheres negras no Quilombo do Curiaú, sobre violência, racismo, ancestralidade e territorialidade. Descobrimos e valorizamos saberes que foram repassados através das gerações e exercitamos dinâmicas e vivências para o acolhimento das mulheres e o resgate da autoestima.

Em 2020 ainda realizamos algumas rodas de conversa, mas paramos devido à pandemia de Covid-19. Foi um período muito difícil, com mortes de companheiras ou de seus familiares. Os hospitais ficaram superlotados e havia insuficiência de leitos de UTI. No início, nada sabíamos sobre a pandemia e o governo não fez nenhum plano de ação para combatê-la e, o que é pior, desdenhou e galhofou da infecção, não orientou sobre as formas de contágio e de prevenção. Nós tivemos que nos virar para nos proteger. Tentamos nos proteger da pandemia utilizando remédios caseiros, como o alho, o açafrão, o limão etc. Mas foi fundamental a formação de uma rede de apoio e cuidado entre nós.

Neste período, a pobreza aumentou consideravelmente. Muitas mulheres ficaram desempregadas e aquelas que viviam do artesanato tiveram muita dificuldade de vender seus produtos. O governo federal demorou a garantir o auxílio emergencial às famílias mais empobrecidas e quando o fez, devido à pressão popular, o valor foi insignificante para garantir o sustento das pessoas. Então, nossas atividades se voltaram para a garantia da sobrevivência de nossas companheiras. Conseguimos recursos através





do projeto da AMB, firmado com a União Europeia, e distribuímos alimentos e materiais de higiene e limpeza.

No Amapá, a pandemia se agravou ainda mais devido à crise energética. Durante 28 dias, 89% do estado permaneceram sem energia elétrica por causa de uma pane na rede de transmissão. A crise afetou o atendimento nos hospitais. Fal-taram insumos e os equipamentos hospitalares funcionavam precariamente. Levamos mais de dois meses para retornar à vida “normal” por-que muitos alimentos se estragaram. Os pro-dutos alimentares fabricados artesanalmente e vendidos pelas mulheres se deterioraram porque a falta de energia nos impedia de acondicionar os produtos na geladeira.

Em dezembro de 2020, realizamos uma roda de conversa com piquenique de cuidados e confraternização na praça próxima ao Rio Amazonas, onde todas tiveram a oportunidade de falar sobre suas expectativas e realizações dentro da AMA. Escolhemos os temas que seriam abordados nas próximas rodas de conversa e nos confraterni-zamos com um lanche delicioso.

Finalmente, realizamos uma roda de autocuida-do, autoestima e Técnica de Redução de Estresse e Tensões entre Mulheres (TREM) em um espaço fechado, mas amplo e com ventilação agradável. Foi uma atividade relaxante e bem acessível a todas, em que trabalhamos o tema de direitos sexuais e reprodutivos. Também fizemos um va-ral de fotos de cada uma das mulheres presen-tes e com diversas poesias, onde elas tiveram

a oportunidade de escolher e fazer a leitura de cada uma. Fizemos ainda uma oficina de cartazes, massagens relaxantes, maquiagem, embe-lezamento e um momento de TREM e pintura indígena nos corpos. Foi um momento muito bom de integração e autocuidado da nossa mi-litância que, desde o início da pandemia, traba-lhou muito para resistir à pandemia e assegurar o bem-estar coletivo.

Em abril de 2021 retomamos as rodas de conver-sas com as mulheres. Tomamos a precaução de realizá-las em espaços abertos, guardando uma certa distância umas das outras, usando máscaras e sempre limpando as mãos com álcool para evitar contaminação.

A primeira roda foi no Quilombo de Curiaú com o tema da violência doméstica. Foram constru-ídas ações de proteção contra a violência do-méstica e fizemos exercício para despertar a autoestima. Utilizamos a dinâmica da *Caixa do Espelho*, onde cada uma pôde se ver refletida e falar de suas dificuldades e baixa autoestima. Em seguida foi feito um levantamento das mu-lheres que necessitavam de apoio emergencial — alimentos, materiais de higiene e limpeza. Nossa equipe se organizou para a próxima ação solidária com apoio da equipe técnica do Centro de Referência para o Atendimento às Mulheres (CRAM). Psicólogas, assistente social e advo-gadas foram ao quilombo conosco para prestar atendimento às mulheres.

Realizamos também uma roda de conversa com mulheres ribeirinhas e agricultoras no distrito





de Corre Água. Foi debatida a preservação do meio ambiente, a luta por justiça socioambiental, a valorização dos saberes locais, reciclagem e o perigo da invasão dos garimpeiros, bem como as violências na comunidade, além de conversarmos sobre a história da Associação de Mulheres. Criamos ali mais um núcleo da AMB com o apoio de todas.

174

Nas rodas de conversa, temos observado que, com exercícios de autocuidado, as mulheres se sentem mais à vontade para falar e expressar suas ideias e sentimentos. É uma prática mais horizontal, há troca de saberes. Uma ajuda as outras em suas dificuldades. Uma se alimenta dos saberes das outras e cada uma fica mais feliz por estar dialogando, alimentando-se de saberes e valorizando nossas raízes culturais.

A prática política da roda fez com que as mulheres se sentissem mais acolhidas, se soltas-

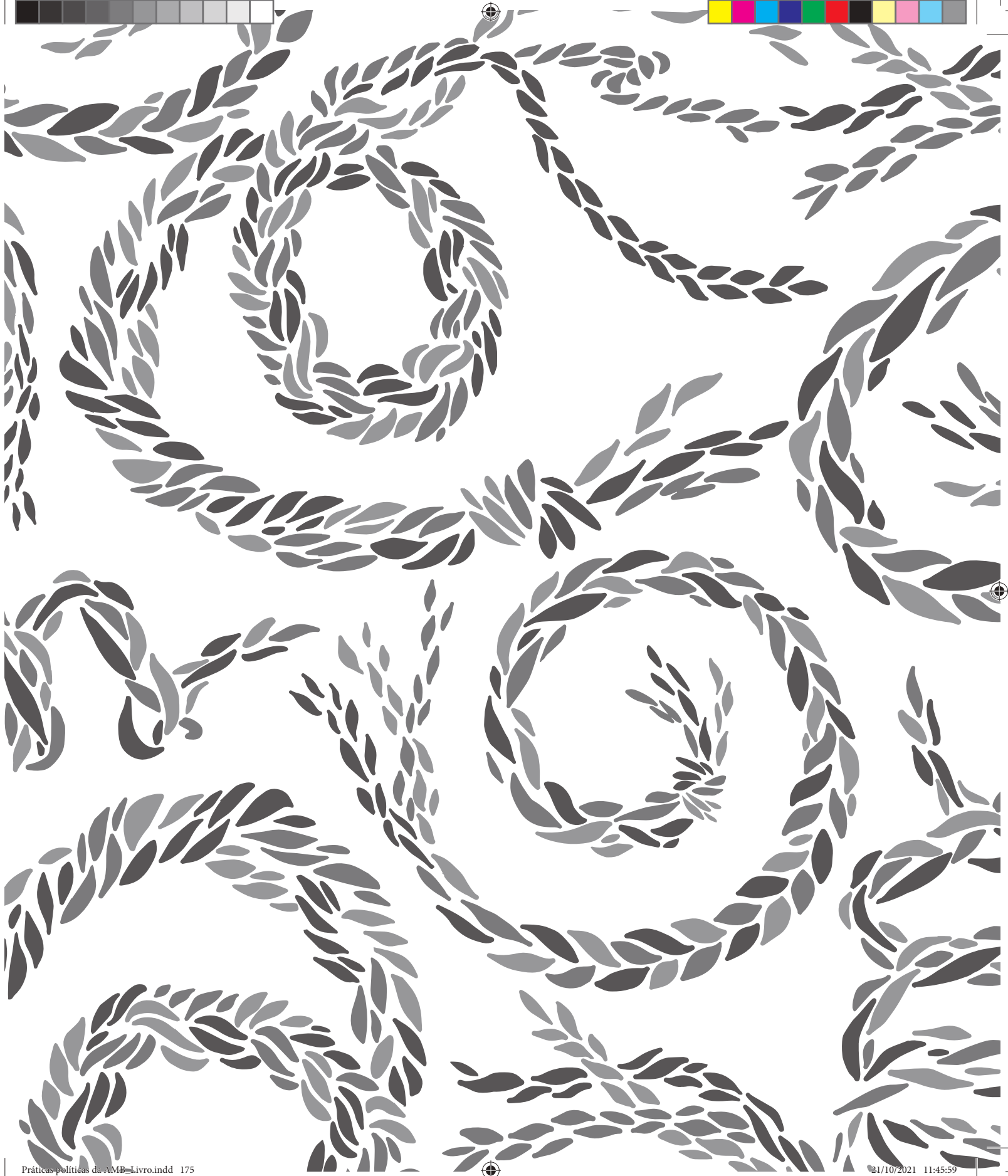
sem mais nos processos, com liberdade de falar sem se sentirem envergonhadas.

É uma prática de educação popular e de formação política, e uma oportunidade para resolver as dores internas, construir outros saberes e assumir os seus próprios. Nesses momentos, é possível conectar informações do que já se sabe com os saberes que elas aprenderam. As mulheres se sentem orgulhosas por participarem do processo.

A AMA cresceu muito na construção das rodas de conversa. As mulheres estão se aproximando mais do agrupamento e estamos criando núcleos em vários locais do Amapá.

Finalmente, estamos verificando que a sistematização dessa prática política valoriza nosso agrupamento e nossa forma de atuação.









# MEMÓRIAS DA AMB



# FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO



*Os Encontros e Enconrinhos são em si momentos importantes e significativos na história do FMPE. Sempre são rememorados pelas mulheres como momentos de reconhecimento e fortalecimento da militância.*

*Acima, protesto do FMPE no centro de Caruaru, durante a programação do Encontro, em 2016. À direita, momento do Enconrinho de 2018.*



*À esquerda, um dos debates que marcaram o Encontro, realizado em março de 2020.*

# AMB RIO DE JANEIRO



Acima,, AMB Rio inteira, contemplando AMB Lagos e Região.

AMB no Ocupa Sapatão, promovido pelo Mandato da Vereadora Marielle Franco, onde montamos nossa “Arara Feminista” para venda de roupas e acessórios usados em 2017.



15 de março de 2018: o abraço mais longo e triste daquele ano, com a perda da amiga e companheira de tantas lutas, Marielle Franco.

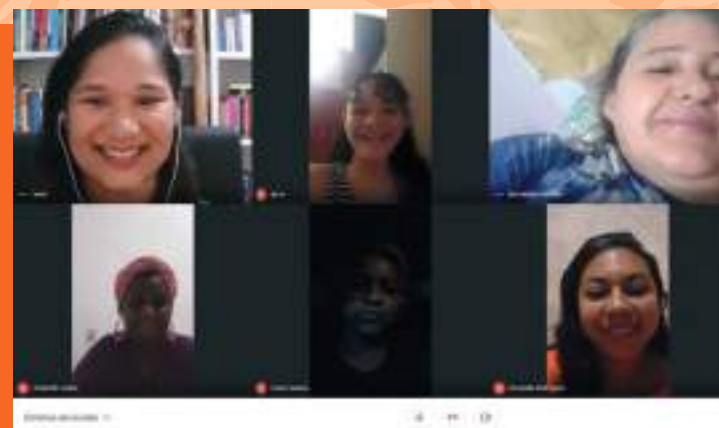
[...] Não queríamos ser mais um “isopor” na Cinelândia, queríamos ter um nome e um propósito, com uma ação que reunisse nossa identidade, alegria e ação política. Foi assim, pensando nesse contexto, na luta pela democracia e no feminismo antirracista e anticapitalista que nos une, que nasceu o nome “Embriagadas pela Democracia” [...]

# AMB TOCANTINS



*A Rede agregou todas as militantes da AMB Tocantins, cujo projeto político pode ser sintetizado como: “transformar o mundo e a nós mesmas pelo feminismo”, através das lutas anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais.*

*Solidariedade e apoio às mulheres e suas famílias durante a pandemia de Covid-19, em Tocantins.*



*A Rede fortaleceu os núcleos locais, o agrupamento como um todo e trouxe mais mulheres para conhecer o feminismo e compartilhar conhecimento, gerando, concretamente, mais igualdade entre as mulheres.*



# AMB SÃO PAULO



*“Tenho muita GRATIDÃO por todas que criaram e mantêm de pé este projeto, pois através dele conseguimos resgatar mulheres que estão em situações, que até então, não sabiam que eram abusivas, e ao ingressar no curso passaram a se ver como pessoa de DIREITO, sentindo-se fortalecidas para lutar por estes.”*

Janaira Nunes

*O curso das Promotoras Legais Populares promovido pelas militantes de Mauá tem [...] tido edições anuais, constituindo-se, assim, em uma atividade permanente do agrupamento do Estado de São Paulo.*



# MOVIMENTO IBIAPABANO DE MULHERES



*Pesquisa Pretexto e diálogos na praça: estratégia para debater os direitos das mulheres.*



*A “Mimosa” é um carrinho de picolé adaptado a um “carro de som”, com entrada para microfone, pendrive e um som bem potente. Assim, conseguiu-se manter a atenção das pessoas por mais tempo ligada aos temas que eram tratados.*

*[...] Ao final de cada mês, a quantidade de mulheres que ouviam e refletiam sobre esses assuntos era bem considerável: cerca de 750. Na fila de espera do Bolsa Família, tudo é favorável a esse trabalho e ainda damos visibilidade ao Movimento. [...]*



# FÓRUM CEARENSE DE MULHERES



*A ocupação da Casa da Mulher Brasileira, em Fortaleza, durou de 8 a 12 de março de 2018 e foi a primeira de caráter feminista na cidade. O grande objetivo desta prática política era constranger o Estado a apresentar garantias concretas ao enfrentamento à violência contra as mulheres.*



*Intervenção com cruzeiros no gramado da Casa da Mulher Brasileira, durante a ocupação.*

*Reunião com o governador do Ceará, Camilo Santana.*



# AMB AMAZONAS

*“... E estava todo mundo engasgado com o genocida. Tinha um grito na garganta com tudo o que ele [Bolsonaro] tinha feito, o descaso com o Amazonas, nós fomos usadas como cobaias da cloroquina.”*

Luzarina



*As militantes da AMB Amazonas foram às ruas e se articularam com os sujeitos políticos para impedir que Bolsonaro recebesse o título de Cidadão Amazonense pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.*

*O ato foi realizado pela AMB Amazonas em parceria com 27 organizações, em abril de 2021.*





# FÓRUM DE MULHERES DO PAJEÚ



*Passeata com Batucada (ao lado) e presença em programa de rádio (abaixo) em Afogados da Ingazeira/PE.*

*[...] Um dos momentos mais marcantes foram as vigílias pelo fim da violência contra as mulheres, quando realizamos atos de rua, plenárias, chamando atenção da sociedade para a gravidade da situação em nossa região e no país. [...]*



*Plenária sobre Violência Contra a Mulher em Afogados da Ingazeira/PE.*



# AMB LAGOS



*[...] Nesse caminhar não há trégua. As conquistas sociais e feministas necessitam de permanente vigilância enquanto o sistema vigente das relações for de domínio do capitalismo e do patriarcado. A rua é o palco de luta permanente, pois é nesse espaço que soltamos a voz. [...]*

AMB Lagos no #EleNão.



*Ações de rua para dar visibilidade à realidade da violência contra as mulheres.*

# AMB MATO GROSSO DO SUL



Lambe-lambes da ação da AMB MS no 8 de março de 2018, na região central de Campo.



*[...] Colocar a ação de colagem dos lambe-lambes em nossa prática política foi a forma de espalhar pela cidade nossas ideias e frases de desordem, levando a reflexão para o maior número de pessoas possível: caminhantes e circulantes de ônibus, motocicleta, carros, tudo depende dos locais escolhidos para a colagem. [...]*

# COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ

*[...] nosso ativismo feminista fortalece nossa autoestima, articula e posiciona a nossa fala pública e possibilita a construção de processos coletivos na luta em defesa da vida das mulheres. [...]*



Foto: Ilena Felipe Barros



*Acima, performance antirracista nas ruas de Natal, durante o Julho das Pretas (2019).*

*Acima, performance denunciando a violência no encontro dos BRICS (2014). Ao lado, o teatro feminista nas ruas de Natal.*



Foto: Ilena Felipe Barros

# FÓRUM DE MULHERES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO



Roda de Diálogo  
em Orobó (2018).



Rodas de diálogo em  
Bom Jardim (2021) e  
em Garanhuns (2016).



*[...] Aprendemos que sozinhas  
somos capazes de realizar coisas  
extraordinárias, mas que é no  
coletivo que somos capazes de  
mudar o mundo. [...]*

# AMB PARAÍBA



*“Uma presença de acolhimento à ancestralidade de cada uma, que nos possibilita uma elaboração coletiva de rituais para nutrir a nossa capacidade de sonhar novos rumos de fortalecimento individual e coletivo, conectado ao fortalecimento interno da AMB PB.”*

*A Roda de Vivência sobre Ancestralidade aconteceu no momento inaugural do processo de formação continuada sobre a dimensão antirracista e sua repercussão nas estratégias de luta em nível local e nacional, em 2020.*

# ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO AMAPÁ



*[...] A prática política da roda fez com que as mulheres se sentissem mais acolhidas, se soltassem mais nos processos, com liberdade de falar sem se sentirem envergonhadas. [...]*



*A Roda de Conversa da Articulação de Mulheres do Amapá (AMA) surgiu da necessidade de unir as mulheres e conversar sobre temas que afetam as mulheres em seus territórios para tentar solucioná-los.*



